

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Tempo de reforma, tempo de repressão: a
trajetória de Wilson Choeri na Universidade
do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)**

LEONARDO FARIA CAZES

Orientadora: Prof. Dr^a. Samantha Viz Quadrat

Niterói
2017

Folha de Aprovação

TEMPO DE REFORMA, TEMPO DE REPRESSÃO: A TRAJETÓRIA DE WILSON
CHOERI NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ)

Leonardo Faria Cazes

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Linha de pesquisa: Poder e Sociedade.

Aprovada por:

Prof. Dr^a. Samantha Viz Quadrat (UFF) - Orientadora

Prof. Dr^a. Marieta de Moraes Ferreira (UFRJ)

Prof. Dr. Marcelo de Souza Magalhães (UNIRIO)

Suplentes:

Prof. Dra. Alessandra Carvalho (UFRJ)

Prof. Dr^a. Livia Magalhães (UFF)

- C386 Cazes, Leonardo Faria.
Tempo de reforma, tempo de repressão: a trajetória de Wilson Choeri na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) / Leonardo Faria Cazes. – 2017.
166 f.
Orientador: Samantha Viz Quadrat.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, 2017.
Bibliografia: f. 151-155.
1. Choeri, Wilson. 2. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 3. Ensino superior. 4. Reforma universitária. 5. Ditadura – Brasil. I. Quadrat, Samantha Viz. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. III. Título.

“O dia se renova todo dia
Eu envelheço cada dia e cada mês
O mundo passa por mim todos os dias
Enquanto eu passo pelo mundo uma vez”
(Alvaiade)

Agradecimentos

Esta dissertação que você, leitor, tem em mãos foi resultado de uma aventura. A aventura de um jornalista na História, uma jornada de descobertas de novos métodos, fontes e referências. Em 2014, quando tomei a decisão de iniciar essa viagem, não tinha ideia do desafio que era, não só, voltar para a universidade cinco anos após terminar a graduação, mas começar uma trajetória em outra área. É verdade que eu nunca me afastei muito da História, sempre presente nas minhas leituras e no meu trabalho como jornalista. Assim, realizar esse mestrado foi como reencontrar uma paixão da adolescência. Foi prazeroso, foi angustiante, foi difícil, bem difícil às vezes, mas valeu muito a pena. Eu redescobri a História e descobri um amor pelo ofício do historiador, que agora, tenho certeza, habitará para sempre em mim.

Realizar esse mestrado só foi possível graças a ajuda de muita gente. A começar pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF). Aceitar um jornalista, sem experiência prévia na área, e que ainda por cima se propunha a cursar o mestrado e continuar trabalhando em um jornal diário, foi uma aposta em mim e no meu projeto. Muito obrigado.

Contudo, nem projeto eu teria se não fosse por duas pessoas. Raphael Kapa foi quem me abriu as portas da UFF e me apresentou à professora Samantha Viz Quadrat em 2014. Foi durante a primeira conversa entre nós três que o nome de Wilson Choeri apareceu e nunca mais me abandonou. Até hoje lembro das palavras da Samantha: “Você tem um baita personagem!”. Ali nasceu o projeto que desembocou nesta dissertação. Samantha também acreditou no jornalista que queria fazer mestrado em História e aceitou ser minha orientadora. Meu muito obrigado aos dois. Ao Kapa, pela gentileza que nunca esquecerei. À Samantha, pelo voto de confiança e pela companhia nessa jornada.

Um momento decisivo desta pesquisa foi a qualificação. Eu tinha tema e fontes, mas faltava clareza sobre o caminho a seguir. Os comentários da banca, composta pelos professores Marcelo Magalhães, da Uni-Rio, e Marieta de Moraes Ferreira, da UFRJ, e as suas indicações de leitura foram fundamentais para que eu encontrasse um rumo, uma chave de aproximação com o meu objeto e iluminaram esta pesquisa. Muito obrigado.

Ainda na Escola de Comunicação da UFRJ (ECO/UFRJ), o professor William Dias Braga foi o primeiro a me estimular a fazer o mestrado, após participar da banca do meu trabalho de conclusão de curso. Suas palavras naquele dia ecoaram na minha cabeça

durante pouco mais de cinco anos, até o meu retorno à universidade. William foi um entusiasta desta pesquisa e sempre saí energizado de nossas conversas que se estenderam bem além das salas de aula. Muito obrigado.

O convite de Mânia Millen, em setembro de 2012, para eu fazer parte da equipe do suplemento literário “Prosa & Verso”, do jornal O Globo, abriu para mim novas perspectivas profissionais e me reaproximou da História. Meus anos no “Prosa”, até o seu fim em 2015, me deram uma bagagem preciosa para enfrentar essa aventura. Sob a doce liderança de Mânia, que me apoiou desde o início e permitiu que eu tivesse o horário mais flexível possível para conciliar as aulas e as obrigações na redação, vivi anos inesquecíveis de enorme aprendizado e muitas descobertas. Muito obrigado.

No “Prosa”, tive a alegria de me tornar amigo de Guilherme Freitas. Jornalista brilhante, solidário e generoso, foi num jantar com ele em Paraty, em 2012, que senti reacender o desejo de voltar para universidade. Ao longo desta pesquisa, Guilherme vibrou com minhas descobertas, me incentivou o tempo todo e cobriu as minhas ausências no jornal para assistir aulas e fazer pesquisas. Muito obrigado.

À Fátima Sá, minha editora, e ao Bolívar Torres, meu parceiro na área de livros, muito obrigado pela compreensão e pelo apoio na reta final de preparação desta dissertação. A todos os amigos do “Segundo Caderno”, que acompanharam o andamento deste trabalho, fica aqui o meu agradecimento.

Aos meus pais, Isabella e Henrique, saibam que os valores que vocês me ensinaram nortearam este trabalho. Sem o amor e o carinho de vocês ao longo dos meus 29 anos de vida, nada do que conquistei seria possível. Muito obrigado. Amo vocês.

Ao meu irmão Pedro, a quem recorri tantas vezes com dúvidas sobre a vida acadêmica, muito obrigado. Foi você quem apontou o caminho da História, numa noite de sexta-feira em dezembro de 2013. Sim, eu me lembro. Nossas conversas são sempre fundamentais, para a pesquisa, para a política, para a vida. Muito obrigado, meu irmão.

Ao meu amigo João Luís, que nos dois últimos anos dividiu comigo o teto, as contas do mês e não se importou que Choeri, seu velho conhecido do Colégio Pedro II, fosse o terceiro integrante do nosso dia a dia no Catete. Eu sei que não foram poucas as vezes em que eu falei demais do meu companheiro de jornada. Muito obrigado.

Por fim, o meu muito obrigado para a minha companheira de vida, o meu grande amor, muito em breve minha futura esposa. Priscila Mana Vaz, se eu chego ao fim desta dissertação é graças ao aconchego dos seus braços, à sua ternura, às suas broncas, ao seu estímulo, aos seus questionamentos, enfim, ao seu amor. Te amo.

Resumo

CAZES, Leonardo Faria. **Tempo de reforma, tempo de repressão: a trajetória de Wilson Choeri na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)**. Orientadora: Samantha Viz Quadrat. Niterói: UFF/IH/PPGH, 2017. Dissertação (Mestrado em História)

A dissertação apresenta a trajetória do professor Wilson Choeri na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) entre as décadas de 1960 e 1970 e sua participação no processo de reforma pela qual passou a instituição, assim como seu relacionamento com o aparato repressivo da ditadura civil-militar brasileira instaurante após o golpe de 1964. Com este objetivo, foi analisada a rede de sociabilidade intelectual em que Choeri se inscreveu a partir do final da década de 1930 e que permitiu sua ascensão na burocracia universitária, onde ocupou, a partir de 1962, diversas posições de poder até chegar a vice-reitor em 1976; os debates internos acerca da reorganização da instituição, o diálogo com as discussões nacionais e internacionais sobre o tema e a efetiva implantação da reforma; e os modos de atuação dos órgãos de informação na UERJ em relação ao próprio Choeri, aos professores da universidade e aos estudantes.

Abstract

CAZES, Leonardo Faria. **Tempo de reforma, tempo de repressão: a trajetória de Wilson Choeri na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)**. Orientadora: Samantha Viz Quadrat. Niterói: UFF/IH/PPGH, 2017. Dissertação (Mestrado em História)

The dissertation presents the trajectory of Professor Wilson Choeri at the University of the State of Rio de Janeiro (UERJ) between the 1960s and 1970s and his participation in the reform process that the institution has undergone, as well as its relationship with the repressive apparatus of the dictatorship Brazilian civil-military organization after the coup of 1964. With this objective, the network of intellectual sociability in which Choeri enrolled from the end of the 1930s onwards was analyzed and allowed his rise in the university bureaucracy, where he occupied, from 1962, several positions of power until arriving at vice-rector in 1976; The internal debates about the reorganization of the institution, the dialogue with the national and international discussions on the subject and the effective implementation of the reform; And the modes of action of the information organs in UERJ in relation to Choeri himself, the university professors and the students.

Lista de abreviaturas e siglas

AN – Arquivo Nacional
AI-5 – Ato Institucional nº5
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
ARSI – Assessoria Regional de Segurança e Informações (ARSI)
ASDUERJ – Associação de Docentes da UERJ
ASI – Assessoria de Segurança e Informação
CAP – Colégio de Aplicação
CAPES - Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDAG - Companhia Estadual de Águas da Guanabara
CEG – Coordenação de Ensino de Graduação
CENIMAR – Centro de Informações da Marinha
CEPUEG – Centro de Produção da Universidade do Estado da Guanabara
CEVESI - Comissão Especial do Vestibular Integrado
CFE – Conselho Federal de Educação
CIE – Centro de Informações do Exército
CISA – Centro de Informações da Aeronáutica
COSUPI - Comissão Superior do Plano dos Institutos
CTE – Centro de Tecnologia Educacional
DAAF – Diretório Acadêmico Alexander Fleming
DAC – Diretório Acadêmico Central
DALC – Diretório Acadêmico La-Fayette Côrtes
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DES – Diretoria de Educação Superior
DSI – Diretoria de Segurança e Informação
DOI – Destacamento de Operações de Informações
DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social
ECEME - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
ESG – Escola Superior de Guerra
FCE – Faculdade de Ciências Econômicas
FCM – Faculdade de Ciências Médicas
FD – Faculdade de Direito
FEB – Força Expedicionária Brasileira
FFCL – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
FGV – Fundação Getúlio Vargas
GT – Grupo de Trabalho
IFL – Instituto de Filosofia e Letras
INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
IPM – Inquérito Policial Militar
ITA - Instituto Tecnológico da Aeronáutica
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MID – Núcleo de Memória, Informação e Documentação
MIT - Massachusetts Institute of Technology
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
PCB – Partido Comunista do Brasil
PID - Plano Integrado de Desenvolvimento

PSD – Partido Social Democrático
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
SNI – Serviço Nacional de Informações
SISNI – Sistema Nacional de Informações
SOU - Superintendência de Obras Universitárias
STF – Supremo Tribunal Federal
SURSAN - Superintendência de Urbanização e Saneamento
TETUEG – Teatro Experimental da Universidade do Estado da Guanabara
UDF – Universidade do Distrito Federal
UDN – União Democrática Nacional
UEG – Universidade do Estado da Guanabara
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UME – União Metropolitana dos Estudantes
UNE – União Nacional dos Estudantes
URJ – Universidade do Rio de Janeiro
USAID - United States Agency for the International Development

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1 – Wilson Choeri: uma visão panorâmica de sua trajetória.....	17
1.1 Colégio Pedro II: o filho de libaneses pega o seu “elevador social”.....	17
1.2 Instituto La-Fayette: reencontro com os mestres, de aluno a colega.....	24
1.3 Ascensão e queda de um catedrático.....	41
Capítulo 2 – Tempo de reforma: a universidade se transforma.....	63
2.1 Antecedentes da reforma na Universidade do Estado da Guanabara.....	63
2.2 A universidade em reforma.....	80
Capítulo 3 – Tempo de repressão.....	105
3.1 A relação de Wilson Choeri com os órgãos de informação.....	105
3.2 Interlocutor e mediador: professores na mira do regime.....	113
3.3 Choeri e os estudantes: entre a repressão, o controle e a integração.....	131
Considerações finais.....	144
Fontes.....	148
Bibliografia.....	151

Introdução

“Por que o Choeri?”, ou então, “mas logo o Choeri?!”. Estas foram as duas perguntas que mais ouvi desde 2014, quando decidi iniciar a pesquisa sobre a trajetória do professor Wilson Choeri (1925-2013), que deu origem a esta dissertação. Em geral, a interrogação vinha acompanhada de certo espanto ou desconfiança e de uma segunda pergunta, tão significativa quanto a primeira: “você estudou no Colégio Pedro II?”. Explica-se: Choeri ocupou a direção-geral da centenária instituição carioca de 1994 a 2008. Todos que estudaram no colégio nos anos 1990 e 2000 se lembram de sua gestão, cuja mão de ferro protagonizou conflitos abertos com o corpo discente e, ao mesmo tempo, garantiu a expansão e descentralização da escola com construção dos novos *campi* em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, em Niterói, e em Realengo, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Contudo, o foco desta dissertação não é no período de Choeri à frente do Colégio Pedro II – onde, aliás, eu não estudei – mas sim na sua trajetória antes de chegar à escola, ou melhor, retornar, já que ele foi aluno do Pedro II de 1939 a 1945.

A primeira pista que despertou minha curiosidade para Choeri foi uma nota de rodapé na obra “As universidades e o regime militar”, de Rodrigo Patto Sá Motta, extensa pesquisa sobre as transformações do ensino superior brasileiro durante a ditadura civil-militar iniciada em 1964.¹ Motta narra a criação do Projeto Rondon, que nasceu com o objetivo de colocar os estudantes brasileiros em contato com a realidade nacional e apresentar as ações das Forças Armadas no interior do país. O autor cita Choeri, então professor da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), como um de seus fundadores. Na nota de rodapé, Motta observa que o professor depois ocupou a direção-geral do

¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014

Colégio Pedro II por longo período. Tal longevidade chama atenção: ao longo de quatro décadas o professor construiu uma carreira em duas das principais instituições de ensino do Rio de Janeiro, no nível básico e superior, e com frequência ocupando cargos de direção. Na UEG, rebatizada de Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) após a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro em 1974, ele foi diretor do Colégio de Aplicação, diretor do Departamento Cultural, secretário-geral, sub-reitor para Assuntos de Planejamento e Coordenação Executiva e vice-reitor.

Este trânsito entre o Colégio Pedro II e a UEG/UERJ, entretanto, se revelou mais complexo na medida em que fui conhecendo melhor a trajetória de Choeri. Para Bourdieu, a trajetória pode ser entendida como “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações”². Partindo desta colocação, é possível afirmar que Choeri ocupou diferentes posições que permitiram a ele estabelecer uma série de relações decisivas para o desenvolvimento de sua carreira. Por isso, o capítulo 1 desta dissertação busca oferecer um panorama de sua trajetória. No Colégio Pedro II, ele não foi apenas mais um aluno no prédio histórico da Rua Marechal Floriano, no Centro do Rio, mas ocupou o papel de líder estudantil e presidente do Grêmio Científico e Literário da instituição. Nascido no subúrbio da Abolição, filho de imigrantes libaneses, foi a escola que o colocou em contato com alguns dos principais intelectuais do período, que eram catedráticos do colégio. Em 1939, no mesmo ano em que Choeri entrou para o Pedro II, estes homens de ciência e de letras fundaram, em conjunto com professores de outras instituições cariocas, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) do Instituto Lafayette, na Tijuca, uma faculdade particular que tinha como objetivo a formação de professores para a educação básica.

² BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de M. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p. 189.

Após concluir o curso secundário no Pedro II, Choeri seguiu a trilha dos seus mestres e iniciou o bacharelado em Física no Instituto La-Fayette em 1946. Quatro anos depois, foi eleito presidente do Diretório Acadêmico La-Fayette Côrtes (DALC), em meio a um movimento de encampação da instituição particular pela prefeitura do então Distrito Federal. Esta foi uma luta em que estudantes e professores travaram lado a lado contra um Executivo municipal resistente à proposta, apesar do apoio da maioria dos vereadores na Câmara. Após idas e vindas, que serão descritas no capítulo 1, a comunidade da FFCL conseguiu que a faculdade fosse incorporada à “nova” ou “segunda” Universidade do Distrito Federal (UDF), junto com a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, a Faculdade de Ciências Econômicas e a Faculdade de Ciências Médicas.³

Na década de 1950, Choeri deixou a condição de aluno para se tornar colega dos seus antigos professores na FFCL da UDF, posteriormente rebatizada de Universidade do Rio de Janeiro (URJ), em 1958, e finalmente Universidade do Estado da Guanabara (UEG), em 1960. Na faculdade, foi ascendendo a todas as posições da carreira na cátedra de Estatística, cujo titular era Fernando Rodrigues da Silveira. Quando Rodrigues da Silveira conseguiu, em 1957, criar o Colégio de Aplicação, que hoje leva o seu nome, ele o acompanhou. Cinco anos depois, com a aposentadoria do catedrático, Choeri se candidatou e foi aprovado para sucedê-lo. Naquele momento, carimbava a sua entrada no seletor grupo que comandava a faculdade desde a fundação e, posteriormente, estenderia esta influência a toda universidade. Choeri se habilitava, assim, a ascender também na burocracia universitária.

Deste modo, buscou-se demonstrar de que maneira a rede de sociabilidade intelectual, na qual o professor se inseriu, permitiu que ele desenvolvesse as atividades investigadas

³ A denotação “nova” UDF foi utilizada à época em referência à primeira UDF, fundada por Anísio Teixeira em 1935 na gestão de Pedro Ernesto como prefeito do Distrito Federal, e incorporada posteriormente à Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil em 1939.

e analisadas nos capítulos 2 e 3 desta dissertação. No entanto, é preciso deixar claro o que entendemos por esta rede e a especificidade dos intelectuais.

Em primeiro lugar, como todos os conceitos políticos e sociais, o conceito de intelectual é necessariamente polissêmico.⁴ Sirinelli defende que o historiador deve trabalhar com uma definição de intelectual de “geometria variável”, ampla o suficiente para dar conta dos criadores e dos mediadores culturais, abrangendo “tanto o jornalista quanto o escritor, o professor secundário e o erudito”.⁵ Gomes e Hansen apontam que “os intelectuais têm um processo de formação e aprendizado, sempre atuando em conexão com outros atores sociais e organizações intelectuais ou não, e tendo intenções e projetos no entrelaçamento entre o cultural e o político”.⁶

Já a sociabilidade é, para Maurice Agulhon, referência importante acerca do tema na área de História, “uma categoria descritiva que serve para designar uma atitude geral das populações ao viver relações públicas, não implicando, necessariamente, uma ligação com associações formalmente organizadas, como as instituições”.⁷ A partir da discussão de Agulhon e outros autores, Gontijo sintetiza:

Em termos operacionais, investigar as sociabilidades significa seguir as trajetórias de indivíduos e grupos buscando mapear as suas ideias, tradições, comportamentos e formas de organização, de modo que seja possível caracterizar e compreender seus esforços de reunião e de afirmação de identidades em determinados momentos.⁸

⁴ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006, p. 98.

⁵ SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: René Rémond (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996, p. 242.

⁶ GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos. “Apresentação - Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo”. IN: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (orgs.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016, p. 12.

⁷ GONTIJO, Rebeca. “História, cultura, política e sociabilidade intelectual”. IN: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 260.

⁸ GONTIJO, *op. cit.*, 2005, p. 277.

A definição de sociabilidade estabelecida por Agulhon e desenvolvida por Gontijo é bastante abrangente e pode ser utilizada em diferentes tempos e lugares. É preciso, entretanto, buscar a especificidade da sociabilidade entre os intelectuais. Este questionamento foi levado adiante por Michel Trebitsch, que não apresenta uma metodologia sistemática para tratar do tema, mas elenca três aspectos norteadores da pesquisa historiográfica: a relação com o político, a definição de valores próprios e o papel das representações.⁹ Apoiado em Agulhon, Trebitsch acredita que a sociabilidade é o suporte social das formas modernas de politização e que não é possível haver meio intelectual sem a existência de um espaço público ou, ao menos, um modelo de espaço público. Em relação aos valores, o autor argumenta, a partir de um apontamento de Philippe Dujardin, que “no campo intelectual, as práticas relacionais, antigas e interiorizadas, parecem sempre fundadas na rejeição de uma lógica de interesse, utilitária, em nome de uma adesão a valores comuns (científicos, morais, estéticos ou ideológicos)”.¹⁰ Por fim, no tangente às representações, Trebitsch afirma que “a história dos intelectuais tem suas lendas e seus heróis, que precisam ser desmitificados e estudados como formas mitificação”.¹¹ Esta história se organiza em função das representações de uma comunidade ideal, que pode adquirir diversas formas.

Em complemento a Trebitsch, Sirinelli afirma que os grupos de intelectuais se organizam “em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver”.¹² O meio intelectual constitui, então, um “pequeno mundo estreito onde os

⁹ TREBITSCH, Michel. “Avant-propos: la chapelle, le clan et le microcosme”. In: *Les Cahiers de l'Institut d'histoire du temps présent (IHTP)*, Paris, n° 20, março de 1992, p. 11.

¹⁰ TREBITSCH, *op. cit.*, 1992, p. 20.

¹¹ TREBITSCH, *op. cit.*, 1992, p. 20.

¹² SIRINELLI, *op. cit.*, 1996, p. 248.

laços se atam”.¹³ Os intelectuais, entendidos como atores político-sociais, se movem por “redes e lugares, onde se constroem práticas relacionais específicas, que dão abrigo a ideias e valores”.¹⁴ O conjunto destas práticas está reunido na categoria de sociabilidade intelectual, assim definida por Gomes e Hansen:

A sociabilidade intelectual é entendida como uma prática constitutiva de grupos de intelectuais, que definem seus objetivos (culturais e políticos) e formas associativas – muito variáveis e podendo ser mais ou menos institucionalizadas –, para atuar no interior de uma sociedade mais ampla. Nessas redes e lugares dominam tanto dinâmicas organizacionais, que conferem estrutura ao grupo e posições aos que dele participam; como o compartilhamento de sentimentos, sensibilidades e valores, que podem produzir solidariedades, mas igualmente competição.¹⁵

À luz dos conceitos apresentados de Sirinelli, Gomes e Hansen e Trebitsch, procurou-se compreender a formação de Wilson Choeri no Colégio Pedro II e depois na FFCL do Instituto La-Fayette e sua circulação entre as duas instituições. Nos dois espaços, ele travou contato com catedráticos influentes nas suas respectivas áreas do saber e que também contavam com atuação pública na sociedade. Ao estabelecer uma relação com esses atores, primeiro como aluno do ensino secundário e do ensino superior e, depois, como colega, Choeri se inseriu em uma rede de sociabilidade intelectual que permitiu que ele tivesse uma carreira ascendente na burocracia da UEG por quase duas décadas. Reconhecendo que estas redes possuem uma dupla acepção, de redes organizacionais e “microclimas”, tal como propõe Sirinelli¹⁶, esta dissertação se concentrou nos seus aspectos organizacionais, pois o objetivo não foi esgotar as conexões desta rede, mas antes de compreender o “campo de possibilidades”, para utilizar a expressão de Gilberto

¹³ SIRINELLI, *op. cit.*, 1996, p. 248.

¹⁴ GOMES; HANSEN, *op. cit.*, 2016, p. 24.

¹⁵ GOMES; HANSEN, *op. cit.*, 2016, p. 24.

¹⁶ SIRINELLI, *op. cit.*, 1996, p. 253.

Velho¹⁷, que ela abriu para Choeri. Contudo, é importante ressaltar que, como será visto no capítulo 1, o professor construiu redes para fora da universidade, especialmente em direção às instituições militares, como no caso já citado do Projeto Rondon. Essas redes também terão seus pontos, seus nós em comum.

Os capítulos 2 e 3 tratam das ações de Choeri na burocracia universitária, mas com focos distintos. O capítulo 2 “Tempo de reforma: a universidade se transforma”, tem como questão central a reforma universitária e o papel assumido pelo professor neste processo. Como veremos, o debate sobre a necessidade de reformar a universidade é anterior ao golpe de 1964 e já vinha se desenrolando no Brasil desde a década de 1950. Na UEG/UERJ, não foi diferente. Comissões foram montadas e relatórios foram escritos para planejar o redesenho da instituição a partir de 1962. Observa-se, já, um alinhamento significativo entre as concepções de ensino superior colocada em prática anos depois pelos governos militares, através da Lei 5.548 de 2 de dezembro de 1968, e o que vinha sendo debatido na universidade. A estrutura em departamentos, por exemplo, já era prevista nos documentos produzidos pela instituição. No caso da UEG/UERJ, entretanto, qualquer movimento de reorganização tinha que estar atrelado à criação de um campus que agregasse todas as suas unidades. As várias faculdades, espalhadas pelo Rio de Janeiro, só foram reunidas com a construção do icônico conjunto de prédios no Maracanã.

Choeri foi entrando neste debate aos poucos. Primeiro, atuando na incorporação da Faculdade de Serviço Social do Estado da Guanabara à UEG, em 1963. Depois, como diretor do Departamento Cultural, promovendo seminários em 1965 e 1966 que se tornariam importantes espaços de encontro entre civis e militares preocupados em formular políticas públicas para o ensino superior e a juventude. E, internamente, participando ativamente da elaboração do Plano de Reestruturação da UEG, apresentado

¹⁷ VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose – Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

pelo reitor Haroldo Lisboa da Cunha ao Conselho Universitário em 1965. A partir da reitoria de João Lyra Filho, em 1967, Choeri, primeiro como secretário-geral e depois como sub-reitor para Assuntos de Planejamento e Coordenação Executiva, assumiu um protagonismo crescente na medida em que o próprio processo de reforma se acelerou.

Neste cenário, o professor emergiu como o “xerife” responsável por garantir o funcionamento administrativo da universidade e o cumprimento dos atos do reitor, com poderes que aumentavam ano a ano e que pouco se alteraram com a chegada à reitoria de Oscar Accioly Tenório, em 1972. O campus em obras passou a ser o lugar preferido de Choeri, onde recebia jornalistas e autoridades para apresentar o andamento da construção, que acompanhava pessoalmente e que estava sob sua responsabilidade. O futuro lhe prometia voos ainda mais altos quando tomou posse como vice-reitor, na chapa encabeçada por Caio Tácito, em 1976, sendo o primeiro ex-aluno da instituição a chegar em tão alto posto. Antes que chegasse a sua vez, entretanto, seus sonhos foram frustrados por uma denúncia de corrupção envolvendo aplicações financeiras da universidade, num caso que teve bastante repercussão na imprensa do Rio de Janeiro e que culminou com o afastamento das suas funções por ordem do governador Faria Lima.

Todo este poder acumulado como secretário-geral, sub-reitor para Assuntos de Planejamento e Coordenação Executiva e vice-reitor, durante a ditadura civil-militar brasileira, também colocou Choeri na rota do aparato repressivo. Esta relação é o tema do capítulo 3 desta dissertação, “Tempo de repressão”, e será abordada a partir de uma perspectiva tripla: a maneira como os órgãos de informação o viam; sua interlocução com os mesmos órgãos em investigações envolvendo professores da universidade; e a posição que assumiu quando os alvos da repressão eram os estudantes. Neste último ponto, será apresentado também a política não só repressiva, mas também, de integração dos alunos desenvolvida pela instituição, em consonância com outras medidas adotadas pelo regime

militar para conquistar “corações e mentes” da juventude. É bastante significativa a ambiguidade de suas condutas em cada uma dessas situações. Se por um lado, Choeri foi visto com desconfiança pelo aparato repressivo e impediu que um professor preso fosse demitido por abandono de emprego, por outro conduziu, ele próprio, investigações contra colegas. Em relação aos estudantes, chegou a encaminhar um inventário ao secretário de Segurança Pública das iniciativas implementadas para garantir o controle das atividades estudantis dentro da universidade.¹⁸

Ao se destacar as ambiguidades da conduta de Choeri, nos capítulos 2 e 3, tentou-se evitar a armadilha daquilo que Bourdieu chamou de “ilusão biográfica”. Mesmo não sendo esta dissertação uma biografia propriamente dita, mas antes o recorte de uma vida, as reflexões desenvolvidas pelo autor, e outros, sobre o tema continuam pertinentes. Bourdieu afirma que o biógrafo e o biografado têm o mesmo interesse “em aceitar o *postulado do sentido da existência* narrada”¹⁹: de acordo com uma intenção geral, alguns acontecimentos são escolhidos como significativos para determinada trajetória individual e conexões são estabelecidas entre eles de forma a criar uma coerência. No fim, transformar a vida em uma história teria como resultado uma ilusão retórica, que também está condicionada pelo mercado para o qual é produzida. “A própria situação da investigação contribui inevitavelmente para determinar o discurso coligido”²⁰, escreve Bourdieu:

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar.²¹

¹⁸ Estudantil, 41, Fundo Polícias Políticas, Aperj.

¹⁹ BOURDIEU, *op. cit.*, 1996, p. 184.

²⁰ BOURDIEU, *op. cit.*, 1996, p. 189.

²¹ BOURDIEU, *op. cit.*, 1996, p. 185.

Giovanni Levi também alerta para o risco de se, ao narrar uma vida, compreender o personagem histórico como um ator dotado de uma racionalidade anacrônica e limitada. As dúvidas, as vacilações e as contradições que atravessam condutas e identidades são apagadas em prol de uma “personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas”²², enquadrada em uma cronologia ordenada. Perde-se assim toda riqueza da ação do sujeito na História. Para Levi, é necessário discutir a relação entre normas e práticas, indivíduo e grupo, determinismo e liberdade. O historiador italiano defende que é preciso questionar mais a amplitude da liberdade de escolha dos personagens históricos, partindo da premissa de que essa liberdade é sempre determinada (e limitada) culturalmente e socialmente.

Contudo, Levi destaca a capacidade do sujeito de atuar nas incoerências das normas, nas frestas deixadas pelo poder, por mais coercitivo que seja o seu exercício. Ele não nega a existência de um *habitus* “resultante de experiências comuns e reiteradas, assim como há em cada época um estilo próprio de grupo”²³, mas argumenta que ainda assim permanecem as incoerências e contradições, responsáveis inclusive por engendrar as mudanças sociais. É no interstício entre a letra da lei e a prática social que a biografia – e o estudo de uma trajetória – tem mais a contribuir. Afirma Levi:

A importância da biografia é permitir uma descrição das normas e de seu funcionamento efetivo, sendo este considerado não mais o resultado exclusivo de um desacordo entre regras e prática, mas também de incoerências estruturais e inevitáveis entre as próprias normas, incoerências que autorizam a multiplicação e diversificação das práticas. Parece-me que assim evitamos abordar a realidade histórica a partir de um esquema único de ações e reações, mostrando, ao contrário, que a repartição desigual do poder, por maior e mais coercitiva que seja,

²² LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de M. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p. 169.

²³ LEVI, *op. cit.*, 1996, p. 182.

sempre deixa alguma margem de manobra para os dominados; estes podem então impor aos dominantes mudanças nada desprezíveis.²⁴

O interesse renovado pelo sujeito na História se insere num cenário de retorno da história política ao centro do palco historiográfico. René Rémond aponta que, após séculos consolidada como a principal corrente historiográfica, ao longo do século XX a história política acabou obscurecida pelo desenvolvimento da história econômica e da história social, das quais recebeu duras críticas. Como explica Rémond, “desejosa de ir ao fundo das coisas, de captar o âmago da realidade, a nova história considerava as estruturas duráveis mais reais e determinantes do que os acidentes de conjuntura”²⁵. Sua reentrada em cena, de acordo com o autor, foi influenciada pela própria realidade. A experiência das guerras, impossíveis de serem explicadas apenas por aspectos econômicos, e a pressão das relações internacionais na vida dos Estados deixaram claro que a política tinha sim incidência direta sobre a vida dos indivíduos. Ao mesmo tempo, a história política, renovada pelas críticas e pela troca com as outras disciplinas, expandiu seu campo de atuação para além das disputas em torno do Estado, encampando os assuntos sobre os quais o Estado atua: a educação, a saúde pública, a assistência social, a moradia, a cultura. É nesta perspectiva de uma história política de interesses alargados que se filia esta dissertação.

As biografias também não gozaram sempre do mesmo prestígio, mas a partir da década de 1980, em sincronia com o retorno da história política, “voltaram a ocupar um lugar de proa na historiografia contemporânea”, como aponta Schmidt.²⁶ Para Philippe Levillain, o potencial das biografias para o avanço do conhecimento historiográfico está

²⁴ LEVI, *op. cit.*, 1996, p. 180.

²⁵ RÉMOND, René. “Uma história presente”. I: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: EdUFRJ/Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 16.

²⁶ SCHMIDT, Benito Bisso. “Biografias e regimes de historicidade”. In: *Métis: História & Cultura*. Caxias do Sul: v. 2, n. 3, 2003, p. 57. O autor traça um histórico do prestígio das biografias junto à historiografia.

na sua capacidade de articular o individual e o coletivo. Uma história não só de estruturas, mas também de sujeitos que se movem entre elas.

A biografia histórica hoje reabilitada não tem como vocação esgotar o absoluto do “eu” de um personagem, como já o pretendeu e ainda hoje o pretende mais do que devia. (...) Ela é o melhor meio, em compensação, de mostrar as ligações entre passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade, e de experimentar o tempo como prova da vida. Seu método, como seu sucesso, deve-se à insinuação da singularidade nas ciências humanas, que durante muito tempo não souberam o que fazer dela.²⁷

Para realizar esta investigação sobre a trajetória de Wilson Choeri na UERJ, este recorte de uma vida, diversas fontes foram utilizadas. Sobre a reforma universitária empreendida pela ditadura civil-militar, duas obras foram fundamentais: a já citada “As universidades e o regime militar”, de Rodrigo Patto Sá Motta²⁸, e “A universidade reformanda”, de Luiz Antônio Cunha.²⁹ Separadas por mais de duas décadas no tempo – o livro de Cunha foi publicado em 1988, o de Motta em 2014 – os dois trabalhos trazem perspectivas teóricas e abordagens distintas para o mesmo objeto e contaram com diferentes fontes documentais. Lidos em complementaridade, e não em oposição, montam um rico quadro das transformações no ensino superior brasileiro.

Acerca da história da UERJ, a obra “Da gênese aos compromissos: uma história da UERJ”, de Deise Mancebo³⁰, é uma referência inescapável. Tendo como base a tese de doutorado da autora, defendida na PUC-SP no início da década de 1990, o trabalho abarca desde a criação das quatro faculdades fundadoras, reunidas para criar a “segunda” UDF em 1950, até a redemocratização. Mancebo teve acesso a fontes que hoje não estão mais disponíveis, especialmente documentos, relatórios e publicações da própria universidade.

²⁷ LEVILLAIN, Philippe. “Os protagonistas: da biografia”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 176.

²⁸ MOTTA, *op. cit.*, 2014.

²⁹ CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

³⁰ MANCIBO, Deise. *Da gênese aos compromissos: uma história da Uerj*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

Apesar dos esforços empreendidos em localizar os originais, em determinadas passagens foi preciso reproduzir citações que constam na obra da autora. Não menos importante, sobre a história da instituição, é o trabalho de caráter memorialístico desenvolvido por Luiz Fernando Ramadon em “UERJ: uma história apaixonante”, publicado em 2005 e revisado em janeiro deste ano³¹, ao qual recorreu-se principalmente para clarificar episódios ocorridos na década de 1980 e 1990.

Sobre os documentos sob a guarda do Núcleo de Memória, Informação e Documentação da UERJ (MID/UERJ), se faz necessário tecer duas considerações. Primeiro, as condições às quais o governo estadual vem submetendo a universidade nos últimos dois anos, em particular, têm inviabilizado na prática o seu funcionamento. Os funcionários do MID/UERJ, apesar desta situação de descalabro, sempre foram solícitos aos pedidos e colaboraram dentro das suas possibilidades. As resoluções e os atos executivos da universidade, baixados desde a década de 1950, já foram digitalizados e se encontram disponível para consulta online. Estes documentos foram fundamentais para o desenvolvimento do capítulo 2.

Contudo, ainda faltaram as portarias com nomeações e afastamentos, cujos originais em papel relativos aos anos da ditadura não foram localizados pela equipe do arquivo. O mesmo ocorreu com as atas do Conselho Universtário, que só estão disponíveis até o ano de 1963. Boletins e publicações da UEG/UERJ, citados em pesquisas recentes, também não estão mais disponíveis. Todas essas dificuldades se somam a um triste histórico de sumiço de arquivos na universidade. Como será visto no capítulo 3, os chamados “arquivos confidenciais”, documentos internos sobre a repressão, literalmente desapareceram na década de 1980. E uma funcionária da instituição, já aposentada,

³¹ RAMADON, Luiz Fernando. *UERJ: Uma história apaixonante*. 2017. Disponível em: <http://www.accamtas.com.br/2017/01/uerj-uma-historia-apaixonante.html>.

relatou que toda a correspondência do reitor Haroldo Lisboa da Cunha, guardada na UERJ, também sumiu enquanto estava sendo organizada na década de 1990.

No entanto, afirmar que a UERJ é uma universidade sem memória é descabido. O programa de memória institucional “Memória UERJ” registrou, a partir de 1980, depoimentos em vídeo de todos os reitores, material disponível no Centro de Tecnologia Educacional (CTE/UERJ) e ao qual recorreu-se nesta dissertação. Choeri concedeu um longo depoimento, já na década de 1990, mas sua fala é toda concentrada no período que passou à frente do Colégio de Aplicação. Nada é perguntado, e pouquíssimo é dito por ele, sobre sua participação decisiva na reorganização da universidade, na criação do campus do Maracanã ou mesmo acerca da relação entre a instituição e a ditadura. Este “esquecimento” na entrevista, para retomar o termo utilizado por Pollak³², não é um acidente e está relacionado a disputas em torno da memória do período e o papel de Choeri, como será visto nos próximos capítulos.

Os outros dois arquivos utilizados durante a pesquisa foram o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), em especial o Fundo Polícias Políticas que guarda a documentação do antigo Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS)³³, e o Arquivo Nacional (AN), onde estão depositados os documentos pertencentes ao extinto Serviço Nacional de Informações (SNI) e também dos órgãos de inteligência militares – Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e Centro de Informações do Exército (CIE). Nos dois casos, buscou-se recuperar o olhar da repressão sobre as dinâmicas internas da universidade. Em relação ao material produzido por esses órgãos, a UEG/UERJ constitui um caso particular: por se tratar de uma universidade estadual, a instituição não teve a sua própria Assessoria de Segurança

³² POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*, 2 (3). Rio de Janeiro, 1989.

³³ Desde maio de 2017, o APERJ se encontra fechado, pois teve a luz cortada por falta de pagamento.

e Informação (ASI), o braço no SNI nas autarquias federais. Esta ausência abriu um espaço de manobra internamente, como será visto no capítulo 3.

Para suprir as lacunas decorrentes da ausência de documentos, foi realizada também extensa pesquisa hemerográfica sobre Choeri. Os principais jornais consultados foram “Correio da Manhã” e “Diário de Notícias”, além do “Jornal do Brasil” e de “O Globo”. O dia a dia das instituições educacionais, de seus professores e de seus alunos era acompanhado de perto pelos periódicos cariocas, que publicavam notas, decisões e nomeações. Os jornais foram uma fonte fundamental para reconstituir a trajetória de Choeri e também as suas ideias, já que ele foi um personagem bastante presente nestas páginas nas décadas de 1960 e 1970, atuando como um verdadeiro porta-voz da universidade. Por fim, duas entrevistas foram feitas para esta pesquisa, com os professores Orlando de Barros e Ivo Barbieri, este também reitor da UERJ entre 1988 e 1992. Ambos conviveram com Choeri na universidade e deram contribuições pontuais, mas decisivas, para esta dissertação. Infelizmente, a maioria dos personagens que foram próximos do professor faleceram antes do início desta pesquisa. Além do depoimento ao “Memória UERJ”, a “voz” de Choeri pode ser “lida” em seu livro de memórias “Histórias do velho Colégio Pedro II”³⁴, que é citado diversas vezes no capítulo 1.

Assim, entre contingências e golpes de sorte necessários a todo pesquisador, foi construída essa pesquisa. A partir da trajetória individual de Wilson Choeri, buscou-se aprofundar a compreensão acerca do grupo dirigente da UEG/UERJ, as transformações pelas quais a instituição passou nas décadas de 1960 e 1970 e a relação de Choeri, seus colegas professores e seus alunos com a repressão política na ditadura civil-militar brasileira. A partir de agora, seguimos nos ombros de Choeri, acompanhando a costura

³⁴ CHOERI, Wilson. *Histórias do velho Colégio Pedro II*. Rio de Janeiro: Unigraf, 2004. A obra foi gentilmente cedida pelo professor Celso Thompson, da UERJ e do Colégio Pedro II.

de sua rede, sua ascensão e sua queda, suas certezas e vacilações, que nos fazem lembrar que a História é feita pelos homens, apesar de todas as suas determinações.

Capítulo 1

Wilson Choeri: um panorama de sua trajetória

1.1 Colégio Pedro II: o filho de libaneses pega o seu “elevador social”

Wilson Choeri nasceu no Rio de Janeiro no dia 28 de dezembro de 1925, filho de Nicolau Choeri e Essim Choeri, um casal de imigrantes libaneses. Criado no bairro da Abolição, na Zona Norte da cidade, cursou o primário na Escola Soares Pereira, um casarão em estilo neocolonial localizado na esquina da Avenida Maracanã e da Rua Pinto Guedes, na Tijuca, ainda hoje em funcionamento como uma escola municipal de mesmo nome. Em 1938, ao concluir a 5ª série do primário, chamada de Admissão, Choeri concorreu a uma vaga no já disputado Colégio Pedro II. Ele foi o único da sua turma que “se aventurou” na seleção, que incluía exames escritos de português e aritmética e exames orais de português, aritmética, geografia e história. Assim contou o professor:

No ano em que eu fiz já não se exigia mais ciências. A procura pelo Pedro II era muito grande. No ano em que entrei, a média de ingresso era 76. Eu consegui 76 e fui selecionado. Os alunos que ficavam abaixo da média eram oferecidos aos colégios particulares. Mandavam cartas para que fossem estudar nesses colégios, sem fazer exame de admissão.³⁵

³⁵ Entrevista concedida a Beatriz Boclin Marques dos Santos. IN: SANTOS, Beatriz Boclin Marques. *O currículo da disciplina escolar História no Colégio Pedro II – A década de 70 – entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica: a História e os Estudos Sociais*. (Doutorado em Educação, tese). Rio de Janeiro, UFRJ, 2009.

O Colégio Pedro II mantinha então o status de colégio modelo para o país, papel que ocupava desde sua fundação e reafirmado pela Reforma Francisco Campos, em 1932.³⁶ Criado por decreto em 2 de dezembro de 1837 por iniciativa do ministro do Império Bernardo Pereira de Vasconcellos, durante a regência de Pedro de Araújo Lima, foi o primeiro colégio de instrução secundária no Brasil. Vinte anos depois, em outubro de 1857, o Pedro II foi dividido entre o Internato, que funcionou primeiro na Tijuca e depois no Campo de São Cristóvão, e o Externato, no Centro.³⁷ As duas unidades tinham administrações independentes, assim como os seus próprios catedráticos. Foi no palacete em estilo neocolonial, localizado nas esquinas da Avenida Marechal Floriano e da Rua Camerino, que Choeri, nas suas próprias palavras, pegou o seu “elevador social”, como diria dezenas de vezes em discursos, entrevistas e nos seus livros de memória.

Entrar no Colégio Pedro II era um fato bastante significativo na vida de um jovem de origem modesta e morador do subúrbio. Tratava-se de uma escola tradicional, e zelosa das suas tradições, com boa reputação e que cobrava as menores taxas entre os estabelecimentos de ensino do Distrito Federal, fator decisivo para um crescente contingente de alunos que buscavam o ensino secundário. Na década de 1930, mais que triplicou o número de matrículas neste nível de ensino em todo o país: de 48.409 em 1931 para 169.000 em 1940³⁸, mesmo sem haver gratuidade do ensino público.³⁹ Vencida a

³⁶ BRASIL. *Decreto 21.241*, de 4 de abril de 1932: “O ensino secundário, oficialmente reconhecido, será ministrado no Colégio Pedro II e em estabelecimentos sob regime de inspeção oficial”. Todo o segundo capítulo do decreto trata de concursos, nomeações e remunerações do corpo docente da instituição, constituído por professores catedráticos, professores contratados e auxiliares de ensino. Ao longo do texto, todas as vezes em que são referidos estabelecimentos de ensino secundário, diz-se “o Colégio Pedro II e estabelecimentos [a ele] equiparados”.

³⁷ Essa organização perdurou até o início dos anos 1960, quando um incêndio destruiu o prédio do Internato em São Cristóvão. Hoje, a área abriga o campus São Cristóvão da instituição.

³⁸ MASSUNAGA, Magda Rigaud Pantoja. *O Colégio Pedro II e o ensino secundário brasileiro: 1930-1961*. (Mestrado em Educação, dissertação). Rio de Janeiro, UFRJ, 1989, p. 121.

³⁹ As Constituições de 1934, 1937 e 1946 previam a gratuidade apenas para o ensino primário, considerado obrigatório. No caso do texto da Carta de 1937, abriu-se a possibilidade de cobrança na forma de contribuição para a caixa escolar. Esse dispositivo foi mantido, com outra redação, na Constituição de 1946. O tema provocou grande agitação no movimento estudantil a partir dos anos 1950. Apenas a Constituição Federal de 1988 garantiu a gratuidade do ensino em todos níveis nos estabelecimentos públicos.

barreira altamente competitiva da admissão, Choeri passou a ter aulas de Português, Francês, História da Civilização, Geografia, Matemática, História Natural, Física, Química, Desenho, Música, Inglês e Latim.

Seus professores, *catedráticos*, eram responsáveis por ditar o ensino das suas disciplinas em todo o país. Era na dimensão didático-pedagógica que o Pedro II exercia sua influência de colégio modelo para o Brasil. Os livros didáticos escritos por nomes como Antenor Nascentes, de Língua Portuguesa, e Jonathas Serrano, de História, eram adotados por todos os outros estabelecimentos de ensino do país.⁴⁰ Mesmo com o fim do *padronato*, estabelecido pela Lei Orgânica do Ensino Secundário, de 1942, também conhecida como Reforma Capanema, os *catedráticos* do colégio mantiveram sua influência sobre o ensino oficial. Apesar de não mais ditarem os programas das disciplinas, vários deles participaram da comissão geral instituída pelo ministro Gustavo Capanema para este fim. Entre eles estavam Euclides Roxo, catedrático de Matemática e ex-diretor do Externato, Jonathas Serrano, catedrático de História, Carlos Delgado de Carvalho, catedrático de Geografia, e Carlos Henrique Rocha Lima, catedrático de Língua Portuguesa.⁴¹

A Reforma Capanema atingiria em cheio a vida escolar de Choeri, já que sua principal mudança foi na periodização do ensino secundário. A Reforma Francisco Campos previa dois ciclos, o primeiro de cinco anos e o segundo de dois anos, sendo este último exigido aos estudantes que desejavam ingressar no ensino superior. Já pela nova Lei Orgânica do Ensino Secundário, a formação continuaria dividida em dois ciclos, rebatizados de ginásio e colegial. O primeiro teria duração de quatro anos e o segundo de

⁴⁰ MASSUNAGA, *op. cit.*, 1989, p. 132.

⁴¹ Os trabalhos para elaboração dos programas não foram tranquilos. A comissão instituída em 1942 só começou a apresentar seus resultados em 1945, sob pressão da imprensa. A análise dos resultados mostra que o Pedro II perdeu significativa influência sobre o assunto (MASSUNAGA, *op. cit.*, 1989, p. 149).

três anos. O exame de admissão ao ginásio foi mantido. No colegial, os alunos passaram a ter que escolher entre os cursos clássico, com concentração nas áreas de Filosofia e Letras, e científico, com foco em Ciências.⁴² Em 1942, Choeri começou a 4ª série do primeiro ciclo. Assim, de um dia para o outro, ele se tornou concluinte do ginásio e, no ano seguinte, ingressaria no colegial. Não bastasse as mudanças no ensino, o então estudante vivia um drama familiar com a perda da mãe Essim, no ano anterior, e as dificuldades financeiras daí decorrentes. Sem poder pagar as taxas cobradas pelo Pedro II, neste mesmo ano ele foi transferido para o curso noturno e, por certo período, suas notas deixaram de ser lançadas.⁴³

O ano de 1942 marca também o início da fase de politização de Choeri. Em meio à Segunda Guerra Mundial, o Colégio Pedro II abrigava em seu corpo docente e discente todas as principais correntes políticas da época. Conviviam no Externato homens de pensamento tão diferentes como o catedrático de História Jonathas Serrano, membro do Centro Dom Vital e seguidor das ideias do filósofo católico francês Jacques Maritain, e o catedrático de Língua Portuguesa José Oiticica, líder anarquista com diversas passagens pela prisão nas décadas de 1910, 1920 e 1930.⁴⁴ Havia também simpatizantes do fascismo. Octacílio Pereira, chefe da secretaria do Externato, era membro da Ação Integralista Brasileira (AIB) e chegou a desfilar no colégio de jaqueta verde, botas e o sigma, símbolo do grupo.⁴⁵

⁴² SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Editora Paz e Terra, 2000, p. 209.

⁴³ CHOERI, Wilson. *Histórias do velho Colégio Pedro II*. Rio de Janeiro: Unigraf, 2004, p. 48.

⁴⁴ A aprovação de Oiticica no concurso em 1916 deve ser creditada a Carlos de Laet, então diretor do Externato. Católico e monarquista, Laet fez parte da banca e defendeu que o candidato fosse escolhido a despeito de suas posições políticas. Ver: SAMIS, Alexandre. "Presenças indômitas: José Oiticica e Domingos Passos". IN: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs). *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁴⁵ CHOERI, *op. cit.*, 2004, p. 81.

Após o torpedeamento de 19 navios mercantes na costa brasileira, causando centenas de mortes, Choeri e seus colegas do Pedro II se mobilizaram em defesa da declaração de guerra aos países do Eixo, o que aconteceria finalmente em agosto de 1942. A contradição entre a política interna do regime e o seu alinhamento às forças democráticas na Segunda Guerra Mundial, com o envio de cerca de 25 mil homens para lutar na Itália pela Força Expedicionária Brasileira (FEB), foi percebida por militares, políticos, intelectuais e estudantes.⁴⁶ Neste mesmo ano, as manifestações de jovens contra o nazi-fascismo se sucederam, tendo a União Nacional dos Estudantes (UNE) à frente.⁴⁷ Os alunos do colégio assumiram a luta pela anistia dos presos políticos do Estado Novo – decretada em abril de 1945 – e pela eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte.⁴⁸

É neste contexto de grande agitação e mobilização que um grupo de estudantes mais velhos do curso noturno liderou a criação, em 1944, de uma célula comunista, à qual Choeri se incorporou. A célula foi batizada de “Genny Gleizer”, em homenagem à jovem militante comunista – judia e romena – presa e expulsa do país depois do Levante de 1935, e foi bastante ativa na luta pela anistia dos presos políticos. Nas suas memórias, Choeri narra que, nesta campanha, o grupo funcionava como centro irradiador de propaganda. Adesivos com a palavra “Anistia” eram colados na pauta de frequência, nos açucareiros da Leitaria Minas Rio, frequentada pelos alunos na Avenida Marechal Floriano, no relógio registrador de passagens nos bondes. Ele assim descreve a marcha que saiu do Largo da Carioca em direção ao Palácio Guanabara, residência oficial de Getúlio Vargas:

⁴⁶ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 82.

⁴⁷ POERNER, Arthur José. *O poder jovem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 162.

⁴⁸ BARROS, Orlando de. “O Colégio Pedro II no Estado Novo”. In: CHAVES, Miriam Waidenfek; LOPES, Sonia de Castro (orgs.). *Instituições educacionais da cidade do Rio de Janeiro: um século de história (1850-1950)*. Rio de Janeiro: Mauad X/Fapej, 2009, p. 191.

Na comissão de frente, lá estavam: Aparício Torelli – o famoso Barão de Itararé, Álvaro Moreira – escritor e cronista de relevo, os maestros Mignone e Siqueira, Oscar Niemeyer – arquiteto, Sobral Pinto – advogado ilustre que defendeu Luís Carlos Prestes e Harry Berger, em 1935, e dezenas de homens eminentes. Aos alunos da célula do Colégio coube confeccionar os archotes, conseguir estopa, óleo queimado e a cada militante recrutar dez colegas simpatizantes. Na chegada ao Palácio Guanabara, fez-se vibrante comício. O manifesto, com milhares de assinaturas, clamando por anistia, foi entregue.⁴⁹

Dias depois do ato, em abril de 1945, Getúlio Vargas baixaria o decreto anistiaando cerca de 600 presos políticos, o mais famoso deles sendo Luiz Carlos Prestes. Em janeiro, o presidente já promulgara o Ato Adicional que, por meio de emendas à Constituição de 1937, determinou novas eleições para a presidência da República, para os governos estaduais e para uma Assembleia Nacional Constituinte em dezembro. A abertura política ensejou a criação de novos partidos. A União Democrática Nacional (UDN) se consolidou como principal agremiação de oposição a Vargas e disputou a hegemonia do movimento secundarista no Pedro II com os comunistas, sob liderança de Wilson Leite Passos.⁵⁰ Em 1954, Passos, deputado federal eleito pelo partido, seria o autor do pedido de impeachment do presidente eleito Getúlio Vargas.

O ano em que Choeri entra para o Partido Comunista do Brasil (PCB), 1944, marca também a sua primeira ascensão a posições de liderança no movimento estudantil ao assumir a presidência do Grêmio Científico e Literário Pedro II. Não foi possível, entretanto, estabelecer uma relação entre os dois fatos. Sua carreira no movimento estudantil prosseguiu no ensino superior, mas sua vinculação com o Partido Comunista não duraria muito. Numa reorientação do Comitê Central do PCB, as células formadas por estudantes secundaristas e universitários foram fechadas e os militantes foram

⁴⁹ CHOERI, *op. cit.*, 2004, p. 90.

⁵⁰ CHOERI, *op. cit.*, 2004, p. 88.

transferidos para células dos bairros onde residiam. A justificativa era que os jovens precisavam adquirir a “consciência proletária” e a manutenção dos grupos nas escolas e universidades permitiam a manutenção do “espírito burguês”.⁵¹ De volta à ilegalidade em 1947, o partido viveu um processo de radicalização e, em paralelo, seria atingido pela forte campanha anticomunista e pela repressão do governo do general Eurico Gaspar Dutra.⁵² Nos anos seguintes, os comunistas também viram sua força no movimento estudantil ser contestada com o avanço dos udenistas. Em 1950, a aliança entre comunistas e socialistas foi derrotada na eleição para presidência da UNE pelo grupo direitista, que tinha como principal articulador o então presidente da União Metropolitana dos Estudantes (UME), Paulo Egydio Martins. Anos depois, Martins seria ministro da Indústria e do Comércio do governo Costa e Silva e governador de São Paulo entre 1975 e 1979. A esquerda só retomaria o controle da UNE em 1956.⁵³

A militância de Choeri não passaria despercebida pelos órgãos de informação criados no Estado Novo e que permaneceram atuando após o seu fim. Seu prontuário na Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) do Rio de Janeiro foi aberto em 21 de maio de 1946, após ele subscrever um telegrama enviado ao chefe de polícia em que protestava contra as medidas de repressão ao comunismo. No seu curto período na legalidade, entre outubro de 1945 e abril de 1947, o partido sofreu forte perseguição do governo Dutra. Na investigação aberta pelo DOPS, Choeri foi identificado como “antigovernista” e “forte adepto da Rússia Soviética”, além de ter ocupado o posto de secretário de massas e eleitores na célula Genny Gleizer e, posteriormente, 1º secretário da Coligação Democrática Progressista do Méier, “entidade auxiliar do PCB”.⁵⁴ Apesar das

⁵¹ CHOERI, *op. cit.*, 2004, p. 89.

⁵² SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo/Unirio, 2001, p. 56-57.

⁵³ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias Estudantis: 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Roberto Marinho, 2007, p. 78.

⁵⁴ Prontuário RJ, 32.919, Fundo Polícias Políticas, Aperj.

informações levantadas sobre ele, as consequências da sua militância comunista só se fariam sentir duas décadas depois, assunto que será abordado no terceiro capítulo desta dissertação.

Os anos de Choeri como aluno e líder estudantil no Colégio Pedro II, entre 1939 e 1945, marcam o início da construção de uma rede de sociabilidade intelectual, para retomar o conceito de Michel Trebitsch⁵⁵, que será fundamental para a compreensão de sua trajetória profissional nas décadas seguintes. Nas suas memórias, ele relata a admiração pelos seus mestres, homens de ciências e letras que representavam a ponta de lança do debate intelectual no país. Alcançar o posto de catedrático no Colégio Pedro II garantia prestígio social e acadêmico significativo mesmo para aqueles que já tinham uma carreira consolidada, como foi o caso célebre de Pedro Calmon. Reitor da Universidade do Brasil desde 1948, ele disputou e venceu o concurso para catedrático de História do Brasil da instituição em 1955. Ao ingressar no ensino superior, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) do Instituto La-Fayette, Choeri reencontrou muitos dos seus mestres, continuando a cerzir a teia de relações iniciada no Colégio Pedro II. Antes, entretanto, é necessário fazer um retorno às origens desta faculdade.

1.2 Instituto La-Fayette: reencontro com os mestres, de aluno a colega

Em 1939, mesmo ano em que Choeri entrou no Colégio Pedro II, esses homens de ciências e letras reunidos no Pedro II se mobilizaram para criar uma nova Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras no Rio de Janeiro, particular e com foco na formação de professores para a educação básica. Enquanto buscavam um local para o funcionamento da faculdade, os professores ficaram sabendo de iniciativa semelhante capitaneada pelo professor La-Fayette Côrtes, fundador do Instituto La-Fayette. Localizado na Rua

⁵⁵ TREBITSCH, *op. cit.*, 1992.

Haddock Lobo, na Tijuca, o instituto já oferecia os cursos primário e secundário e Côrtes sonhava com uma expansão das suas atividades desde 1936. Os dois grupos decidiram, então, juntar os seus esforços.⁵⁶ Assim, no dia 11 de agosto de 1939 era fundada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) do Instituto La-Fayette.

Infelizmente, toda a documentação relativa à faculdade e sua criação foi perdida, mas uma lista de seus fundadores foi compilada pela revista *Delfos*⁵⁷, uma publicação da Associação de Ex-Diplomados da FFCL, já na década de 1970.⁵⁸ Segundo La-Fayette Côrtes Filho, filho do professor La-Fayette Côrtes e primeiro secretário da faculdade, o corpo docente foi formado por uma conjugação das equipes do Colégio Pedro II, capitaneados por Francisco Alcântara Gomes Filho, do próprio Instituto La-Fayette, que já oferecia os cursos primário e secundário, do magistério militar e da Universidade do Brasil. Diz La-Fayette Côrtes Filho: “Houve então esse conglomerado que deu origem à congregação que foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação”.⁵⁹

Entre os quase 60 nomes citados pela revista *Delfos*, destacamos os 23 que eram à época membros do corpo docente e catedráticos do Colégio Pedro II: Adolfo Morales de Los Rios, Antenor Nascentes, Antônio Bardy, Antônio Carneiro Leão, Arlindo Fróes, Antônio dos Santos Jacintho Guedes, Carlos Delgado de Carvalho, Clóvis do Rego Monteiro, David José Perez, Fernando Raja Gabaglia, Fernando Carvalho Barata, Francisco Alcântara Gomes Filho, George Sumner, Haroldo Lisboa da Cunha, Honório de Souza Silvestre, Hugo Segadas Vianna, João Baptista de Mello e Souza, Jonathas

⁵⁶ MANCEBO, Deise. *Da gênese aos compromissos: uma história da Uerj*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996, p. 28.

⁵⁷ A coleção da revista *Delfos*, apesar de incompleta, está disponível na Biblioteca do Centro de Educação e Humanidades (CEH/A) da UERJ, no 12 ° andar do Pavilhão João Lyra Filho, campus do Maracanã.

⁵⁸ *DELFO*S. Rio de Janeiro, número 13-14, 1973-1974.

⁵⁹ CÔRTE S FILHO, La-Fayette. **La-Fayette Côrtes Filho**: depoimento [1986]. Rio de Janeiro: UERJ. Entrevista concedida ao programa Memória UERJ do Centro de Tecnologia Educacional da UERJ.

Serrano, Júlio de Carvalho Barata, Oswaldo Ferreira Serpa, Pedro do Coutto, Roberto Bandeira Accioli e Tasso da Silveira. Além destes, é importante ressaltar a presença dos professores Fernando Rodrigues da Silveira, João Lyra Filho, Ney Cidade Palmeiro e Oscar Accioly Tenório, além de Manoel Lourenço Filho.⁶⁰ Deste grupo, Haroldo Lisboa da Cunha, João Lyra Filho, Oscar Accioly Tenório e Ney Cidade Palmeiro ocupariam, nas décadas de 1960, 1970 e 1980 o posto de reitor da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), posteriormente Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Já Fernando Rodrigues da Silveira foi o fundador do Colégio de Aplicação da universidade, que atualmente leva o seu nome.

Em suas memórias, Choeri faz referências e deferências aos seus mestres do Pedro II, a quem reencontraria na FFCL do Instituto La-Fayette. Sobre o catedrático Jonathas Serrano, escreveu: “Está, como sempre, impecavelmente vestido: paletó jaquetão cinza, talho à *London Taylor*, abotoado e nó da gravata à *Duque de Windsor*. Com voz de fãlsete, a dizer ao aluno desalinhado: ‘Jovem, suspenda a gravata e abotoe o dólmã. Você representa sua família!’”.⁶¹ Já sobre Antenor Nascentes, definiu: “O Nascentes, além, muito além, de professor, era um educador. Procurava ampliar nossos horizontes culturais, induzir-nos a olhar e nos inteirmos do mundo ao nossos redor.”⁶²

⁶⁰ Os outros professores fundadores eram La-Fayette Côrtes, seu primeiro diretor, Abgar Renault, Adalberto Menezes de Oliveira, Afrânio Peixoto, Alarico de Freitas, Álvaro Alberto, André Bernardino Chaves, Antônio Pereira Ferraz, Attila Magno da Silva, Ayrton Bittencourt Lôbo, Ciro Romano Faria, Felipe dos Santos Reis, Fernando Nogueira Pinto, Francisco Levasseur França, Heloísa Alberto Torres, Hildegardo de Noronha, João Baptista Pecegueiro do Amaral, João Cordeiro da Graça Filho, Joaquim de Faria Góes Filho, Joaquim Menezes de Oliveira, Jorge Felipe Kafuri, Jorge Figueira Machado, José Curvello de Mendonça, José Faria Góes Sobrinho, José Maria Bello, Josué Cardoso d’Affonseca, Luiz Caetano de Oliveira, Luiz Cláudio de Castilho, Luiz Pedreira de Castro Pinheiro Guimarães, Maria Joaquina Pinheiro Guimarães Romero, Maria Luiza da Motta Cunha Freire, Néilson Hungria Hoffbauer, Olympio Oliveira Ribeiro da Fonseca, Othon Henri Leonardos, Othon Nogueira, Pedro Sinzig, Romão Côrtes de Lacerda, Ruy Maurício de Lima e Silva, e Virgínia Côrtes de Lacerda. Ver: *DELFO*. Rio de Janeiro, número 13-14, 1973-1974, p. 107. Foi identificado que alguns destes professores participaram da experiência da Universidade do Distrito Federal (UDF), fundada por Anísio Teixeira.

⁶¹ CHOERI, *op. cit.*, 2004, p. 12.

⁶² CHOERI, *op. cit.*, 2004, p. 219.

Contudo, criar uma faculdade em 1939 era uma tarefa complexa. O Estatuto das Universidades, baixado em 1931 por Francisco Campos, determinava que as escolas particulares estavam submetidas à União. Já na gestão de Gustavo Capanema, o Decreto-Lei nº 421, de 11 de maio de 1938, apertou a regulamentação quanto ao funcionamento das instituições de ensino superior ao definir que as escolas só poderiam ser abertas com autorização federal. A nova Universidade do Brasil, formada por Capanema em 1937, tinha como um de seus principais objetivos ser o padrão nacional e único de ensino superior no Brasil.⁶³ A política educacional *estadonovista* assumia seu caráter autoritário e centralizador: cabia ao Estado orientar a formação mental e moral dos indivíduos, sem permitir o surgimento ou difusão de ideologias alternativas.⁶⁴

Não bastasse todas essas barreiras, em 1939 o Estado Novo fechava no Rio de Janeiro a Universidade do Distrito Federal (UDF), criada quatro anos antes por Anísio Teixeira e um importante experimento liberal no campo educacional⁶⁵, incorporando seus prédios, parte de seus professores e seus estudantes à Universidade do Brasil. Justificar a abertura de uma faculdade particular no momento em que se fechava uma universidade pública que contava com cerca de 500 alunos⁶⁶ parecia um contrassenso. Foi necessário então mobilizar as relações pessoais de seus fundadores – como seria feito muitas e muitas vezes nas décadas seguintes – para driblar essas resistências. O principal responsável por essa articulação foi Manoel Lourenço Filho, ex-chefe de gabinete de Francisco Campos na sua gestão como ministro da Educação e Saúde Pública, membro do Conselho Nacional de Educação desde 1937 e incumbido por Capanema de criar o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), no mesmo ano. Outro “padrinho” da Faculdade

⁶³ SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, *op. cit.*, 2000, p. 223.

⁶⁴ CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas*. São Paulo, Editora Unesp, 2007, p. 180.

⁶⁵ A UDF foi “um contraponto liberal à política autoritária dominante” (CUNHA, *op. cit.*, 2007, p. 203).

⁶⁶ SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, *op. cit.*, 2000, p. 230.

de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto La-Fayette foi o ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, que tratou a questão com o ministro da Educação e Saúde Pública durante um jantar no Automóvel Club do Brasil.⁶⁷

Quando Wilson Choeri iniciou sua caminhada como aluno do curso de Física da FFCL do Instituto La-Fayette, aos 20 anos, em 1946, a faculdade ainda engatinhava. A autorização do governo federal para o seu funcionamento saíra em 1941, mas as atividades acadêmicas só começaram em 1942, com 128 alunos.⁶⁸ Não há registros orais nem escritos do que o motivou a ingressar numa faculdade nova, particular e de menor prestígio, se comparada à Universidade do Brasil. Contudo, a partir de um olhar retrospectivo de sua trajetória, é possível afirmar que a presença maciça de seus antigos professores do Colégio Pedro II na instituição foi determinante para esta decisão, somada ao fato da FFCL cobrar mensalidades mais baratas e oferecer o curso noturno, no qual foi pioneira na cidade. Aliás, ele não seria único a seguir esse caminho. Seu amigo de vida inteira, o professor Aloizio Jorge do Rio Barbosa também deixou o Pedro II rumo ao Instituto La-Fayette e, depois, virou professor na UERJ e do próprio Pedro II, a exemplo de Choeri. Na prática, a Faculdade de Filosofia representava uma extensão da rede que Choeri e outros colegas começaram a desenvolver nos anos de secundarista.

Em 1946, ano em que Choeri fez a sua matrícula, a FFCL viveu sua primeira grande crise, tendo os estudantes como protagonistas. Na luta pelo barateamento das taxas, houve um enfrentamento sério com o professor La-Fayette Côrtes que, decepcionado e bastante doente, chegou a pensar em fechar a faculdade.⁶⁹ Os problemas financeiros seriam constantes em todo o período de existência da instituição, até esta ser

⁶⁷ Entre os fundadores da nova faculdade, havia muitos professores do Colégio Militar no Rio de Janeiro. Ver: MANCEBO, *op. cit.*, 1996, p. 29.

⁶⁸ MANCEBO, *op. cit.*, 1996, p. 29.

⁶⁹ MANCEBO, *op. cit.*, 1996, p. 29.

incorporada à nova universidade pública do Rio de Janeiro, em 1950, batizada de Universidade do Distrito Federal. A morte do fundador, logo após o embate com os estudantes, gerou um desinteresse da direção do instituto pela FFCL.

Os anos seguintes foram difíceis, com sucessivos atrasos no pagamento dos salários. Em 1950, uma nova crise eclodiu, agora entre a cúpula do Instituto La-Fayette e a congregação da faculdade. Em 15 de setembro, a direção aceitou ceder os direitos da FFCL para a congregação, formada pelos professores catedráticos, na forma de uma associação civil. Essa operação vinha sendo preparada desde a morte de La-Fayette Côrtes e foi efetivada na gestão de Ney Cidade Palmeiro como diretor.⁷⁰ Três meses após a separação da faculdade do corpo do instituto, iniciou-se um movimento de professores e alunos pela criação de uma nova Universidade do Distrito Federal (UDF) e pela incorporação da faculdade à nova UDF. Neste mesmo ano, Choeri, aos 24 anos, é eleito vice-presidente do Diretório Acadêmico.⁷¹ O estudante, que já fora presidente do grêmio do Colégio Pedro II, começa a assumir o protagonismo também no movimento estudantil universitário e terá papel ativo nesta luta.

Os alunos e professores da FFCL do Instituto La-Fayette se engajaram num debate que já vinha ocorrendo no legislativo desde 1948, quando o vereador João Luís de Carvalho apresentou um projeto de Lei (nº 8) reestabelecendo a Universidade do Distrito Federal (UDF) através da reunião da faculdade do Instituto La-Fayette, da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, fundada em 1935, da Faculdade de Ciências Médicas, criada em 1937, e da Faculdade de Ciências Econômicas, cujas atividades datavam de 1930. Todas as quatro instituições eram privadas, tinham trajetórias e culturas acadêmicas distintas e ordenamentos jurídicos díspares. Segundo Mancebo, “os idealizadores destas

⁷⁰ CÔRTEZ FILHO, op. cit., 1986.

⁷¹ *Diário de Notícias*, 26 de outubro de 1950, segunda seção, página 4.

novas Faculdades apresentavam uma concepção comum, quanto ao deveria objetivar uma instituição de ensino superior: a preocupação exclusiva com formação profissional”.⁷²

No dia 6 de outubro, menos de um mês depois da FFCL se descolar do Instituto La- Fayette e ser assumida pelos seus catedráticos, através da congregação, o projeto apresentado pelo vereador João Luís Carvalho foi aprovado na Câmara dos Vereadores e seguiu para a sanção do prefeito Ângelo Mendes de Moraes. A perspectiva de (re)criação da UDF empolgava Choeri, seus colegas e mestres que viam na incorporação, pelo poder público, a saída para as dificuldades crônicas enfrentadas. Contudo, Mendes de Moraes vetou integralmente o projeto de Lei, alegando falta de recursos e o fato de já existir uma universidade na cidade do Rio de Janeiro, a Universidade do Brasil. Como, na época, os vetos do prefeito do Distrito Federal eram analisados pelo Senado Federal, o campo de batalha em torno da “nova UDF” se transferiu para o legislativo federal. Foi significativa a pressão exercida pelos corpos docente e discente da FFCL para derrubar o veto.⁷³ O então professor Haroldo Lisboa da Cunha, que assumiria a reitoria da instituição entre 1960 e 1967, lembra que uma série de vigílias foram feitas no Senado. Até a madrugada em que, finalmente, o veto foi derrubado:

No Senado, o veto caiu numa memorável sessão que se prolongou do dia 4 a madrugada do dia 5, em que nós temos sempre que recordar entre outros grandes nomes os senadores que nos apoiaram, o senador pelo Espírito Santo Atílio Vivacqua. Que foi talvez o mais veemente dos defensores da queda do veto no senado federal.⁷⁴

⁷² MANCEBO, *op. cit.*, 1996, p. 38.

⁷³ Reunir faculdades particulares para criar uma universidade pública era uma prática que vinha crescendo no país desde meados da década de 1940. Só a Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950, “federalizou” 39 estabelecimentos de ensino no mesmo dia em que foi derrubado o veto à criação da nova UDF. Os senadores estavam, então, muito permeáveis às pressões exercidas por estudantes, que defendiam o ensino gratuito, e por professores desejos dos privilégios do funcionalismo público. Ver: CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. São Paulo: Editora Unesp, 2007, p. 77.

⁷⁴ CUNHA, Haroldo Lisboa. **Haroldo Lisboa da Cunha**: depoimento [1980]. Rio de Janeiro: UERJ. Entrevista concedida ao programa Memória UERJ do Centro de Tecnologia Educacional da UERJ.

A luta para tirar a nova universidade do papel, entretanto, não tinha terminado. A decisão do Senado que determinava que o prefeito nomeasse, em 30 dias, uma comissão de professores das quatro faculdades para tomar as providências necessárias à sua instalação. No entanto, o prefeito Mendes de Moraes resistiu o quanto pôde. Os nomes da comissão só foram indicados em julho de 1951, já na gestão de João Carlos Vital. Eram eles Lourenço Filho, da FFCL, Ary Franco, da Faculdade de Direito, Álvaro Cimplido de Sant'Anna, da Faculdade de Ciências Médicas, e Cândido de Almeida Marques, da Faculdade de Ciências Econômicas.⁷⁵

Mesmo após a apresentação do relatório da comissão, a implantação efetiva da universidade caminhava em passos lentos e a mobilização dos estudantes foi fundamental para destravá-la. Agora como presidente do Diretório Acadêmico La-Fayette Côrtes (DALC), da FFCL, Wilson Choeri foi uma das lideranças desta luta. No dia 28 de setembro de 1951, ele esteve em uma audiência com o prefeito João Carlos Vital no Palácio Guanabara para tratar da destinação de verbas para a instituição. Antes do encontro, ele declarou à imprensa:

Desde logo vimos a necessidade de ampliar o movimento pró-instalação da UDF pois entrou em segunda discussão a lei de meios para 1952 sem, no entanto, constar a verba destinada à instalação da Universidade do Distrito Federal. Estranhemos, também, a demora na nomeação do Reitor da universidade, visto que sem a dita nomeação não podem ser instalados o Conselho de Curadores e o Conselho Universitário.⁷⁶

Dias depois da reunião com o prefeito, a Câmara do Distrito Federal decidiu destinar recursos de um milhão de cruzeiros para a instalação da UDF no ano seguinte.

⁷⁵ *Diário de Notícias*, 22 de julho de 1951, segunda seção, página 4.

⁷⁶ *Diário de Notícias*, 29 de setembro de 1951, segunda seção, página 2.

As demandas estudantis encontraram eco no parlamento. Entre os vereadores mais simpáticos à universidade estavam João Luís de Carvalho, autor do seu projeto de criação, Álvaro Dias e Pascoal Carlos Magno. Em carta publicada no “Diário de Notícias”, em 2 de outubro, Choeri saudou os três parlamentares pelos seus esforços na obtenção de recursos para a UDF, além de agradecer ao próprio jornal pelo apoio: “Ficamos gratos à Câmara dos Vereadores, especialmente dos edis Álvaro Dias, João Luís de Carvalho e Pascoal Carlos Magno por terem conseguido que a Comissão de Finanças destinasse uma verba de um milhão de cruzeiros para a instalação da UDF”.⁷⁷

O primeiro reitor nomeado pelo prefeito para a universidade foi Ary Franco. Contudo, por ocupar o posto de ministro no Supremo Tribunal Federal, Franco ficou impossibilitado de acumular os dois cargos. Esta acabou sendo mais uma razão para protelar o início das atividades da UDF. Apenas em 15 de fevereiro de 1952, em solenidade realizada no Palácio Guanabara, o professor Rolando Monteiro, da Faculdade de Ciências Médicas, foi empossado como primeiro reitor. Passados quatro anos desde a apresentação do projeto de Lei, finalmente a nova Universidade do Distrito Federal se tornava realidade.⁷⁸

O episódio de criação da universidade revela uma atuação bastante articulada entre estudantes e professores em torno de um objetivo comum: a derrubada do veto no Senado Federal e a criação da uma nova universidade pública no Rio de Janeiro. Em 1950, Choeri já mantinha um relacionamento acadêmico com seus professores, muitos oriundos do Colégio Pedro II como vimos anteriormente, há mais de uma década. Tendo ocupado postos de liderança no movimento estudantil secundarista e universitário, esteve em contato próximo com os docentes que ocuparam cargos de comando tanto no colégio

⁷⁷ *Diário de Notícias*, 2 de outubro de 1951, segunda seção, página 2.

⁷⁸ PARDAL, Paulo. *UERJ: apontamentos sobre sua origem no 40º aniversário de fundação e 60º de ensino*. Rio de Janeiro: UERJ, 1990, p. 35.

quanto no Instituto La-Fayette. Ao mesmo tempo, é preciso ressaltar que os professores da FFCL mantinham suas atividades profissionais em paralelo à docência. Um número significativo deles pertencia ao mundo jurídico, dando aulas também na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, instituição particular incorporada pela nova UDF. Eram os casos dos futuros reitores Oscar Accioly Tenório e João Lyra Filho. Essas redes pessoais, já mobilizadas na obtenção da autorização de funcionamento da FFCL do Instituto La-Fayette, atuaram novamente num movimento decisivo para os rumos da instituição. Dessa vez, reforçadas pelos laços dos docentes de outras faculdades, como o próprio Ary Franco, ministro do STF.

Um ano depois da (re)criação da UDF, em maio de 1953, Wilson Choeri, aos 27 anos, entrou no Salão Nobre da rebatizada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Distrito Federal para sua colação de grau de bacharel em Física. Na cerimônia, coube a ele o papel de orador de sua classe. Em nome dos paraninfos das diversas turmas, falou Antenor Nascentes, seu ex-professor de língua portuguesa no Colégio Pedro II que, como vimos, foi um dos fundadores e dava aulas na FFCL.⁷⁹ Uma das possíveis razões para a demora de Choeri em se formar foi a greve estudantil desencadeada em novembro de 1951 contra a aprovação do projeto que concedia a todos os formados em escolas superiores o direito de lecionar no ensino secundário, prerrogativa dos formandos das faculdades de filosofia, ciências e letras. A greve teve adesão nacional e se estendeu pelo ano de 1952.⁸⁰ O curso de Física mantinha taxas de reprovação da ordem de 45% do corpo discente por série, o que também deve ter atrasado a conclusão do curso.⁸¹ E ele ainda receberia o título de bacharel em Matemática pela mesma instituição.

⁷⁹ *Diário de Notícias*, 3 de maio de 1952, segunda seção, página 2.

⁸⁰ *Diário de Notícias*, 2 de novembro de 1951, segunda seção, página 2.

⁸¹ MANCEBO, *op. cit.*, 1996, p. 69.

Seguindo o caminho comum da época, pouco tempo depois de formado Choeri já era professor da faculdade. Apesar da falta de registros precisos sobre quando começou a lecionar, o mais provável é que tenha sido logo após a sua formatura ou até um pouco antes.⁸² Em julho de 1955, uma nota no “Diário de Notícias” informa que “a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UDF convoca os professores Fernando Sgarbi Lima, Wilson Choeri e Aloísio Jorge do Rio Barbosa para uma reunião”.⁸³ Barbosa, vale lembrar, foi colega de Choeri no Colégio Pedro II e os dois seguiram juntos para o Instituto La-Fayette. Sgarbi Lima também estudou no Instituto La-Fayette e foi professor de História da universidade ao longo de 45 anos. Os três ainda apareceriam juntos muitas vezes nas décadas seguintes, já como professores da UERJ.

Nos anos seguintes, Choeri prosseguiu na carreira de professor e ainda se envolveu na criação de uma entidade dos ex-alunos da sua faculdade, a Associação dos Diplomados da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UDF. Em outubro de 1955, ele foi eleito presidente da associação, tendo na sua chapa Moisés Sheinkman (vice), Hélio Barros de Aguiar (1º secretário), Cylene Castelões (2º secretário), Osny Braga Carvalho (1º tesoureiro), Altair Gomes (2º tesoureiro), Ayrton Sousa Gonçalves (diretor social), Aloysio Jorge do Rio Barbosa (diretor cultural) e Victor Zappi Capucci (diretor de publicidade).⁸⁴ A entidade foi a responsável pela publicação da revista *Delfos*, que reunia artigos científicos e notícias sobre a atuação profissional dos ex-alunos. De periodicidade variável, a *Delfos* foi o veículo de importantes relatos memorialísticos sobre a faculdade, a maior parte deles a cargo de Hélio Barros de Aguiar. Por permitir

⁸² Segundo o historiador e professor Orlando de Barros, alguns estudantes eram convidados pelos catedráticos a se integrar às suas equipes. Barros, por exemplo, foi trabalhar com o Ney Cidade Palmeiro (BARROS, Orlando de. **Orlando de Barros**: depoimento ao autor em 16 de janeiro de 2017, em sua casa no Rio de Janeiro).

⁸³ *Diário de Notícias*, 13 de julho de 1955, segunda seção, página 4.

⁸⁴ *Diário Carioca*, 30 de outubro de 1955, página 6.

acompanhar a trajetória do grupo, incluindo Choeri, a publicação foi e será citada diversas vezes nesta dissertação.

Em maio de 1956, Choeri foi contratado como professor de Estatística Metodológica da Faculdade de Ciências Econômicas da UDF.⁸⁵ Três anos depois, em abril de 1959, foi aprovado em primeiro lugar no concurso de Livre-Docência em Estatística Geral e Aplicada da FFCL da Universidade do Rio de Janeiro (URJ, denominação da UDF a partir de 1958). Participaram da sua banca o catedrático da cadeira, Fernando Rodrigues da Silveira, e os professores Albano Raimundo da Fonseca Marques, Helena Blois, Barbosa Viana e Paschoal Villaboim Filho.⁸⁶ Na época, a carreira docente consistia na seguinte série de postos: instrutor, assistente (escolhido entre os instrutores), adjunto (escolhido entre os assistentes com título de livre-docente) e catedrático. O professor catedrático era o responsável por determinar a progressão ou não de todos os docentes que atuavam na sua área.

Em junho, três meses após se tornar livre-docente e já como membro da congregação da faculdade, Choeri subscreveu uma nota sobre a possível encampação da universidade pelo governo federal devido às suas dificuldades financeiras. Ao longo da década de 1950, a universidade viveu crises consecutivas de falta de pagamento aos professores e de disputas com movimento estudantil em torno do valor das mensalidades. Isso porque a Lei nº 547 de 1950, que recriou a UDF, garantiu às quatro faculdades fundadoras autonomia administrativa, pedagógica e financeira. As verbas vindas da prefeitura não passavam pela Reitoria e, sim, iam diretamente para as faculdades, de acordo com os orçamentos elaborados pelas respectivas congregações. Essa concepção foi mantida no estatuto de 1952 e no regimento de 1955.

⁸⁵ *Diário de Notícias*, 22 de maio de 1956, segunda seção, página 4

⁸⁶ *Diário de Notícias*, 8 de abril de 1959, segunda seção, página 5.

Também assinam a nota os professores Antenor Nascentes, David José Perez, Fernando Rodrigues da Silveira, Haroldo Lisboa da Cunha, Hugo Segadas Vianna, João Lyra Filho, Ney Cidade Palmeiro e Oscar Accioly Tenório.⁸⁷ Novamente, observamos o reaparecimento de personagens já citados anteriormente. Com exceção de Choeri, todos os membros da congregação eram fundadores da faculdade. E, entre eles, Nascentes, Perez, Lisboa da Cunha e Segadas Vianna foram professores de Choeri no Colégio Pedro II. Deste grupo saíram também quatro reitores da universidade nas três décadas posteriores – a saber, Lisboa da Cunha, Lyra Filho, Cidade Palmeiro e Accioly Tenório.

Essa repetição de nomes não é uma coincidência e, para compreender os passos seguintes da carreira de Choeri na universidade, é preciso apresentar a distribuição interna de poder na instituição. Até 1953, o reitor era escolhido pelo prefeito do Distrito Federal, e depois o governador do estado da Guanabara, entre os quatro diretores das faculdades fundadoras. A Lei nº 783, de outubro daquele ano, determinou que qualquer professor catedrático poderia assumir o cargo, desde que fosse indicado na lista tríplice elaborada pelo Conselho Universitário.⁸⁸ O conselho, por sua vez, era composto pelo reitor, vice-reitor, os quatro diretores das faculdades, quatro representantes de cada faculdade indicado pela respectiva congregação, um representante dos docentes livres, e os diretores de três institutos – Criminologia, Higiene e Física –, fundados logo após a criação da UDF como centros de pesquisa das faculdades de Direito, Ciências Médicas e Filosofia, respectivamente. Os diretores de cada faculdade eram eleitos pelas respectivas congregações.

Assim, observa-se o poder assumido pelas congregações das faculdades e os seus catedráticos. As congregações eram responsáveis por escolher oito membros do Conselho

⁸⁷ *Correio da Manhã*, 18 de junho de 1959, 1º caderno, página 5.

⁸⁸ Tal mudança foi fruto de uma disputa entre estudantes e o então reitor Rolando Monteiro sobre a cobrança de mensalidades. (MANCEBO, *op. cit.*, 1996, p. 85)

Universitário, o órgão responsável por elaborar a lista tríplice dos candidatos a reitor. As congregações também tinham a responsabilidade de elaborar os orçamentos das suas respectivas faculdades. Logo, para a trajetória política de Choeri dentro da universidade, fazer parte da congregação da FFCL era um passo significativo.

Esse amplo poder das congregações será reduzido nos anos de 1958 e 1959 em virtude de dois projetos de leis aprovados sob pressão dos estudantes. A gratuidade do ensino era uma demanda crescente dos alunos.⁸⁹ Os discentes acreditavam que o fim das mensalidades só seria possível com a total encampação do patrimônio das faculdades que compunham a universidade. O primeiro passo neste sentido foi a aprovação da Lei nº 909, em junho de 1958, que mudou a denominação da Universidade do Distrito Federal (UDF) para Universidade do Rio de Janeiro (URJ) e estabeleceu que no mínimo 5% da receita ordinária da prefeitura no ano anterior seria destinada à instituição, de forma a garantir a gratuidade aos seus alunos. Os professores também teriam direito a se inscrever no Montepio dos Empregados Municipais, a previdência dos servidores, de forma a garantirem suas aposentadorias.

Em julho do ano seguinte, uma enorme mobilização dos estudantes culminou na aprovação da Lei nº 930, que referendava a legislação aprovada em 1958 e autorizava à universidade “a incorporar ao seu patrimônio os bens pertencentes às unidades, nos limites do seu orçamento”, além de prever que novas unidades a serem incorporadas cederiam seus patrimônios à URJ. Para os estudantes, a vitória foi a gratuidade do ensino. No entanto, questões relativas ao patrimônio das quatro faculdades fundadoras, assim como o regime jurídico da universidade e dos seus funcionários, só foram equacionadas

⁸⁹ As Constituições de 1934, 1937 e 1946 previam a gratuidade apenas para o ensino primário, considerado obrigatório. No caso do texto da Carta de 1937, abriu-se a possibilidade de cobrança na forma de contribuição para a caixa escolar. Esse dispositivo foi mantido, com outra redação, na Constituição de 1946. O tema provocou grande agitação no movimento estudantil a partir dos anos 1950. Apenas a Constituição Federal de 1988 garantiu a gratuidade do ensino em todos níveis nos estabelecimentos públicos.

bem depois. É interessante notar como o legislativo municipal foi permeável às pressões estudantis na década de 1950, o que vai de encontro às características dos vereadores na época e de suas formas de atuação. Freire e Sarmento assim descrevem o legislativo municipal naquele período:

[Os vereadores] representavam, por exemplo, os interesses específicos de categorias profissionais, de grupos religiosos e, principalmente, de localidades e regiões da cidade. Tais características faziam do vereador um representante mais diretamente conectado com seus eleitores, o que gerava uma prática política muito mais intensiva de encaminhamento de interesses e demandas específicas. Praticamente dissociado do debate de temas de amplitude nacional, esse contingente significativo de atores políticos expressava uma matriz estável e duradoura da esfera política carioca.⁹⁰

A Lei nº 930, de 1959, também alterou a estrutura de poder da rebatizada URJ. Os diretores não seriam mais escolhidos pela Congregação, mas pelo reitor, com a prévia autorização do prefeito. Ficou vedada também a reeleição para qualquer cargo eletivo na universidade, um expediente bastante comum que garantia a poucos catedráticos os postos de comando. Assim, as congregações das faculdades perderam poder, mas este não foi democratizado pela comunidade universitária. Antes, tratou-se de uma concentração de poderes na reitoria e no Conselho Universitário, duas instâncias que continuavam sendo controladas por um pequeno grupo de professores catedráticos.

O levantamento feito por Mancebo da composição do Conselho Universitário da UDF/URJ entre 1952, quando o órgão é criado, e 1960 é bastante ilustrativo deste argumento.⁹¹ Os 14 postos do conselho foram ocupados por apenas 28 professores

⁹⁰ FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo. “Três faces da cidade: um estudo sobre a institucionalização e a dinâmica do campo político carioca (1889-1969)”. IN: MOTTA, Marly; FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo. *A política carioca em quatro tempos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.44.

⁹¹ MANCEBO, *op. cit.*, 1996, p. 72.

diferentes no período. Destes, seis permaneceram durante os nove anos ininterruptamente: Álvaro Cumplido de Sant'Anna (Faculdade de Ciências Médicas), Ary Franco (Faculdade de Direito), Aurélio Monteiro (docente-livre), Francisco Alcântara Gomes Filho (FFCL), Ney Cidade Palmeiro (FFCL) e Roberto Lyra (Faculdade de Direito). Em alguns casos, a permanência pode ser explicada pelos cargos que ocupavam. Sant'Anna foi vice-reitor entre agosto de 1954 e maio de 1955, quando assumiu a reitoria após a renúncia de Antônio dos Santos Jacintho Guedes e cumpriu o mandato, de duração de três anos, até agosto de 1957. Sant'Anna ocuparia ainda o posto de vice-reitor por dois períodos na gestão de Haroldo Lisboa da Cunha, entre 1960 e 1961 e, depois, entre 1963 e 1967, além da direção da Faculdade de Ciências Médicas em várias ocasiões.

Se como livre-docente Choeri já tomava parte nas decisões mais importantes da FFCL, através da congregação, o passo seguinte da sua ascensão na universidade era assumir o posto de catedrático. O professor vinha construindo a sua carreira, desde o cargo de auxiliar de ensino, na cátedra de Estatística comandada por Fernando Rodrigues da Silveira, que como vimos fora fundador do FFCL do Instituto La-Fayette. Assim, quando Silveira, à época vice-diretor da faculdade, conseguiu obter junto ao diretor de Ensino Secundário do MEC, Gildásio Amado, a autorização para que o Colégio de Aplicação (CAp) – que hoje leva o seu nome – iniciasse suas atividades em abril de 1957, ele o acompanhou. Silveira foi o primeiro diretor do colégio e, Choeri, o seu adjunto. Ele recorda que a criação da escola era uma antiga reivindicação dos alunos faculdade, desde o seu tempo de presidente do Diretório Acadêmico.

Quando presidente do Diretório Acadêmico, nós reivindicávamos a criação de um colégio de aplicação, porque as faculdades de filosofia, quando criadas, previam também a criação de um colégio de aplicação

que serviria de treinamento para o alunado da área de didática, já concluindo o curso. Mas poucas foram as faculdades a criar um colégio de aplicação. Havia muita restrição por parte do MEC, da Diretoria de Ensino Secundário, para criação de escolas. Era rigoroso o processo. Nós, estudantes do diretório acadêmico, sempre reivindicamos. Não obstante ter dois períodos de mandato como presidente do Diretório Acadêmico, a minha administração não conseguiu o colégio de aplicação. Ele só veio a ser possível na administração do presidente Arnaldo Niskier. Mas não foi o trabalho do Arnaldo Niskier. O trabalho se deve exclusivamente ao professor Fernando Rodrigues da Silveira.⁹²

A aposentadoria de Fernando Rodrigues da Silveira, em 1962, abriu uma oportunidade dupla para Choeri, já que ficaram vagos os cargos de catedrático e de diretor do Colégio de Aplicação. Como seu principal assistente, ele assumiu o comando do colégio, onde já era adjunto. Já a cátedra, Choeri assumiu por concurso público. Em janeiro de 1963, aos 37 anos de idade e uma década após concluir o bacharelado na mesma instituição, o professor alcançou o posto máximo da carreira docente, de catedrático de Estatística Geral e a Aplicada da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), a nova denominação que a universidade ganhou com a transferência da capital para Brasília. Seus amigos, colegas, alunos e ex-alunos ofereceram um jantar em sua homenagem após a conquista na sede do Botafogo Futebol e Regatas. O orador oficial do evento foi Ney Cidade Palmeiro.⁹³ Choeri, entrava, oficialmente, para o círculo mais restrito do poder da universidade, mas não sozinho. Em 1962, uma série de catedráticos fundadores da FFCL se aposentaram, abrindo espaço para uma nova geração.⁹⁴

⁹² CHOERI, Wilson. **Wilson Choeri**: depoimento [1994]. Rio de Janeiro: UERJ. Entrevista concedida ao programa Memória UERJ do Centro de Tecnologia Educacional da UERJ.

⁹³ *Diário de Notícias*, 24 de janeiro de 1963, 1ª seção, página 10. A escolha do local não foi à toa. Palmeiro e Lyra Filho não só eram torcedores do clube de General Severiano, como eram sócios beneméritos e, mais tarde, ocupariam a presidência do Conselho Deliberativo em sequência: Lyra Filho entre 1969 e 1972, e Palmeiro entre 1972 e 1975. Ver PORTO, Roberto. *Botafogo – 101 anos de histórias, mitos e superstições*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

⁹⁴ Entre os docentes que se aposentaram estão: Antenor Nascentes, Carlos Delgado de Carvalho, David José Perez, George Sumner e João Baptista de Mello e Souza, todos ex-professores de Choeri no Colégio Pedro II. Ver: UEG. Portarias, nº 60, 61, 62, 63 e 65, de 27 de agosto de 1962.

1.3 Ascensão e queda de um catedrático

Como já foi analisado, os catedráticos sempre exerceram enorme influência dentro da estrutura universitária. Além de controlarem a ascensão de novos docentes nas suas respectivas áreas de conhecimento, compunham a congregação das faculdades – que detinham todo o poder administrativo, financeiro e pedagógico – e, quando a autonomia deste colegiado foi tolhida por projetos de Lei oriundos do Legislativo, foram os catedráticos que dominaram o Conselho Universitário e, conseqüentemente, a Reitoria. A partir de janeiro de 1963, Choeri passou a fazer parte deste seletto grupo, ficando no mesmo patamar dos seus antigos mestres. Ao mesmo tempo, consolidava sua direção no Colégio de Aplicação. Em depoimento, ele sintetizou a linha que adotou no seu período à frente do CAp/UEG, que duraria até 1964.

A filosofia criada [na gestão de Fernando Rodrigues da Silveira], e que se manteve na minha administração e na administração do professor Aloísio [Jorge do Rio Barbosa] e até mesmo na administração do professor [Fernando] Sgarbi Lima era criar o cidadão. Hoje que nós falamos em cidadania, está muito em moda, mas nós já preparávamos o jovem como um cidadão, dando responsabilidade além do conteúdo programático das disciplinas que ele tinha que estudar. Ele passava a compreender que era uma peça importantíssima na vida do colégio, ele era o fim e a finalidade do colégio. Nós queríamos formar o cidadão, com capacidade de raciocinar, com lógica, sem emocionalismo mas também sem perder as perspectivas das realidades brasileiras, da necessidade dele vir a participar como peça importante no progresso e no desenvolvimento social e humano da nação.⁹⁵

Neste momento, o reitor que comandava a UEG era o seu antigo professor no Colégio Pedro II, Haroldo Lisboa da Cunha, no cargo desde setembro de 1960. E a sua atuação na escola chamou atenção dentro e fora da instituição. Em outubro de 1963, seu

⁹⁵ CHOERI, *op. cit.*, 1994.

nome foi incluído na lista tríplice enviada à reitoria pela congregação da FFCL para a escolha do seu novo diretor. Apesar de contar com o apoio declarado do Diretório Acadêmico, Choeri acabou preterido em favor do professor Atila Magno da Silva.⁹⁶ Nada que abalasse o prestígio que vinha construindo. No dia 8 de abril do ano seguinte, uma semana após o golpe que instaurou uma ditadura civil-militar no Brasil e que traria profundas consequências para o meio acadêmico nacional, ele recebeu no CAP/UEG a visita de Graham K. French, representante do Adido Cultural da Embaixada dos Estados Unidos. Tal fato foi registrado com foto no “Correio da Manhã”.⁹⁷



Wilson Choeri (ao centro) acompanha Graham K. French, representante do adido cultural da Embaixada dos EUA durante visita ao CAP/UEG (Correio da Manhã)

No segundo semestre de 1964, Choeri foi designado pelo governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, para participar de uma comissão para realizar os estudos necessários à implantação de escolas técnicas de energia, eletrônica e telecomunicações.⁹⁸ O governador teve a oportunidade de conhecer de perto seu trabalho à frente do

⁹⁶ *Diário de Notícias*, 21 de novembro de 1963, primeira seção, página 10.

⁹⁷ *Correio da Manhã*, 9 de abril de 1964, seção Ensino.

⁹⁸ Os outros membros da comissão eram Walfrido Leocádio Freire, Iberê de Souza Cardoso e o Coronel Wilson da Rocha Dehoul. *Correio da Manhã*, 27 de setembro de 1964.

CAP/UERJ e, segundo Lisboa da Cunha⁹⁹, apoiou a escolha de seu nome como diretor do Departamento Cultural da UEG. O Departamento Cultural foi criado em abril do ano anterior como parte de uma pequena reforma administrativa que instituiu também os departamentos Administrativo e Técnico.¹⁰⁰ O então reitor atribuiu a Choeri o bom desenvolvimento do colégio nos primeiros anos da década de 1960 e relembra assim o episódio da visita de Lacerda à instituição:

E quando desejei fazer com que Wilson Choeri passasse ao nouvel departamento, a que chamamos Departamento de Cultura, que havia proposto a criação na estrutura da universidade, convidei o governador a visitar o Colégio de Aplicação para que visse com seus próprios olhos o que era o trabalho de um grande realizador. Foi tal o entusiasmo do governador Carlos Lacerda que, ao sairmos dali, disse-me ele me puxando pelo braço, “aí está um homem para o departamento cultural”. Alguns dias depois, eu tinha o prazer de levar **o meu antigo aluno Wilson Choeri (grifo nosso)** à posição de diretor do Departamento de Cultura, que ainda hoje existe na universidade e a projeta com tanto valor e com tanto enriquecimento cultural.¹⁰¹

Choeri tem outra versão para o episódio e defende que foi nomeado contra a vontade de Lacerda para o posto, pois o governador preferia o nome do catedrático Tarcísio Meirelles Padilha.¹⁰² De qualquer forma, o interesse de Carlos Lacerda pela universidade não era incomum. A Constituição de 1961 do estado da Guanabara garantiu à UEG o status jurídico de fundação com “autonomia didática, financeira, administrativa e disciplinar” – o que a permitia contratar professores como celetistas –, e uma subvenção “nunca inferior a 2,5% da arrecadação tributária estadual”.¹⁰³ Um dos deputados

⁹⁹ CUNHA, *op. cit.*, 1980.

¹⁰⁰ UEG. *Resolução nº 174*, de 8 de abril de 1963.

¹⁰¹ CUNHA, *op. cit.*, 1980.

¹⁰² LERNER, Samara Lima Tavares. *A Pós-graduação em Estudos de Problemas Brasileiros na UERJ: uma reflexão sociológica sobre um projeto de socialização política no Brasil*. (Doutorado em Ciências Sociais, tese). Rio de Janeiro, UERJ, 2013, p. 140.

¹⁰³ GUANABARA. Constituição (1961). Rio de Janeiro, 27 de março de 1961.

fundamentais para essa conquista importante para a instituição foi o vice-presidente da Comissão Constituinte, jurista e professor da Faculdade de Direito da UEG, Aliomar Baleeiro, eleito pelo mesmo partido do governador, a UDN, e atuante no Conselho Universitário na primeira metade da década de 1960.¹⁰⁴ A garantia de uma fonte segura de recursos para a UEG representou uma virada na trajetória da universidade até então. Como foi visto, a instituição vivia em situação de constante penúria por causa da falta de verbas.

Com recursos garantidos, a UEG entrou também nos planos políticos de Lacerda, nos quais a educação ocupava espaço privilegiado.¹⁰⁵ Uma das primeiras medidas dessa sinergia foi a implantação da Faculdade de Engenharia, que nasceu com o objetivo de formar quadros técnicos para o estado. A faculdade já tinha sido criada formalmente em 1955, por decisão do Conselho Universitário, mas faltavam verbas para que saísse do papel. A relação entre o governador da Guanabara e os líderes universitários era de cooperação e lealdade, com Lacerda assumindo de verdade o posto de chanceler e acompanhando de perto o desenvolvimento da instituição.¹⁰⁶

É neste contexto de forte aproximação que se dá a visita de Lacerda, acompanhado do reitor Haroldo Lisboa da Cunha, ao Colégio de Aplicação dirigido por Choeri e, pouco depois, sua mudança para o Departamento Cultural. Pela resolução de sua criação, o departamento ficava subordinado diretamente ao reitor e seria responsável pela “difusão da cultura e a coordenação das iniciativas a cargo da UEG”.¹⁰⁷ Trata-se de uma definição

¹⁰⁴ Após o golpe de abril de 1964, Baleeiro se tornou um dos mais próximos conselheiros do presidente Castelo Branco e foi indicado por ele, em novembro de 1965, ministro do Supremo Tribunal Federal. Ver: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

¹⁰⁵ Durante a gestão de Lacerda, entre 1960 e 1965, o número de escolas saltou de 362 para 550; o número de professores de 8.893 para 14.936; e o número de alunos de 232.269 para 421.593. Ver: PEREZ, Maurício Domínguez. *Estado da Guanabara: gestão e estrutura administrativa do governo Carlos Lacerda*. (Doutorado em História Social, tese). Rio de Janeiro, UFRJ, 2005, p. 108-109.

¹⁰⁶ MANCEBO, *op. cit.*, 1998, p. 103.

¹⁰⁷ UEG. *Resolução nº 174*. Rio de Janeiro, 8 de abril de 1963.

bastante vaga e que compreendeu, nos anos seguintes, atividades bastante diversas. Em 1965, por exemplo, Choeri criou o grupo Teatro Experimental da Universidade do Estado da Guanabara (TETUEG), dirigido por Luiz Carlos Saroldi, que montou os espetáculos “Ah, bons tempos”, a partir de duas peças de Martins Pena e França Júnior, em 1966, e “Pássaro no chapéu”, sobre a obra poética de Cassiano Ricardo, em 1967. Este último espetáculo virou até um LP.¹⁰⁸ Em paralelo às iniciativas artísticas, o então diretor foi se tornando personagem recorrente nos debates sobre planejamento educacional e a reforma do ensino superior brasileiro.

Neste sentido, é fundamental a aproximação de Choeri com os militares. Seu primeiro gesto foi a organização Seminário Educação e Desenvolvimento, em 1965, pelo Departamento Cultural. O diretor convidou grupos de fora da universidade para participarem do evento, incluindo militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Cinco coronéis da ECEME compareceram à UEG para o seminário, algo significativo devido à enorme resistência que havia nos meios universitários aos militares, principalmente por sua associação com a repressão política de opositores ao golpe e a ditadura civil-militar instalada em 1964.¹⁰⁹ Em entrevista à revista *Delfos*, em 2012, Wilson Choeri ressaltou que seu convite ia na contramão de outras instituições de ensino superior e descreveu o início do intercâmbio entre a UEG e a ECEME:

Quando fizemos o Seminário de [Educação e] Desenvolvimento, para surpresa nossa, apareceram cinco instrutores da ECEME, e esses oficiais trouxeram teses que discutiram amplamente. E, ao perceberem que nossos interesses se conjugavam, confluíam, convidaram-nos para participar de exercícios na ECEME que, como todos sabem, é a formadora da elite do Exército, ao preparar os oficiais que darão plena assessoria nas operações militares e que serão os nossos futuros generais. A Escola tinha uma “área quatro”, hoje “área cinco”, que

¹⁰⁸ *Correio da Manhã*, 13 de junho de 1967, 2º Caderno, página 2.

¹⁰⁹ LERNER, *op. cit.*, 2013, p. 144-145.

tratavam dos aspectos psicossociais que precisavam ser passados aos oficiais. Era o momento em que se transmitia todo um cabedal de conhecimentos de Sociologia, Direito Internacional, Geopolítica, etc.¹¹⁰

Após a realização do Seminário Educação e Desenvolvimento, presidido por Choeri, e da confluência de interesses entre as instituições, ele e um grupo de professores foram convidados a proferir palestras e conferências e participar de debates na ECEME. Os escolhidos, pelo próprio diretor do Departamento Cultural, foram Fernando Sgarbi Lima, Aloízio Jorge do Rio Barbosa e Helena Maria Cardoso da Silva. O êxito da parceria fez com que Choeri fosse recebido pelo comandante da ECEME, General João Bina Machado. No relato de Choeri a Lerner, Bina Machado manifestou seu interesse em estreitar os laços com a universidade e os dois conversaram sobre educação, desenvolvimento e a importância do envolvimento da juventude nos problemas nacionais.¹¹¹ Segundo o professor, essa aproximação era mais fácil com a UEG do que com as federais: “era mais fácil conosco da UDF [UEG] do que com a Nacional [UFRJ], por questão de temperamento dos dirigentes. Por que a Nacional era mais ‘rempli’, considerava todo mundo plebe ignara, entendeu?”¹¹² Selada a união, Choeri e Bina Machado acordaram a realização do Seminário Educação e Segurança Nacional, dentro da ECEME, no ano seguinte.

Realizado entre outubro e novembro de 1966, o I Seminário Educação e Segurança Nacional foi uma parceria entre a UEG, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a ECEME, sediado no Rio de Janeiro. A comissão diretora do seminário era formada pelo reitor da UEG, Haroldo Lisboa da Cunha; o reitor da PUC-Rio, Padre Laércio de Moura; o decano

¹¹⁰ CHOERI *apud* DELFOS, 2012, p. 11.

¹¹¹ LERNER, *op. cit.*, 2013, p. 145-146.

¹¹² CHOERI *apud* LERNER, *op. cit.*, 2013, p. 147.

da UFRJ, Paulo Emydio Barbosa; o comandante da ECEME, General Reynaldo Mello de Almeida – Bina Machado já assumira, então, o comando da 2ª Região Militar, sediada em São Paulo; e o Major Newton Massell Duarte, membro do Conselho de Segurança Nacional. No evento, Choeri assumiu a função de secretário-geral e vários professores da UEG compuseram as comissões.¹¹³

O objetivo do seminário era analisar de que forma a educação implicava à segurança do país, pois as duas áreas “têm caráter global e integrado” e “as questões de Segurança Nacional não são de responsabilidade exclusiva dos militares”, noticiou na época o “Correio da Manhã”, citando textos oficiais.¹¹⁴ Buscava-se o alinhamento entre as universidades e os chamados “objetivos nacionais permanentes” da Escola Superior de Guerra (ESG): integridade territorial, unidade nacional, soberania, prestígio internacional, prosperidade, paz social e democracia representativa.

Os trabalhos foram organizados em cinco comissões temáticas: “Principais setores e formas de contribuição da universidade para a segurança nacional”, “Intercâmbio entre as faculdades e as academias militares”, “Intercâmbio de órgãos civis e militares de ensino secundário”, “Visualização da contribuição das Forças Armadas na Educação para a cidadania” e “Exequibilidade da criação de um órgão nacional de coleta de dados e informações de natureza cultural”. Na sua fala, ao abrir a sessão de encerramento, Choeri afirmou que era preciso tratar o tema da Segurança Nacional “sem medo, nem ideias estereotipadas”.¹¹⁵ Dez dias antes, entretanto, ele já adiantara ao jornal “O Globo” o rascunho de uma ideia que se tornaria, posteriormente, o grande legado do seminário.¹¹⁶

¹¹³ *O Globo*, 3 de novembro de 1966, p. 7.

¹¹⁴ *Correio da Manhã*, 13 de novembro de 1966, 1º Caderno, p. 12.

¹¹⁵ *Correio da Manhã*, 13 de novembro de 1966, 1º Caderno, p. 12.

¹¹⁶ *O Globo*, 3 de novembro de 1966, p. 7.

Para o diretor do Departamento Cultural da UEG e secretário-geral do encontro, era preciso modificar o serviço militar obrigatório para os jovens do sexo masculino. A alternativa proposta por Choeri era que eles cumprissem com as suas obrigações com as Forças Armadas dentro da sua especialidade e por um período de apenas três meses, relativo às férias. Na sua opinião, do jeito que estava, “o serviço militar nem atende aos interesses dos universitários nem aos do País”. Para o professor, eles poderiam atuar em obras de engenharia, como a construção de estradas, e em serviços médicos e de enfermagem.¹¹⁷ Era a gênese do, depois famoso, Projeto Rondon. Suas palavras encontraram eco nas recomendações finais da comissão destinada a discutir de que maneira a universidade poderia contribuir para a segurança nacional.

Este grupo, intitulado “Principais setores e formas de contribuição da universidade para a segurança nacional”, tinha como presidente Pedro Freire Ribeiro e relator Fernando Sgarbi Lima, ambos professores da UEG. Em seu texto final, Ribeiro e Lima afirmam que cabia “à Universidade o levantamento da realidade nacional e o estudo dos meios mais adequados para a solução dos problemas brasileiros”. Neste sentido, a comissão elaborou uma lista com 37 recomendações, que iam de propostas genéricas – como convênios entre as universidades e as Forças Armadas para realização de pesquisas científicas – a sugestões específicas, como o item 29, relativo ao ensino de História.¹¹⁸ Para os fins desta dissertação, cabe destacar dois pontos. Consta no item 17:

Que sejam adotadas medidas para a realização de estágios de estudantes universitários, das últimas séries, em organizações e entidades estatais,

¹¹⁷ *O Globo*, 3 de novembro de 1966, p. 7.

¹¹⁸ “Que no âmbito específico do ensino e de pesquisa histórica, se procure desenvolver: a) a compreensão do Brasil como entidade histórica, através do conhecimento de suas realizações, de suas possibilidades e de seus interesses; b) a compreensão do Brasil no mundo contemporâneo, para que não percamos a visão globalizada da história universal e superemos as limitações de um provincianismo histórico”. *Correio da Manhã*, 8 de novembro de 1966, 1º caderno, p. 8.

bem como em fábricas, estabelecimentos, unidades e órgãos de caráter técnico das Forças Armadas.¹¹⁹

Já o item 35 retoma o mesmo assunto ao propor especificamente uma solução para o serviço militar obrigatório, nos moldes defendidos por Choeri:

Que seja proposta ao Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) uma solução alternativa para o Serviço Militar de universitários, permitindo-se aos diplomados a prestação desse serviço em órgãos militares ou civis, no campo específico da respectiva formação técnica ou profissional, e em lugares que o EMFA e o Ministério Civil interessado julgarem convenientes.¹²⁰

Em entrevista ao “Jornal do Brasil”, três anos depois, Wilson Choeri contou que o Projeto Rondon nasceu a partir de uma conversa com o General Bina Machado, então comandante da ECEME. Em uma conversa com o general, Choeri criticou “a Revolução por deixar de lado o estudante no processo revolucionário”, pois acreditava que “era necessário integrá-lo [o estudante] à realidade brasileira”.¹²¹ Bina Machado o desafiou a fazer algo a respeito e, daí, surgiu o I Seminário Educação e Segurança Nacional e a ideia do Projeto Rondon.¹²² Na época, à frente do Departamento Cultural da UEG, o professor já vinha promovendo cursos para estudantes sobre a realidade do Brasil e do mundo.

Antes de prosseguir, é necessário compreender a motivação dos militares em se envolver nos assuntos educacionais. Em 1966, o movimento estudantil se rearticulava nas universidades, após a primeira onda repressiva desencadeada após o golpe de 1964. Afinal, os militares identificavam as lideranças e entidades dos estudantes mais comprometidas com uma “infiltração comunista” e foram um dos alvos prioritários no

¹¹⁹ *Correio da Manhã*, 8 de novembro de 1966, 1º Caderno, p. 8.

¹²⁰ *Correio da Manhã*, 8 de novembro de 1966, 1º Caderno, p. 8.

¹²¹ *Jornal do Brasil*, 7 e 8 de dezembro de 1969, 1º Caderno, p. 44.

¹²² Sobre o desenvolvimento e apropriações do Projeto Rondon, ver: AMATO, Gabriel. “*Aula prática de Brasil*”: ditadura, estudantes universitários e imaginário nacionalista no Projeto Rondon (1967-1985). (Mestrado em História, dissertação). Belo Horizonte, UFMG, 2015.

primeiro instante do assalto ao poder. Atear fogo no prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE), na Praia do Flamengo, foi o gesto mais simbólico nessa direção.¹²³ Dois anos após o choque inicial, o corpo discente das universidades já se reorganizava em torno da bandeira dos “excedentes” e da crítica aos acordos entre o MEC e a USAID (United States Agency for the International Development).

Como os processos de seleção para o ensino superior tinham caráter apenas eliminatório, quem atingisse uma nota mínima estava apto a ingressar, mas isso não significava que havia vagas para esses alunos nos cursos e em suas salas de aula, apesar da expansão nos anos anteriores.¹²⁴ Já os mal-afamados acordos MEC-USAID somavam sete convênios envolvendo diversas áreas. O principal deles era dedicado a planejar mudanças no ensino superior brasileiro nos cinco anos seguintes. A influência norte-americana sobre a reforma do ensino superior no Brasil será comentada no próximo capítulo. Aqui, basta que seja destacado o seu papel fundamental de catalisadora da insatisfação estudantil na década de 1960.

Neste cenário, os militares no poder começaram a formular políticas públicas para tentar seduzir, convencer, em suma, “disputar” corações e mentes dos jovens universitários. Tal movimento era parte de uma estratégia de produção de consenso e consentimento em torno da ditadura brasileira, prática comum aos regimes autoritários da segunda metade do século XX.¹²⁵ Assim, surgiram uma série de ações cívicas para fortalecer o compromisso da juventude com os interesses nacionais e sua devoção à pátria.

¹²³ MOTTA, *op. cit.*, 2014, p. 30.

¹²⁴ Entre 1945 e 1964, o número de alunos matriculados no ensino superior foi de 30 mil para 142 mil (MOTTA, *op. cit.*, 2014, p. 24). O governo João Goulart criou cerca de 40 mil vagas entre 1961 e 1964 e mesmo assim não conseguiu resolver o problema (MOTTA, *op. cit.*, 2014, p. 69).

¹²⁵ ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, 3v., v.2, p. 11-30.

O civismo era compreendido, então, como elemento chave na construção da consciência nacional. Os estudantes precisavam ser sensibilizados para se engajarem na condução dos destinos da nação, atuando na “defesa dos valores superiores diante das ameaças provocadas pelas mudanças sociais”, inerentes às sociedades modernas.¹²⁶ Ou seja, eles podiam e deviam ser sujeitos da ação, desde que seguissem o marco estabelecido pelos governos militares em estreita colaboração com civis. Choeri foi um entre os muitos intelectuais que colaboraram nestas formulações, de maneiras mais ou menos formais.¹²⁷ É como parte deste rol de iniciativas, dentre as quais se destaca também a criação das disciplinas “Educação Moral e Cívica” e “Estudo dos Problemas Brasileiros”, que se desenvolve o Projeto Rondon. O programa, posteriormente, se tornou também peça importante na máquina de relações públicas do regime, tendo a sua própria assessoria para este fim a partir de 1969.¹²⁸

O ideário cívico não era o único ponto que aproximava Choeri dos militares de alta patente. Nacionalista e contrário à influência estrangeira nos debates sobre a reforma universitária no país¹²⁹, o professor se interessava pelas implicações sociais, econômicas e principalmente educacionais dos avanços científicos e tecnológicos e era um estudioso da geopolítica¹³⁰, temas caros aos militares que tomaram o poder em 1964. No ano seguinte

¹²⁶ MAIA, Tatyana de Amaral. “Os usos do civismo em tempos autoritários: as comemorações e ações do Conselho Federal de Cultura (1966-1975)”. IN: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, n° 67, 2014, p. 96.

¹²⁷ MAIA, Tatyana de Amaral. “Os intelectuais no Ministério da Educação e Cultura em tempos autoritários” (1966-1982). IN: *À sombra das ditaduras: Brasil e América Latina*. CORDEIRO, Janaína Martins; LEITE, Isabel Cristina; SILVEIRA, Diego Omar da; REIS, Daniel Aarão. (orgs.). Rio de Janeiro: Mauad X, 2014, p. 51-66.

¹²⁸ AMATO, *op. cit.*, 2015, p. 88.

¹²⁹ “A implicação da garantia de nossa nacionalidade, contida na Educação, cabe somente aos brasileiros discutir: a ingerência de estrangeiros violenta a discussão do problema na sua origem, e estamos alertas para as necessidades dos brasileiros serem os autores da sua consciência nacional”. *Correio da Manhã*, 23 de outubro de 1966, 1º caderno, p. 3.

¹³⁰ Em 1976, Choeri proferiu a aula magna “A universidade na estratégia do desenvolvimento” na Assembleia Universitária da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Ver *DELFO*. Rio de Janeiro, número 15-16, 1975-1976. Seu interesse pela geopolítica foi sistematizado na obra “Geopedagogia: uma visão geopolítica e geoestratégica para a educação” (Ed. Unigraf, 1995).

ao seminário na ECEME, ele teve a oportunidade de estreitar os seus laços para fora da universidade, ao longo do esforço para tirar do papel o Projeto Rondon. Seu principal parceiro nesta tarefa foi o general Afonso de Albuquerque Lima, um entusiasta do projeto e símbolo da linha dura do regime, que assumiu o posto de ministro do Interior em março de 1967, com a chegada do general Artur da Costa e Silva à presidência. A primeira turma a viajar, não por acaso, partiu da UEG, tendo à frente o catedrático de Geografia Omir Fontoura, em julho de 1967, com destino a Porto Velho, na região Norte.¹³¹ Esse movimento de Choeri representou uma expansão da sua rede de relações, agora em direção aos militares. Contudo, não demorou para que os dois círculos encontrassem um ponto de interseção. Esse ponto atende pelo nome de João de Lyra Tavares Filho ou, apenas, João Lyra Filho.

Um dos fundadores da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras do Instituto Lafayette, João Lyra Filho nasceu em uma família de políticos nordestinos influentes na Primeira República. Seu pai, João de Lyra, foi senador pelo Rio Grande do Norte entre 1915 e 1930. Seu tio, Augusto Tavares de Lyra, foi governador do Rio Grande do Norte (1904-1906), ministro da Justiça (1906-1909), senador (1910-1914), ministro da Viação e Obras Públicas (1914-1918) e ministro do Tribunal de Contas da União (1918-1941).¹³² Durante o Estado Novo, João Lyra Filho foi nomeado primeiro presidente do Conselho Nacional de Desportos (CND), criado em abril de 1941, e aconselhou o presidente Getúlio Vargas a estreitar ainda mais seus vínculos com o futebol.¹³³ Em 1949, assumiu o cargo

¹³¹ AMATO, *op. cit.*, 2015, p. 45.

¹³² LIRA, João de. IN: *Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República: 1889-1930*. ABREU, Alzira Alves de. (coord.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

¹³³ SILVA, Eliazar João da. *A seleção brasileira de futebol nos jogos da Copa do Mundo entre 1930 e 1958: o esporte como um dos símbolos da identidade nacional*. (Doutorado em História, tese). Assis, Unesp, 2004, p. 128.

de ministro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, depois Tribunal de Contas do Estado da Guanabara, onde permaneceu até 1967, ao tomar posse como reitor da UEG.

Lyra Filho mantinha um laço pessoal com os militares que tinham assumido o poder no país após o golpe de 1964. Ele era irmão de Aurélio de Lyra Tavares, general identificado com a “Sorbonne militar” – grupo dos oficiais reunidos em torno da Escola Superior de Guerra (ESG) que apoiava o primeiro presidente militar, Castelo Branco.¹³⁴ Nos primeiros anos da ditadura, Lyra Tavares foi comandante do IV Exército, sediado em Recife, e comandante da ESG. Apesar de ser um “castelista”, assumiu, em março de 1967, o Ministério do Exército no início do governo Costa e Silva, e se aproximou da “linha dura”. O ministro participou da elaboração e aprovação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968, e foi membro da Junta Militar que governou o país entre agosto e outubro de 1969. Lyra Tavares era, portanto, um aliado de peso no coração do regime em pleno processo de recrudescimento.

O ano de 1967 engloba, desta maneira, uma série de acontecimentos que devem ser vistos em conjunto. Choeri trabalhou em estreita colaboração com os militares do Ministério do Interior, Albuquerque Lima à frente, para implantar o Projeto Rondon. Dois meses após a primeira turma, oriunda da UEG, embarcar, João Lyra Filho assumiu a reitoria da universidade, atendendo a um apelo do governador Negrão de Lima.¹³⁵ Na gestão de Lyra Filho, a universidade viveu uma enorme aceleração das mudanças que vinham sendo discutidas desde o início da década. Se o reitor foi o líder político dessas transformações, Wilson Choeri foi o homem responsável por fazer a máquina funcionar, no papel de secretário-geral da universidade, nomeado por Lyra Filho. Na prática, ele

¹³⁴ CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: protestos e revoltas de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 100.

¹³⁵ LYRA FILHO, João. **João Lyra Filho**: depoimento [1980]. Rio de Janeiro: UERJ. Entrevista concedida ao programa Memória UERJ do Centro de Tecnologia Educacional da UERJ.

comandou a construção do campus do Maracanã e de toda uma burocracia universitária. Esse processo será analisado em detalhes no próximo capítulo.

Nos anos seguintes, o professor foi acumulando poder no exercício de funções administrativas e disciplinares. Seja como secretário-geral, seja como sub-reitor para Assuntos de Planejamento e Coordenação Executiva, seu cargo a partir de 1971 e que exerceu durante toda gestão de Oscar Accioly Tenório (1972-1975), até alcançar o posto de vice-reitor, em janeiro de 1976, na chapa encabeçada por Caio Tácito, Choeri viveu um movimento ascendente internamente e de forte ascensão sobre os corpos universitários, docente e discente. Seu destino parecia ser a reitoria e ele nunca escondeu o desejo de se tornar o primeiro ex-aluno da instituição a chegar ao seu mais alto posto da universidade. Contudo, uma denúncia de corrupção, no início de 1978, frustrou os seus planos. O caso recebeu grande cobertura da imprensa na época e mereceu a atenção dos órgãos de informação da ditadura.¹³⁶

No dia 20 de janeiro de 1978, o jornal “O Globo” noticiava que o então vice-reitor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), nome da instituição após a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro em 1976, tinha sido indiciado e afastado das suas funções acusado de estelionato e falsidade documental. Choeri foi acusado de ter desviado dos cofres da UERJ a quantia de 1.165.726,00 cruzeiros. A investigação foi aberta a pedido do governador Faria Lima, a partir de uma denúncia do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. A ordem de Faria Lima consta no seu acervo pessoal depositado na Fundação Getúlio Vargas (FGV).¹³⁷ O ex-gerente da agência do banco na Tijuca, Domingos Leone Netto, também foi indiciado.¹³⁸

¹³⁶ Vide os registros feitos na ficha de Choeri no Serviço Nacional de Informação (SNI), em AC ACE 93933/75.

¹³⁷ FL grj sec 1977.04.00. Arquivo Faria Lima. CPDOC/FGV.

¹³⁸ *O Globo*, 20 de janeiro de 1978, Grande Rio, p. 17.

Tratava-se de uma operação financeira complexa, identificada pelo próprio banco. Segundo a acusação, o gerente Netto informava à universidade uma taxa de remuneração das suas aplicações no *open market* menor do que a praticada e embolsava a diferença entre os dois valores. Na versão de Netto, apresentada durante o inquérito, a universidade é que informava a que taxa gostaria de ser remunerada no *open market* e ele, como corretor autônomo de investimento, tomava a liberdade de conseguir valores maiores e desviar para si a diferença como uma espécie de comissão. Os depósitos na conta de Choeri, de acordo com o gerente, eram feitos na forma de doação. O professor sempre negou as acusações e disse acreditar que o dinheiro das contas era proveniente de empréstimos que ele tinha contraído junto à instituição financeira, e não fruto de desvios.¹³⁹ Em uma carta ao professor em dezembro de 1977, antes do caso vir à tona, o gerente tentou explicar suas razões e o absolveu:

Não cometi crime nenhum, pois as diferenças das aplicações eram minhas porque sou corretor autônomo de investimento. Quando, sem a sua autorização e sem seu consentimento, fiz depósitos na sua conta, só pensei em ajudá-lo, que tanto fez pela UERJ e me ajudou a educar meu filho no colégio de aplicação. Nunca tive coragem de dizer ao senhor o que estava fazendo porque conheço perfeitamente seu caráter. Acredito mesmo que não notou tais créditos devido a sua grande movimentação e confiança depositada na minha pessoa.¹⁴⁰

Posteriormente, o advogado de Netto disse que a carta foi escrita a pedido de Choeri e que ele sabia dos depósitos em sua conta, mas confirmou que a iniciativa foi do próprio gerente.¹⁴¹ Por causa das repercussões do caso, o professor foi afastado do cargo de vice-reitor por decreto do governador Faria Lima em abril de 1978.¹⁴² Contudo, essas não foram as únicas consequências da denúncia. Seus atos à frente da reitoria, que ocupou

¹³⁹ *O Globo*, 20 de janeiro de 1978, Grande Rio, p. 17.

¹⁴⁰ *O Globo*, 26 de janeiro de 1978, Grande Rio, p. 13.

¹⁴¹ *Jornal do Brasil*, 2 de fevereiro de 1978, 1º Caderno, p. 23.

¹⁴² *O Globo*, 28 de abril de 1978, Educação, p. 16.

interinamente durante alguns meses em 1977 na ausência do reitor Caio Tácito, foram reavaliados e surgiram na imprensa boatos sobre outras supostas irregularidades, não comprovados posteriormente.¹⁴³ Um inquérito administrativo também foi aberto dentro da UERJ para averiguar possíveis irregularidades nas operações financeiras envolvendo o vice-reitor e o Banco de Crédito Real de Minas Gerais.

Contudo, não eram poucos os que acreditavam na inocência de Choeri. O prestígio acumulado pelo professor continuava alto e suas relações pessoais foram mobilizadas. No dia 25 de janeiro de 1978, “O Globo” publicou uma carta de quatro ex-reitores da universidade – Haroldo Lisboa da Cunha, Álvaro Cumplido de Sant’Anna, João Lyra Filho e Oscar Accioly Tenório – em defesa do colega. O texto é duro e o tom, enfático. Reproduzimos aqui na íntegra:

Tenta-se enxovalhar a honra do professor Wilson Choeri, homem íntegro a quem a Universidade do Estado do Rio de Janeiro deve a preponderante ajuda recebida na constituição do seu inestimável patrimônio, formado em menos de cinco anos. Duvidamos que alguém tenha feito por uma universidade do País, quase sozinho, tanto quanto o abnegado brasileiro. Quase sozinho também, ele se consagrou no pioneirismo da iniciativa e da execução do Projeto Rondon. O amor ao ideal cívico, a pertinácia indormida, o desvelo incessante, em clima de probidade imbatível, lograram o milagre no seu dinamismo. Duvidamos que alguém possa comprovar, em sã consciência, as acusações com que se pretende denegrir seu valor humano de ilibado porte. As acusações que lhe são irrogadas têm origem em versões maquinadas e ilações temerárias, que não prosperarão nos domínios da moral e do direito. Por este motivo, confiantes na Justiça sobreposta a desígnios malsãos, hipotecamos nossa solidariedade ao mestre exemplar.¹⁴⁴

O respaldo dos seus antigos chefes – Choeri foi diretor do Departamento Cultural na gestão de Lisboa da Cunha, que tinha como vice-reitor Cumplido de Sant’Anna, secretário-geral e depois sub-reitor de Assuntos de Planejamento e Coordenador

¹⁴³ *O Globo*, 21 de janeiro de 1978, Grande Rio, p. 12.

¹⁴⁴ *O Globo*, 25 de janeiro de 1978, Grande Rio, p. 13.

Executivo nas gestões de Lyra Filho e Tenório – não foi suficiente para evitar que o antes poderoso vice-reitor fosse afastado de suas funções. Apesar das demonstrações públicas de apoio, nas edições da já citada *Delfos*, revista da Associação dos Diplomados da FFCL, as menções a Choeri, bastante frequentes até então, desapareceram. A acusação e o seu posterior afastamento pesaram. A memória das ações do professor foi sendo deliberadamente esquecida pelos seus pares.

Nas comemorações dos 30 anos da universidade, uma série de atividades que se estendeu de 6 a 18 de outubro de 1980, houve farta distribuição de medalhas, títulos e homenagens.¹⁴⁵ Mais de duas dezenas de professores foram agraciados e a ausência de Choeri chama atenção. Seu papel na construção da UERJ tal como ela era foi completamente apagado nos ritos oficiais. O reitor no período era seu antigo professor e colega na FFCL, Ney Cidade Palmeiro. O mesmo professor que ofereceu um almoço em sua homenagem após sua aprovação no concurso para cátedra de Estatística Geral e Aplicada, 17 anos antes.

Contribuiu para o ostracismo nesses anos a própria demora do processo criminal no Judiciário. A decisão da 22ª Vara Criminal, a primeira instância, saiu apenas em março de 1980. O gerente do banco, Domingos Leone Netto, foi condenado a cinco anos de prisão e Choeri foi absolvido.¹⁴⁶ No entanto, a sentença seria revisada pela 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça. O ex-vice-reitor foi então condenado a quatro anos de prisão e perda de função pública em abril de 1981.¹⁴⁷ A definição do caso só veio em maio de 1983, quando o 2º Grupo de Câmaras Criminais do Tribunal de Justiça reformou

¹⁴⁵ *DELFO*S. Rio de Janeiro, número 19-20, 1979-1980.

¹⁴⁶ *O Globo*, 29 de março de 1980, Grande Rio, p. 14.

¹⁴⁷ *O Globo*, 3 de abril de 1981, Grande Rio, p.15.

a decisão e absolveu novamente Choeri.¹⁴⁸ Ao longo de cinco anos, portanto, o professor conviveu com a suspeita de que estivesse envolvido em atividades ilegais.

Choeri, entretanto, não ficou paralisado pelo processo judicial. Com as portas fechadas na universidade que ajudara a construir, retornou para a sua outra *alma mater*, o Colégio Pedro II. Essa volta ocorreu num contexto bastante particular. Em 1979, o professor Tito Urbano da Silveira, catedrático de Química, assumiu a direção-geral da instituição, em substituição ao professor Vandick Londres da Nóbrega. Era um momento de crise do Pedro II. A Lei 5.692, de 1971, tinha abolido o exame de admissão para ingresso no ginásio. O exame era utilizado pela escola como prova de ingresso, já que a instituição não contava com turmas do hoje chamado primeiro segmento do ensino fundamental (1º ao 5º ano, antes 1ª a 4ª série). Sem que a direção geral, Londres da Nóbrega à frente, criasse uma solução alternativa ao extinto exame de admissão, o Pedro II assistiu a uma redução significativa do número de matrículas, pois tinha cessado a entrada de novos alunos.¹⁴⁹ A Comissão de Atualização da Memória Histórica da instituição¹⁵⁰ assim descreve a situação:

A demora da Direção Geral da época em vir adotar a solução necessária para sanar o problema levou a um esvaziamento sensível do contingente de alunos na 8ª série e a extinção virtual da 5ª, 6ª e 7ª séries, ficando em funcionamento precário com número insignificante de alunos em quase todas as Unidades Escolares, contrariando, desta forma, a tradição do Colégio. (...) Mais um ano sem o exame de admissão levaria à extinção do curso de 1º grau, hoje denominado fundamental.¹⁵¹

¹⁴⁸ *O Globo*, 12 de maio de 1983, Grande Rio, p. 12.

¹⁴⁹ CHOERI, Wilson. *O Colégio Pedro II de ontem, hoje e futuro – Uma visão e análise crítica e prospectiva*. [S.l.: s.n.], [2009], p. 31.

¹⁵⁰ A Comissão de Atualização da Memória Histórica do Colégio Pedro II foi criada em 1990 com o objetivo de dar prosseguimento à pesquisa iniciada pelo professor Escragnolle Dória sobre a memória histórica da instituição.

¹⁵¹ COLÉGIO PEDRO II. *O Colégio Pedro II: contribuição histórica aos 175 anos de sua fundação*. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2013, p. 72.

Com a missão de reerguer o Pedro II, Silveira convidou Choeri para assumir a Divisão de Ensino, depois rebatizada Secretaria de Ensino. No cargo, o professor comandou um amplo processo de reestruturação pedagógica. Em 1979, foi realizado o Primeiro Encontro Docente do Colégio Pedro II, que se desdobraria depois num Plano Diretor, elaborado pela Secretaria de Ensino. Também foi introduzida a organização por departamentos, inspirada na reforma universitária de 1968.¹⁵² Para resolver o problema provocado pelo fim do exame de admissão, foram abertas, ao longo da década de 1980, turmas do primeiro segmento do ensino fundamental, carinhosamente apelidados de “Pedrinhos”.¹⁵³ Todo esse processo foi comandado por Choeri à frente da secretaria. Ele ocupou o posto entre 1979 e 1994, quando foi eleito diretor-geral. Reconduzido ao cargo pelo ministro da Educação do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, Paulo Renato de Souza, em 1998, ele venceria novamente o pleito já no primeiro governo Luis Inácio Lula da Silva, deixando o colégio apenas em 2007 por razões que veremos mais adiante.

De ideólogo de programas da ditadura civil-militar brasileira, próximo do alto escalão das Forças Armadas, Choeri se tornou um verdadeiro “lulista” nos anos 2000. Não cabe aqui uma análise detalhada dessa transformação político-ideológica¹⁵⁴, mas há indicações suficientes de que o afluxo de recursos financeiros para o Colégio Pedro II foi peça importante desse xadrez. Afinal, Choeri tinha sido um dos líderes da expansão da instituição na década de 1980 e comandou também a nova rodada de crescimento. Entre 2004 e 2010, foram criadas as unidades Realengo, Niterói e Duque de Caxias. Nos casos

¹⁵² A reforma universitária, normatizada pela Lei 5.540/1968, acabou com as cátedras e determinou que os departamentos fossem a unidade mínima de organização da universidade. No próximo capítulo, as mudanças introduzidas pela legislação serão analisadas em mais detalhes.

¹⁵³ SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos; ANDRADE, Vera Lucia Cabana Queiroz. *Colégio Pedro II: polo cultural da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

¹⁵⁴ Uma das linhas de reflexão possíveis é a articulação entre os dois projetos nacionais forjados nos dois períodos, mas que possuem continuidades. Houve um esboço de retomada do Projeto Rondon, no primeiro governo Lula, por exemplo.

de Realengo e Niterói, após funcionarem no período inicial dos prédios alugados, as instalações definitivas dos *campi* foram construídas em terrenos cedidos pelo Exército: a antiga fábrica de cartuchos, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, e o antigo 19º Batalhão de Logística do Exército, no bairro do Barreto. Mais uma volta na vida do professor.

Por onde passou, Wilson Choeri criou verdadeiras dinastias. No Colégio Pedro II, fez como sucessora a sua secretária de Ensino, Vera Maria Ferreira Rodrigues (2008-2013). O atual reitor, Oscar Halac (2013-2017), também era próximo ao ex-diretor-geral. Halac foi escolhido por Choeri para comandar a implantação das três novas unidades – Realengo, Niterói e Duque de Caxias – na primeira década dos anos 2000.

Já na UERJ, o professor se inseriu em redes consolidadas de poder dentro da universidade, a partir da FFCL, como foi apresentado, e deixou também sua marca, apesar da saída abrupta e do ostracismo a que foi relegado. Isso fica evidente na eleição para a reitoria da UERJ em 1983¹⁵⁵, realizada cinco meses após a sua absolvição definitiva. Choeri foi o principal cabo eleitoral do professor Charley Fayal, apresentado em uma reportagem do jornal “O Globo” como membro do “grupo choerista”, considerado conservador, mas influente junto aos docentes.¹⁵⁶ Segundo Ramadon, a decisão de lançar o nome de Fayal ocorreu em uma reunião na casa de Choeri e a principal motivação foi o fato do candidato ser pai do deputado estadual Carlos Fayal, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), mesmo partido do governador Leonel Brizola.¹⁵⁷

Fayal acabou a corrida em último lugar, atrás de Hésio Cordeiro, Roberto Alcântara Gomes e Hélio Marques, primeiro, segundo e terceiro colocados,

¹⁵⁵ Às vésperas do pleito, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a eleição na UERJ a partir de uma ação de inconstitucionalidade apresentada pelo ex-reitor da universidade, Caio Tácito. O pleito, entretanto, ocorreu na forma de consulta à comunidade.

¹⁵⁶ *O Globo*, 4 de outubro de 1983, Tijuca, p. 3.

¹⁵⁷ RAMADON, Luiz Fernando. *UERJ: Uma história apaixonante*. 2017. Disponível em: <http://www.accantas.com.br/2017/01/uerj-uma-historia-apaixonante.html>

respectivamente. Contudo, na elaboração da lista tríplice pelo Conselho Universitário, o nome de Marques foi trocado pelo de Fayal. Brizola ignorou o desejo da comunidade universitária e a autonomia da instituição e nomeou Fayal como reitor, sendo acusado pelo presidente da ASDUERJ, Luiz Fernando Couto, de querer agradar os militares com a decisão.¹⁵⁸ Numa tentativa de composição com a oposição, da qual Choeri foi um dos articuladores, Ivo Barbieri, que compunha a chapa de Hésio Cordeiro, foi escolhido vice-reitor. Mesmo assim, a reação da comunidade foi forte e o novo reitor passou os quatro anos da sua gestão sob protestos de “Fora Fayal!” e pedidos de renúncia.¹⁵⁹

Por duas vezes, em 1987 e 1991, Choeri se candidatou à reitoria da UERJ. Seu esforço para retomar o espaço que lhe tinha sido tirado em 1978, entretanto, foi frustrado pelas urnas. O seu grupo político já não mantinha a mesma força de antes, o que já tinha sido demonstrado na eleição anterior. Em uma disputa apertada contra Ivo Barbieri, Choeri foi o mais votado por uma pequena margem entre os professores, mas perdeu entre os estudantes e os técnicos-administrativos.¹⁶⁰ Seguindo o compromisso assumido perante à comunidade universitária, o governador Moreira Franco nomeou Barbieri, o mais votado, para o posto de reitor.¹⁶¹

Quatro anos depois, Choeri se candidatou novamente à reitor, e novamente perdeu. Em 1991, a eleição ocorreu em dois turnos. Sendo os mais votados no primeiro turno Choeri e o professor Hésio Cordeiro, que tinha sido preterido por Fayal em 1983, os dois foram para o segundo turno. Cordeiro venceu entre os professores e os estudantes, e perdeu entre os técnicos-administrativos. Contudo, sua vantagem foi menor do que a

¹⁵⁸ *Jornal do Brasil*, 30 de dezembro de 1983, 1º caderno, p.6

¹⁵⁹ RAMADON, *op. cit.*, 2017, p. 260.

¹⁶⁰ Entre os estudantes, Barbieri teve três vezes mais votos do que Choeri, 2.248 contra 769. Já entre os técnicos-administrativos, a vantagem foi de menos de 100 votos. (RAMADON, *op. cit.*, 2017, p. 270).

¹⁶¹ RAMADON, *op. cit.*, 2017, p. 269.

construída por Barbieri em 1987.¹⁶² No início de 1990, Choeri não contava mais com os decanos da instituição seu lado, pois estavam todos já afastados da universidade. A geração que dominou a política universitária no período da ditadura civil-militar, seus ex-professores no Colégio Pedro II e no Instituto La-Fayette, não lograram construir uma nova geração que garantisse a sua continuidade. Observa-se na UERJ, a partir da eleição de Ivo Barbieri, o fortalecimento de um novo centro de poder na universidade. Hésio Cordeiro (1992-1996), Antônio Celso Pereira (1996-2000) e Nilcéa Freire (2000-2004) foram apoiados pelo mesmo grupo político.¹⁶³ Após duas derrotas, Choeri se afastou da UERJ e reconstruiu sua carreira como diretor-geral do Colégio Pedro II. Não sem mágoas de sua *alma mater*.

Eu construí o campus da universidade, pedagogicamente, não arquitetonicamente, mas tracei o plano pedagógico, ajudei a formar o Colégio de Aplicação, renovei, junto com uma equipe, o Colégio Pedro II, que estava na sombra... E eu nunca sou citado.¹⁶⁴

Após traçar este panorama da trajetória de Choeri, buscando apontar as redes nas quais ele se inseriu, e das quais acabou sendo excluído por causa da denúncia de corrupção, procurou-se situar o personagem no seu tempo. No próximo capítulo, será analisado em detalhes a ascensão gradual do professor na UEG e os enormes poderes que ele acumulou ao longo dos anos. Antes, porém, será feito um retrospecto das discussões internas da universidade acerca da necessidade de transformação. Choeri não participou dos debates desde o início, mas se incorporou a um processo já em andamento e levou alguns anos para encontrar o seu espaço e ter o seu protagonismo.

¹⁶² Entre os professores: 882 votos para Hésio Cordeiro, 692 para Wilson Choeri; entre os estudantes: 3.100 votos para Cordeiro, 2.028 para Choeri; entre os técnicos-administrativos: 1.411 para Cordeiro, 1.424 para Choeri. (RAMADON, *op. cit.*, 2017, p. 283).

¹⁶³ RAMADON, *op. cit.*, 2017, p. 280-286.

¹⁶⁴ CHOERI apud LERNER, *op. cit.*, 2013, p. 148.

Capítulo 2

Tempo de reforma: a universidade se transforma

2.1 Antecedentes da reforma na Universidade do Estado da Guanabara

Enquanto Wilson Choeri comandava o Colégio de Aplicação da UEG e ganhava fama por sua atuação, como foi visto no capítulo anterior, os catedráticos que comandavam a instituição discutiam os rumos da universidade que tinha pouco mais de uma década de existência. As discussões internas acompanhavam o debate nacional sobre as mudanças no ensino superior do país, que começou bem antes da aprovação da Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968, marco legal da reforma universitária promovida pela ditadura civil-militar instaurada em 1964. Muito antes da reforma virar realidade, este já era um tema que mobilizava os docentes reunidos no Conselho Universitário no início da década de 1960. No caso da UEG, a fragmentação administrativa e espacial era uma de suas principais características e um entrave à sua reestruturação.

Apenas em 1959, por força de lei, houve uma centralização dos poderes na Reitoria e no Conselho Universitário, antes concentrados nas congregações das quatro faculdades fundadoras. As unidades, entretanto, permaneciam fisicamente isoladas entre si. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) continuava na Rua Haddock Lobo, na Tijuca; a Faculdade de Direito, na Rua do Catete; a Faculdade de Ciências Médicas, no Boulevard 28 de Setembro, em Vila Isabel; a Faculdade de Ciências Econômicas, num prédio na Avenida Mem de Sá, na Lapa; e a Faculdade de Engenharia, criada em 1961, na Rua Fonseca Teles, em São Cristóvão. A Reitoria, por sua vez, estava sediada no único imóvel que efetivamente pertencia ao patrimônio da universidade – os outros pertenciam,

cada um, às faculdades fundadoras e foram incorporados ao longo da década de 1960 –, na Travessa Euricles de Matos, em Laranjeiras. Por essa razão, discutir a reforma da UEG era também discutir a sua reconfiguração espacial, como será abordado mais à frente, na construção do campus do Maracanã.

A partir da análise das atas das reuniões do Conselho Universitário da UEG¹⁶⁵, observa-se que um primeiro passo na discussão das reformas foi a visita, em fevereiro de 1962, de um personagem que se tornaria bastante famoso após o golpe ocorrido dois anos depois: o consultor grego-americano Rudolph Atcon. Entre os anos de 1953 e 1956, Atcon assessorou Anísio Teixeira na organização da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), trabalhando também como subdiretor do Programa Universitário.¹⁶⁶ Sua especialidade era a reestruturação de instituições de ensino superior, tendo atuado assim em diversos países da América Central e também na Universidade de Concepción, no Chile.¹⁶⁷ No Boletim da UEG, o consultor é apresentado como “técnico especializado em organizações universitárias no momento funcionando junto à Universidade de Berlim”.¹⁶⁸ Ele estava acompanhado do professor George Sumner Filho, chefe do serviço médico do Hospital Pedro Ernesto – e filho do catedrático, fundador da FFCL e professor de Choeri no Colégio Pedro II, George Sumner.

A visita de Atcon não foi uma mera cortesia ao reitor Haroldo Lisboa da Cunha e teve desdobramentos práticos. O consultor pretendia vender os seus serviços para ajudar a universidade a planejar sua reestruturação e contava com um aliado de peso: o próprio governador da Guanabara, Carlos Lacerda, também chanceler da UEG.¹⁶⁹ No entanto,

¹⁶⁵ Essa documentação, um conjunto bastante incompleto, está disponível no Núcleo de Memória, Informação e Documentação da UERJ (MID/UERJ), que funciona no campus Maracanã da universidade.

¹⁶⁶ FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada: Atcon e Meira Mattos*. São Paulo: Cortez, 1991, p. 20.

¹⁶⁷ CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 203.

¹⁶⁸ UEG. *Boletim da UEG*. Rio de Janeiro: UEG, fevereiro de 1962.

¹⁶⁹ CUNHA, *op. cit.*, 1980.

nem isso foi capaz de mudar a posição da instituição, que rejeitou a sua proposta. Na sessão do Conselho Universitário, realizada no dia 1º de outubro de 1962, o conselheiro João Lyra Filho apresentou seu parecer para o processo nº 599/62, intitulado “Contrato de técnico estrangeiro em organização universitária”. Lyra Filho concluiu pela “inoportunidade da contratação dos serviços de técnico em organização de Universidades”, e seu voto foi seguido pela maioria. O voto contrário foi do professor da Faculdade de Ciências Médicas e vice-reitor, Álvaro Cumplido de Sant’Anna. Na mesma sessão foi aprovada a contratação de um representante da UEG no exterior, baseado em Paris, atendendo a um pedido de Lacerda.¹⁷⁰

Estranhamente, como foi notado pelos próprios conselheiros, o processo nº 599/62, sobre a contratação de um técnico estrangeiro, voltou à pauta na sessão do Conselho Universitário do dia 5 de novembro de 1962. O novo relator, conselheiro Aliomar Baleeiro, também recomendou que não fosse feita a contratação e seu voto foi acompanhado pela maioria, mais uma vez. Só que, desta vez, a ata registrou o nome do técnico em questão: era mesmo Rudolph Atcon, o consultor que visitara a universidade no início do ano. Quem apontou a situação inusitada, de se votar duas vezes o mesmo processo, foi o vice-reitor Álvaro Cumplido de Sant’Anna. Ele alertou que o parecer pela rejeição já tinha sido aprovado apenas com o seu voto em contrário e que não fazia sentido discutir o tema novamente.¹⁷¹

A rejeição da contratação de Atcon, um nome com atuação internacional reconhecida na década de 1960, é significativa de várias maneiras. O então reitor Haroldo Lisboa de Cunha, em depoimento, contou que a rejeição foi motivo de discórdia entre a UEG e o governador da Guanabara. Ele frisou a unidade da posição da universidade.

¹⁷⁰ UEG. *Ata da sessão do Conselho Universitário realizada no dia 1º de outubro de 1962.*

¹⁷¹ UEG. *Ata da sessão do Conselho Universitário realizada no dia 5 de novembro de 1962.*

Sua excelência [o governador Carlos Lacerda], naturalmente entusiasmada com o sucesso da universidade, com o crescimento da universidade, com o prestígio que já vinha assumindo dentro e fora dos limites do estado, sua excelência pensou em trazer um elemento de grande renome internacional para nos orientar em nossos destinos. Nós não achamos razoável que isso assim se processasse. Sua excelência julgava também que deveríamos ter fora do país, num centro de radiação luminosa, como é Paris, um representante. Nós dividíamos as dificuldades. Concedemos uma parte e negamos outra. A universidade unida como talvez nunca tenha estado. E que não houve uma voz discordante. Junta e apoiando o reitor, mostrando convincentemente ao governador Carlos Lacerda que ela de fato não desejava a entrega dos seus destinos a um elemento que viria de fora, embora homem conceituado, etc, com trabalhos universitários em diversos países da América Latina. Em compensação, aceitamos a ideia de um representante em Paris, mantivemos um representante em Paris por vários anos.¹⁷²

A decisão de negar a contratação do técnico estrangeiro mostra que os catedráticos não estavam dispostos a abrir mão da sua prerrogativa de definir os rumos da instituição. A defesa da autodeterminação já tinha sido manifestada em um episódio anterior, no mesmo ano. Em agosto de 1962, o ministro da Educação Roberto Lyra¹⁷³, nomeado pelo primeiro-ministro Brochado da Rocha, convocou um Fórum Universitário em Brasília para discutir saídas para a greve estudantil que paralisava as universidades naquele ano. O país vivia uma enorme agitação política com os movimentos de João Goulart em defesa das chamadas “reformas de base” e a renúncia de Tancredo Neves como primeiro-ministro, em junho. Brochado da Rocha tomou posse em julho e foi o terceiro nome para o cargo – San Tiago Dantas foi rejeitado pelo Congresso e Moura Andrade, presidente do Senado, foi nomeado por Goulart e ficou apenas 48 horas no cargo.¹⁷⁴ No Fórum, Lisboa da Cunha defendeu que cada instituição decidisse quais medidas adotar. No seu relato ao Conselho Universitário, sobre sua participação, ele disse

¹⁷² CUNHA, *op. cit.*, 1980.

¹⁷³ Roberto Lyra era professor da Faculdade de Direito da UEG e irmão do futuro reitor João Lyra Filho. Com bom trânsito entre os estudantes, Lyra conseguiu negociar o fim da greve.

¹⁷⁴ SKIDMORE, *op. cit.*, 2007, p. 261-262.

só aceitar um caminho para a solução dos problemas universitários: a livre iniciativa de cada universidade e a experiência dos métodos, critérios e medidas que cada uma julgue de seu interesse; como Platão, não acredita que as leis melhores os homens; estes é que aperfeiçoam a própria sociedade e suas instituições.¹⁷⁵

Ao colocar a decisão nas mãos do Conselho Universitário, o reitor Lisboa da Cunha agia, assim, em coerência com sua defesa da autonomia da instituição. A oferta dos serviços de Atcon, e sua posterior rejeição pela UEG, é significativa ainda porque sua influência na reforma das universidades brasileiras se tornou notória apenas após o golpe de 1964. A convite da Diretoria de Educação Superior do Ministério da Educação e Cultura (DES/MEC), o consultor grego-americano elaborou, entre junho e setembro de 1965, durante a gestão de Flávio Suplicy de Lacerda, um estudo sobre a reestruturação das universidades brasileiras. Neste período, Atcon visitou 12 instituições, sendo 11 federais e uma particular. O consultor defendia uma concepção empresarial da universidade, com foco na eficiência e na produtividade. Para alcançar este objetivo, ele propunha a transformação das instituições estatais em fundações privadas.¹⁷⁶ Algumas de suas sugestões foram acatadas. O princípio da proibição de duplicação de meios para fins idênticos – que significa o máximo aproveitamento da infraestrutura física, como salas de aula e laboratórios, e dos recursos humanos – atravessa toda legislação da reforma universitária promovida pela ditadura civil-militar.¹⁷⁷

Ao negar a contratação de Atcon, o Conselho Universitário da UEG não se posicionou contra as reformas ou mesmo contra as ideias do consultor grego-americano. Pelo contrário, antes mesmo de decidir não utilizar os seus serviços, a universidade já tinha tomado a iniciativa de montar uma comissão para planejar o seu futuro. Na sessão do Conselho Universitário de 30 de julho de 1962, cinco meses após a visita de Atcon, o

¹⁷⁵ UEG. *Ata da sessão do Conselho Universitário realizada no dia 27 de agosto de 1962.*

¹⁷⁶ FÁVERO, *op. cit.*, 1991, p. 19-20.

¹⁷⁷ FÁVERO, *op. cit.*, 1991, p. 24.

conselheiro Aliomar Baleeiro – o mesmo que proporia a rejeição da contratação do técnico estrangeiro em novembro daquele ano – apresentou a proposta de constituição de uma comissão para elaborar um “plano decenal de desenvolvimento e expansão da Universidade do Estado da Guanabara”.¹⁷⁸ O plano deveria tratar da aplicação das verbas recebidas do estado, aquisição de terrenos, construção de edifícios, equipamento das unidades, criação de novos cursos e projetos de pesquisa. Com elogios gerais, a indicação de Baleeiro foi aprovada por unanimidade.

Os nomes indicados pelo reitor Lisboa da Cunha para compor a comissão foram apresentados e homologados pelo Conselho Universitário na sessão seguinte, no dia 6 de agosto. Eram eles: Tarcísio Meirelles Padilha, pela FFCL, como presidente; Sydney Martins Gomes dos Santos, pela Faculdade de Engenharia; Mozart Ferreira D’Azevedo, pelos Órgãos de Colaboração¹⁷⁹; George Sumner Filho, pela Faculdade de Ciências Médicas; Maria da Conceição Miragaia Pitanga, pela Faculdade de Ciências Econômicas; e Célio de Oliveira Borja, pela Faculdade de Direito.¹⁸⁰ A Comissão de Planejamento, como ficou batizada pelo reitor, tinha 120 dias para apresentar um relatório.

O Plano Decenal de Desenvolvimento e Expansão da UEG, elaborado pela Comissão de Planejamento, foi encaminhado pelo reitor ao Conselho Universitário em 13 de fevereiro de 1963, dois meses depois do prazo previsto inicialmente. Nas palavras de Lisboa da Cunha, tratava-se “de alentado estudo, abrangendo a área de quase todos os problemas e cogitações da Universidade no momento presente”.¹⁸¹ Infelizmente, o texto do plano se perdeu com o tempo e não se encontra disponível no acervo da universidade. Contudo, a partir da análise das resoluções aprovadas naquele ano, foi possível identificar

¹⁷⁸ UEG. *Ata da sessão do Conselho Universitário realizada no dia 30 de julho de 1962.*

¹⁷⁹ Eram considerados “órgãos de colaboração” institutos de pesquisa, como os de Criminologia e de Higiene, vinculados às faculdades.

¹⁸⁰ UEG. *Ata da sessão do Conselho Universitário realizada no dia 6 de agosto de 1962.*

¹⁸¹ UEG. *Mensagem n° 8, de 13 de fevereiro de 1963.*

uma recomendação da comissão que foi posta em prática antes mesmo da aprovação do relatório pelo Conselho Universitário: a formação de comissões específicas para levar a cabo a incorporação da Faculdade de Ciências Econômicas do Estado da Guanabara, da Faculdade de Serviço Social do Estado da Guanabara e da Escola Superior de Enfermagem Raquel Haddock Lobo.¹⁸²

As três instituições tinham sido incorporadas à UEG pela Lei Estadual nº 93, de 1961, mas na prática mantinham a sua independência. O reitor tinha diversas dúvidas sobre como proceder – por lacunas na legislação – e pediu o auxílio da Comissão de Planejamento, presidida pelo professor Tarcísio Padilha. Um dos problemas apontados era que o curso de Ciências Econômicas já era oferecido pela universidade.¹⁸³ A comissão recomendou, então, que fossem formadas novas comissões para discutir cada caso em particular. No caso da Faculdade de Serviço Social, Lisboa da Cunha indicou os nomes de Júlio de Carvalho Barata, Aluísio Veiga de Paula, Cândido de Almeida Marques, Fernando Sgarbi de Lima e Wilson Choeri. Foi o primeiro passo de Choeri, dentro da UEG, para fora do Colégio de Aplicação e seu primeiro posto para discutir questões de organização universitária. A Faculdade de Serviço Social foi incorporada em definitivo apenas em novembro daquele ano.¹⁸⁴

Mal a Comissão de Planejamento, capitaneada pelo professor Tarcísio Padilha, terminou seus trabalhos, uma nova comissão foi montada para o mesmo fim. A razão foi a formalização do status jurídico da UEG como fundação. Esse status foi prescrito pela Constituição Estadual de 1961, mas carecia de regulamentação, o que só veio a ocorrer em outubro de 1963, com a aprovação de mudanças no estatuto da universidade. Nas suas

¹⁸² UEG. *Portarias nº 3, 4 e 5, de 7 de janeiro de 1963.*

¹⁸³ UEG. *Mensagem nº 32, de 23 de outubro de 1963.*

¹⁸⁴ UEG. *Resolução nº 200, de 25 de novembro de 1963.*

disposições transitórias, o texto previa a criação de uma comissão de planejamento para assessorar a Reitoria no período de transição para a nova estrutura.¹⁸⁵

Se o primeiro grupo era composto exclusivamente por professores da universidade, neste segundo grupo se destacam nomes externos à instituição. A começar pelo presidente indicado pelo reitor, o vice-governador Rafael de Almeida Magalhães, num gesto de aproximação com o governo de Carlos Lacerda. Outro colaborador externo foi Frank Tiller, diretor do Departamento de Assuntos Internacionais da Universidade de Houston. Já os professores da instituição que completavam a comissão eram: Célio Borja, professor da Faculdade de Direito, membro da comissão anterior, e já secretário de Governo de Carlos Lacerda; Américo Piquet Carneiro, da Faculdade de Ciências Médicas; Ernesto Luiz de Oliveira Junior, da FFCL; e Sydnei Martins Gomes dos Santos, da Faculdade de Engenharia, que também tinha participado da comissão anterior. Havia ainda um representante discente, Moysés dos Reis Amaral.

Os trabalhos desta segunda comissão de planejamento se estenderam pelos anos de 1963, 1964 e 1965. Seus resultados não foram apresentados diretamente ao Conselho Universitário, mas antes ao reitor Haroldo Lisboa da Cunha, e serviram de subsídio à elaboração do Plano de Reestruturação da UEG, finalizado em novembro de 1965.¹⁸⁶ Na apresentação do plano, Lisboa da Cunha relembra as atividades das duas comissões que o antecederam. No caso da primeira, presidida por Tarcísio Padilha, o reitor destaca que uma dupla barreira foi imposta: a falta da formalização do status jurídico de fundação e a ausência de uma área para construção do campus universitário. Quando a comissão comandada pelo vice-governador, Rafael de Almeida Magalhães, foi instalada, o problema da situação jurídica já tinha sido resolvido, mas ainda faltava definir a questão

¹⁸⁵ *Diário de Notícias*, 20 de outubro de 1963, Segunda Seção, p. 7.

¹⁸⁶ CUNHA, Haroldo Lisboa da. *Plano de Reestruturação da UEG (Subsídios)*. Rio de Janeiro: UEG, 19 de novembro de 1965.

do terreno do campus. O desenlace veio em setembro de 1965 e motivou a redação do Plano de Reestruturação, concluído dois meses depois.

A área destinada a servir de campus da UEG foi o terreno no Maracanã onde estava localizada a Favela do Esqueleto. A comunidade recebera esse nome por ter se desenvolvido na estrutura inacabada de um hospital de clínicas, cuja construção foi iniciada em 1928, no governo do presidente Washington Luís, e paralisada em 1930.¹⁸⁷ A ocupação do terreno começou em 1937 e, em 1965, contava com cerca de 1,2 mil famílias. Na comunidade, 800 famílias já tinham sido removidas em 1961, por causa das obras da Avenida Radial Oeste.¹⁸⁸ A escolha da área atendia aos anseios da universidade e do governador Carlos Lacerda.¹⁸⁹ De parte da UEG, o terreno estava localizado entre a Faculdade de Ciências Médicas e o Hospital Pedro Ernesto, em Vila Isabel, e a Faculdade de Engenharia, em São Cristóvão, consideradas as instalações em melhores condições, e tinha sido apontado como o mais adequado pela Comissão de Planejamento presidida por Tarcísio Padilha, em 1963.¹⁹⁰ Já Lacerda fazia da remoção de favelas uma bandeira sua desde fins dos anos 1940, quando liderou uma campanha na imprensa intitulada “A Batalha do Rio” para que as comunidades fossem tratadas como um “complexo conjunto de problemas nacionais”.¹⁹¹ Em seu mandato de governador do estado da Guanabara, entre 1961 e 1965, foram removidas total ou parcialmente 30 favelas.¹⁹²

¹⁸⁷ *Diário de Notícias*, 1º de outubro de 1965, Educação, p. 6.

¹⁸⁸ LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 220.

¹⁸⁹ Há outra hipótese para o alinhamento de interesses entre a UEG e o governo do estado. Parte do capital da Companhia de Habitação Popular (COHAB) da Guanabara, responsável pela construção de conjuntos habitacionais para os removidos, foi destinado a acionistas privados. Desta parcela, 49% pertencia a Rafael de Almeida Magalhães, vice-governador e presidente da segunda comissão de planejamento da UEG, e Carlos Flexa Ribeiro, secretário de Educação e Cultura da Guanabara (LEEDS; LEEDS. *op. cit.*, 1978, p. 216). Magalhães e Flexa Ribeiro tinham, assim, interesse direto na remoção.

¹⁹⁰ CUNHA, *op. cit.*, 1980.

¹⁹¹ LEEDS; LEEDS. *op. cit.*, 1978, p. 202.

¹⁹² D’ASSUMPTÃO, Mônica de Matos Teixeira. *Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de um novo estado*. (Mestrado em Ciência Política, dissertação). Niterói: UFF, 2007, p. 176-177.

A remoção da Favela do Esqueleto, entretanto, não ocorreu sem resistência e é um episódio que carece de trabalho historiográfico mais adensado. Aqui, basta destacar que, desde 1964, os moradores da favela se organizaram para evitar a transferência para Vila Kennedy, conjunto habitacional construído com fundos norte-americanos na Zona Oeste da cidade.¹⁹³ Eles tentaram realizar até um plebiscito sobre o assunto, mas foram proibidos pela polícia. O presidente da Federação das Associações de Favelados da Guanabara, Etevaldo Justino de Oliveira, ficou cinco dias preso no DOPS sem acusação formal, entre 10 e 15 de dezembro de 1964, por “esquentar o ambiente na Favela do Esqueleto”.¹⁹⁴ O órgão repressivo foi mobilizado novamente em junho do ano seguinte, no começo da retirada dos moradores. O objetivo era evitar a repetição do que aconteceu na remoção da favela de Brás de Pina, no ano anterior, quando padres e outros religiosos se puseram contra a remoção dos moradores.¹⁹⁵

A UEG não foi passiva neste processo. Pelo contrário, ofereceu a colaboração de seus estudantes, que acabaram sendo repelidos pelos moradores. É o que relembra o então reitor Haroldo Lisboa da Cunha:

Quando a universidade, para coadjuvar os trabalhos dos assistentes sociais do estado que promoviam a remoção dos favelados para a Vila Kennedy, quis que seus alunos da Faculdade de Serviço Social a eles se associassem, esses estudantes foram vigorosamente repelidos. Maltratados, chegando alguns mesmo a serem surrados. Tivemos que retirá-los às pressas do serviço porque, se identificados, corriam o risco até de serem mortos.¹⁹⁶

¹⁹³ LEEDS; LEEDS. *op. cit.*, 1978, p. 216. Para mais informações sobre a Vila Kennedy, ver: AZEVEDO, Cecília. “Essa pobre moça indefesa – Estátua da Liberdade da Vila Kennedy”. IN: MENDONÇA, Paulo Knauss de (org.). *Cidade vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras, 1999.

¹⁹⁴ *Correio da Manhã*, 16 de dezembro de 1964, 1º caderno, p. 2.

¹⁹⁵ *Correio da Manhã*, 29 de junho de 1965, 1º caderno, p. 8.

¹⁹⁶ CUNHA, *op. cit.*, 1980.

Apesar de toda resistência, a Favela do Esqueleto foi completamente removida em três meses.¹⁹⁷ No dia seguinte a transferência dos últimos moradores, o governador Carlos Lacerda transformou o ato de entrega do terreno à universidade num ato de campanha de Flexa Ribeiro, seu secretário de Educação e candidato à sucessão nas eleições que seriam realizadas dias depois. Discursaram também para os cerca de 3 mil presentes o diretor do Departamento de Patrimônio do Estado, Emílio Ibraim, o reitor Haroldo Lisboa da Cunha e o presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE), Ismael da Silva Neto. Sem críticas às remoções, Neto disse que “era desejo de todos os seus colegas receber, brevemente, os antigos favelados como colegas, alunos de uma escola superior”.¹⁹⁸

Com a garantia de um terreno para, finalmente, construir o campus, foi dado o impulso decisivo para a formulação do Plano de Reestruturação da UEG. Segundo Lisboa da Cunha, neste plano foram reunidas as conclusões dos estudos elaborados pelas duas comissões de planejamento e adicionados “os preciosos ensinamentos de que se apercebera em recente viagem (que incluiu os Estados Unidos da América e alguns países do Velho Mundo)”.¹⁹⁹ De fato, entre 23 de julho e 3 de setembro de 1965, o reitor fez um périplo por nove cidades norte-americanas e visitou mais de uma dezena de universidades e centros de pesquisa. Destacam-se as visitas ao Departamento de Estado e ao Bureau of Educational e Cultural Affairs, em Washington D.C., à Fundação Ford, em Nova York, às universidades de Stanford, Califórnia – Berkeley, Chicago, Harvard e ao Massachusetts Institute of Technology (MIT). O tour foi realizado a convite do governo

¹⁹⁷ *Correio de Manhã*, 15 de setembro de 1965, 1º caderno, p. 2.

¹⁹⁸ *Jornal do Brasil*, 30 de setembro de 1965, 1º caderno, p. 17.

¹⁹⁹ CUNHA, *op. cit.*, 1965, p. 4.

dos Estados Unidos.²⁰⁰ Há registros de que Lisboa da Cunha frequentava atividades na Embaixada Americana, no Rio de Janeiro, desde o início da década de 1960.²⁰¹

Todavia, antes de submeter o Plano de Reestruturação da UEG, o reitor montou um Grupo de Trabalho (GT) presidido por ele para discutir o texto. Fizeram parte do grupo os professores Albano Raymundo da Fonseca Marques, Américo Piquet Carneiro, Benjamin Moraes Filho, Cesar Dacorso Netto, Francisco Alcântara Gomes Filho, João Lyra Filho, Jorge Saldanha Bandeira de Mello e o presidente do DCE, o aluno Ismael da Silva Neto. Os trabalhos foram coordenados por Wilson Choeri, diretor do Departamento Cultural desde o ano anterior. Após participar apenas lateralmente dos debates sobre a reforma da universidade, através da comissão que encaminhou a incorporação da Faculdade de Serviço Social da Guanabara à UEG, Choeri assumiu um protagonismo até então inédito na sua trajetória. No grupo, ele estava no epicentro da discussão interna sobre o tema e trabalhou junto daquele que seria o próximo reitor, João Lyra Filho, responsável por transformar o plano em realidade e de quem foi braço-direito. Sobre as conclusões deste Grupo de Trabalho, escreveu Lisboa da Cunha:

Pode resumir-se numa só proposição, qual seja a de que deve ser elaborado um plano composto apenas de diretrizes e normas flexíveis, formuladas de modo à que se torne fácil nas sucessivas etapas de seu próprio desenvolvimento, sejam buscadas outras formas que melhor se ajustem a muitos dos seus magnos problemas.²⁰²

O documento final foi a gênese da reforma empreendida pela dupla Lyra Filho, como reitor, e Choeri, seu secretário-geral, nos anos seguintes, ao estabelecer “diretrizes

²⁰⁰ DELFOS. Rio de Janeiro, número 5, 1965.

²⁰¹ Em fevereiro, o reitor foi convidado a assistir um filme na Embaixada dos Estados Unidos sobre a organização das universidades. No mesmo mês, ele recebeu uma visita de James F. Tierney, do Programa de Treino e Pesquisas Internacionais da Fundação Ford; Charles Wagley, diretor do Instituto de Estudos da América Latina da Universidade de Columbia; e Reynold Chalson, representante do Programa de Desenvolvimento Estrangeiro da Fundação Ford no Brasil, todos em missão de intercâmbio cultural com a UEG. Ver: UEG. *Boletim da UEG*. Rio de Janeiro: UEG, fevereiro de 1962.

²⁰² CUNHA, *op. cit.*, 1965, p. 5.

e normas”, como fala Lisboa da Cunha, para as chamadas estruturas pedagógica, físico-geográfica, administrativa e social. Por isso, vamos detalhar as propostas apresentadas para as três primeiras, já que o plano é lacônico sobre a estrutura social da universidade. A estrutura pedagógica estava dividida em seis tipos diferentes de unidades: institutos básicos, escolas, órgãos auxiliares, centros de treinamento, institutos especializados e a Escola de Pós-Graduação. O texto definiu as atribuições de cada uma delas, tal como será descrito em seguida.

Os institutos básicos “são órgãos de finalidade específica, agrupando pessoal docente e técnico, de ensino e pesquisa, bem como instalações e equipamentos, segundo critério de afinidade de cultura”.²⁰³ Seriam responsáveis pelos cursos básicos dos diferentes cursos de formação profissional, além de oferecer cursos de graduação e pós-graduação nos seus campos específicos de conhecimento. O plano sugere a criação dos seguintes institutos básicos: Instituto de Biologia, Instituto de Física e Mecânica, Instituto de Humanidades e Ciências Sociais, Instituto de Matemática e Estatística, Instituto de Psicologia, Instituto de Química, Instituto de Desenho e Artes Aplicadas, Instituto de Geociências.

Pela proposta, os institutos básicos funcionariam em estreita colaboração com as escolas. A estas caberia ministrar os cursos de graduação profissional, em complemento aos cursos básicos, e cursos de pós-graduação nos seus respectivos campos profissionais. Sem muitas explicações, o plano afirma que os órgãos auxiliares “são aqueles que, de modo não específico, se conjugam às escolas, no cumprimento de seus objetivos”.²⁰⁴ Já os centros de treinamento “são órgãos que, de modo específico, proporcionam aos estudantes, no período da formação profissional, campo de treinamento com as

²⁰³ CUNHA, *op. cit.*, 1965, p. 7.

²⁰⁴ CUNHA, *op. cit.*, 1965, p. 8.

características de realidade indispensáveis a cada curso”.²⁰⁵ Os institutos especializados seriam correspondentes aos institutos básicos, oferecendo cursos de graduação e pós-graduação, mas com concentração em campos específicos. A Escola de Pós-Graduação seria responsável por coordenar todas as atividades relacionadas ao assunto.

O plano determinava que o departamento seria a unidade básica dos institutos básicos e das escolas, reunindo “cadeiras, disciplinas, laboratórios e serviços de mesma natureza ou afins”.²⁰⁶ A direção pedagógica ficaria a cargo das congregações, sendo uma para cada área, presididas por um dos diretores de escola ou instituto pertencentes à área em questão. O presidente da congregação seria assessorado por um conselho diretor, composto pelos demais diretores da área. Levando em consideração a estrutura da universidade até ali, o plano elenca as seguintes congregações: Congregação de Ciências Médicas; Congregação de Filosofia, Ciências e Letras; Congregação de Direito e Serviço Social; Congregação de Ciências Econômicas, Administração e Finanças; Congregação de Engenharia e Tecnologia; Congregação de Artes e Educação Física.

Estava prevista também a introdução do regime de créditos na universidade, de forma que, já nos cursos básicos, os estudantes tivessem uma parcela de disciplinas optativas. A formação básica deveria durar dois anos, depois dos quais os alunos decidiriam qual caminho profissional seguir. Haveria duas etapas de seleção dos estudantes: primeiro, no concurso de habilitação aos cursos básicos da UEG; posteriormente, na entrada no curso de formação profissional, para o qual poderia ser exigida nova triagem ou a realização de estudos complementares por parte do estudante.

Sobre a estrutura físico-geográfica da universidade, o plano apontava a dificuldade da implantação dos institutos básicos com a dispersão das unidades da UEG pela cidade. Apenas dois *campi* eram considerados adequados para suas atividades: o

²⁰⁵ CUNHA, *op. cit.*, 1965, p. 7-8.

²⁰⁶ CUNHA, *op. cit.*, 1965, p. 9.

campus localizado entre as ruas Teodoro da Silva, Felipe Camarão e Avenida 28 de Setembro – que abriga ainda hoje a Faculdade de Ciências Médicas e o Hospital Pedro Ernesto – e o campus localizado na Rua Fonseca Teles, em São Cristóvão, reunindo a Faculdade de Engenharia e o Instituto de Engenharia Sanitária. “Tudo mais na UEG, é precário ou provisório”, afirma o texto.²⁰⁷ O plano ressalta a localização estratégica dos *campi*, “baricentro das massas populares da cidade”²⁰⁸, e a importância da conquista do terreno onde ficava a Favela do Esqueleto. A ideia era que o novo campus recebesse os órgãos universitários superiores, ao menos quatro institutos básicos, uma biblioteca central, sedes de diretórios acadêmicos, habitações estudantis e órgãos complementares.

Acerca da estrutura administrativa, o plano preconizava que cada escola e instituto deveria ter, além do diretor, um administrador em regime de tempo integral. O objetivo também era que, no início das atividades dos institutos básicos, 30% do corpo docente trabalhasse nesse mesmo regime. Para incentivar os professores a aderirem ao tempo integral, eles poderiam dar aulas em mais de uma escola ou instituto. É necessário lembrar que, organizada na forma de fundação, os professores da UEG eram celetistas, contratados de acordo com a mesma legislação que rege o setor privado. O texto também previa que a administração da vida escolar do corpo discente fosse centralizada em um único órgão e colocava como norma a unificação dos laboratórios nos cursos básicos.

Antes de avançar nos desdobramentos deste plano, é preciso analisar de que forma seu conteúdo está em diálogo com os debates e as reflexões sobre a reforma universitária no Brasil naquele ano e, também, antecipa pontos fundamentais da legislação federal consolidada na Lei 5.540 de 1968. De forma alguma o Plano de Reestruturação da UEG foi fruto de uma privilegiada visão de futuro dos seus professores ou, menos ainda, de uma iluminação vinda da participação do técnico norte-americano Frank Tiller, da

²⁰⁷ CUNHA, *op. cit.*, 1965, p. 13.

²⁰⁸ CUNHA, *op. cit.*, 1965, p. 14.

Universidade de Houston, na sua segunda comissão de planejamento. Ao propor a criação dos institutos básicos, dos departamentos como unidade básica de organização da universidade, do regime de créditos e a concentração das atividades universitárias em um campus, o grupo de trabalho comandado pelo reitor Haroldo Lisboa da Cunha, cujos trabalhos foram dirigidos por Wilson Choeri, apresentava um projeto que “americanizava” a UEG e se espelhava na Universidade de Brasília (UnB).

Criada em abril de 1962, a UnB se organizava em um conjunto de institutos centrais e faculdades, compostas por departamentos. Assim como no projeto da UEG, os institutos ofereciam os cursos gerais, com duração de dois a três anos, e as faculdades os cursos especializados. O sistema de créditos permitia que alunos de carreiras diferentes cursassem as mesmas disciplinas em comum. Este desenho da UnB, de responsabilidade de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, foi abertamente inspirado no modelo organizacional das universidades norte-americanas.²⁰⁹ Esta influência remonta à década de 1950, quando Teixeira estava à frente da CAPES e o consultor grego-americano Rudolph Atcon atuou como subdiretor do Programa Universitário, fatos já mencionados.

No caso particular da UEG, é importante destacar a presença, na segunda comissão de planejamento da universidade, de Ernesto Luiz de Oliveira Junior, que coordenou o Programa de Formação de Técnicos, na CAPES, na gestão de Anísio Teixeira. Oliveira Junior era ligado ao Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) – experiência original no ensino superior brasileiro com foco no ensino e na pesquisa científica, a partir de uma parceria entre o Ministério da Aeronáutica e o Massachusetts Institute of Technology (MIT), e centro irradiador do espírito reformista no país desde sua criação – e presidiu a Comissão Superior do Plano dos Institutos (COSUPI), destinada

²⁰⁹ CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 18.

a modernizar o ensino de engenharia no Brasil, durante o governo de Juscelino Kubitschek.²¹⁰ Sua trajetória até a UEG, entretanto, permanece desconhecida.

O Plano de Reestruturação da UEG exemplifica a circulação de docentes e ideias acerca da reforma universitária no Brasil antes e depois dos governos militares. Encaminhado ao Conselho Universitário, o relator do plano foi o conselheiro João Lyra Filho, que participara do Grupo de Trabalho coordenado por Choeri para discutir o texto. Seu parecer, favorável, foi apresentado no dia 10 de dezembro de 1965 e o texto foi aprovado por unanimidade. Uma de suas resoluções era a formação de uma nova comissão, a terceira, para continuar os trabalhos. Presidida pelo reitor, fizeram parte o relator João Lyra Filho e os conselheiros Raul Jobim Bittencourt, Albano da Fonseca Marques e Caio Tácito.²¹¹ Contudo, a análise dos atos administrativos do período não mostra nenhuma contribuição efetiva do grupo.

O principal entrave para o andamento da reforma naquele momento, entretanto, era a demora para o início das obras do novo campus. Apesar da festa promovida pelo governador Carlos Lacerda ao entregar o terreno da antiga Favela do Esqueleto para a universidade, a posse legal da área era do governo federal. Passou-se mais de um ano da remoção dos moradores da comunidade para que o presidente Humberto Castelo Branco sancionasse a lei que cedeu o terreno para a UEG, com a previsão que o mesmo seria devolvido se, em dez anos, não fosse aproveitado para a construção do campus.²¹² Dias depois, o canteiro era montado e iniciou-se a recuperação da estrutura ocupada pela favela removida. Hoje, o antigo “Esqueleto” é o Pavilhão Haroldo Lisboa da Cunha, o “Haroldinho” como é carinhosamente chamado pela comunidade *uerjiana* atualmente.

²¹⁰ Sobre Oliveira Junior, seus conflitos com Anísio Teixeira e a disputa interna de poder na CAPES ao longo da década de 1950, ver: BITTENCOURT, Agueda Bernardete. “La cooperación científica internacional y la creación de CAPES”. IN: *Revista Colombiana de Educación*. Bogotá: n. 61, junho/dezembro de 2011.

²¹¹ UEG. *Ata da sessão do Conselho Universitário realizada no dia 10 de dezembro de 1965*.

²¹² BRASIL. Lei nº 5.178, de 1º de dezembro de 1966.

2.2 A universidade em reforma

Na primeira metade da década de 1960, Wilson Choeri foi, aos poucos, ocupando espaços dentro e fora da universidade. Em 1963, ainda como diretor do Colégio de Aplicação, participou da comissão que incorporou a Faculdade de Serviço Social da Guanabara à UEG. Em 1965, no posto de diretor do Departamento Cultural desde o ano anterior, atuou como coordenador do Grupo de Trabalho que definiu a última versão do Plano de Reestruturação da UEG e se aproximou dos militares na realização do Seminário Educação e Desenvolvimento, na universidade. No ano seguinte, sem poder significativo internamente, Choeri organizou o I Seminário Educação e Segurança Nacional, onde nasceu o Projeto Rondon. A partir daí, ele estreitou seus laços nas Forças Armadas e trabalhou em conjunto com o Ministério do Interior – General Albuquerque Lima à frente – para tirar o Projeto Rondon do papel. Em 1967, entretanto, a atuação do professor passaria por uma mudança qualitativa dentro da UEG, com a posse do novo reitor, João Lyra Filho. Não por acaso, é na gestão de Lyra Filho que a reforma da universidade começa, de fato, a se tornar realidade.

Lyra Filho assumiu a reitoria da UEG em junho de 1967 atendendo a um pedido do governador Negrão de Lima, três meses depois de seu irmão, General Aurélio de Lyra Tavares, tomar posse no Ministério do Exército do governo Costa e Silva. Oficialmente, a reorganização da universidade já tinha começado com a resolução nº 296, de 14 de outubro de 1966, assinada por Lisboa da Cunha. A medida criou os Institutos Básicos de Física, Química, Matemática e Estatística, Desenho e Artes Aplicadas, e Geociências, tal como prescrito no Plano de Reestruturação da UEG. Contudo, com exceção do Instituto de Física, que já tinha se separado da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, os outros

só entrariam em funcionamento com a construção do campus no Maracanã.²¹³ Assim, a prioridade zero do período de Lyra Filho à frente da universidade foi garantir os recursos financeiros necessário à execução das obras. Para alcançar este objetivo, ele promoveu uma reforma administrativa na reitoria e promoveu um duro arrocho nas contas.

A principal inovação da reestruturação promovida pelo reitor foi a criação da Secretaria Geral da universidade, subordinada diretamente a ele, e “com a atribuição de coordenar os serviços administrativos da Reitoria”.²¹⁴ Wilson Choeri foi o catedrático escolhido para o posto. Na nova hierarquia, ficaram abaixo do secretário-geral os departamentos Financeiro, de Relações de Trabalho, Material, Arquitetura e Engenharia, e Educação e Cultura. As obras do novo campus ganharam um órgão específico para comandá-las: a Superintendência de Obras Universitárias (SOU), diretamente subordinada ao reitor. Lyra Filho nomeou ainda uma Junta Permanente de Consulta, composta por ele, o vice-reitor, Oscar Accioly Tenório, e quatro professores catedráticos membros do Conselho Universitário, para auxiliá-lo “no estudo, orientação e planejamento das atividades universitárias”.²¹⁵

Todas as medidas administrativas tomadas no primeiro mês de gestão tinham como objetivo segurar os gastos da universidade e promoveram uma enorme centralização das decisões na Reitoria. A forma legal adotada, que nunca fora utilizada pelo antecessor Lisboa da Cunha, foram os Atos Executivos. Até o final do mandato de Lyra Filho foram centenas. O Ato Executivo nº 1 determinava que nenhuma admissão de pessoal seria feita, a partir daquela data, antes de aprovado pelo Conselho Universitário o quadro de servidores da UEG. O mesmo Ato determinou a criação de uma comissão para elaborar esse quadro de servidores em 60 dias, sob a chefia do secretário-geral,

²¹³ Na medida em que as obras avançassem, a prioridade era dos Institutos Básicos de Física e Química (UEG, *Resolução nº 296*, de 14 de outubro de 1966).

²¹⁴ UEG, *Resolução nº 318*, de 16 de junho de 1967.

²¹⁵ UEG, *Resolução nº 318*, de 16 de junho de 1967.

Wilson Choeri. As únicas exceções previstas eram substituições em caráter interino e a realização dos concursos para provimento das cátedras, que continuavam autorizados. Futuras admissões só seriam aceitas caso os candidatos fossem aprovados em exames de habilitação conduzidas por órgão devidamente habilitado.²¹⁶

Publicado no mesmo dia, o Ato Executivo nº 2 decidiu que “nenhuma admissão de servidor se fará na UEG sem ato de aprovação pelo Reitor”.²¹⁷ Já o Ato Executivo nº 6, editado seis dias depois, determinou que nenhuma despesa sem prévia autorização do reitor seria paga. Sobre os processos de gastos iniciados antes da medida, a ordem era para que os órgãos internos os arquivassem. Todas as compras de material ficariam a cargo da Comissão de Compras de Materiais, salvo em casos de comprovada urgência.²¹⁸ Com as duas medidas, a Reitoria garantia controle total sobre as despesas da universidade com pessoal e custeio. Contudo, o objetivo não era o controle apenas contábil. Ainda no primeiro mês de gestão, Lyra Filho criou novas formas de controle do trabalho docente, através do Ato Executivo nº 10.

O ato determinou que cabia ao agente de pessoal apurar a frequência dos servidores, docentes e administrativos. Este funcionário deveria elaborar, mensalmente, o mapa de frequência de cada servidor, constando as faltas – abonadas ou não – e os atrasos, e enviá-lo ao Departamento Financeiro da universidade até o dia 5 de cada mês com o visto do diretor da unidade. Os diretores também se tornaram responsáveis por revisar as folhas de pagamento preparadas pelo Departamento Financeiro, onde estariam discriminadas as fontes da remuneração (honorários, jetons por participação em órgão deliberativo, *pro-labore* de cursos ou conferências, estágios).²¹⁹

²¹⁶ UEG, *Ato Executivo nº 1*, de 6 de junho de 1967.

²¹⁷ UEG, *Ato Executivo nº 2*, de 6 de junho de 1967.

²¹⁸ UEG, *Ato Executivo nº 6*, de 12 de junho de 1967.

²¹⁹ UEG, *Ato Executivo nº 10*, de 26 de junho de 1967.

As atividades dos professores seriam afetadas ainda por mais dois Atos Executivos baixados no segundo semestre de 1967. O Ato Executivo nº 34, de 21 de novembro, regulou a participação de professores em missões “em benefício da cultura e do prestígio da UEG”.²²⁰ De acordo com o texto, as autorizações eram responsabilidade do diretor de cada unidade, que deveria encaminhar a justificativa e as medidas tomadas para evitar qualquer prejuízo nas atividades de ensino ao reitor. Este homologaria, ou não, o afastamento. Cada docente só poderia se ausentar da universidade uma vez por ano, pelo prazo máximo de 30 dias. Após a participação na missão, o professor tinha 60 dias para entregar um relatório aos órgãos internos da sua unidade e para conhecimento do reitor. Em consonância com esse espírito, o Ato Executivo nº 38, de 22 de novembro, determinou que nenhum servidor poderia se afastar das suas funções sem autorização prévia do reitor. O pedido deveria ser feito ao Departamento de Relações de Trabalho com, no mínimo, 30 dias de antecedência.²²¹

Ao centralizar uma série de decisões administrativas na Reitoria, estabelecendo uma miríade de normas para os procedimentos e um controle estrito das atividades financeiras e dos servidores da universidade, Lyra Filho começou a fortalecer os poderes de seu secretário-geral, Wilson Choeri. A resolução que criou o seu cargo já o colocava como responsável por coordenar as atividades administrativas e o Ato Executivo nº 21, de 26 de outubro, decidiu que cabia a Choeri fiscalizar “a execução dos atos expedidos pelo Reitor, compreendendo Atos Executivos e Portarias”.²²² O professor assumia, assim, um grande protagonismo dentro da burocracia universitária. Desde julho, o secretário-geral já podia autorizar pequenos gastos, de 500 cruzados novos.²²³ Agora, sob sua responsabilidade estavam decisões de afastamento de docentes e contratações, além de

²²⁰ UEG. *Ato Executivo nº 34*, de 21 de novembro de 1967.

²²¹ UEG. *Ato Executivo nº 38*, de 22 de novembro de 1967.

²²² UEG. *Ato Executivo nº 21*, de 26 de outubro de 1967.

²²³ UEG. *Ato Executivo nº 11*, de 14 de julho de 1967.

controle de frequência. Em novembro, o Ato Executivo nº 43 garantiu a Choeri e aos diretores de unidade o poder de abonar faltas, no limite de três por servidor, além de regulamentar os descontos no salário por falta e atraso.²²⁴

Os primeiros seis meses da gestão de Lyra Filho, em 1967, foram, assim, para “arrumar a casa” através do estrito controle das finanças e das atividades docentes. Neste contexto, o secretário-geral Choeri emerge como um “xerife” responsável por garantir a efetividade das ordens do reitor. Encerrada esta etapa, a universidade passou a se concentrar nas obras do campus. A Superintendência de Obras Universitárias (SOU), apesar de prevista desde o primeiro mês de mandato, só foi criada no dia 2 de junho de 1968, através do Ato Executivo nº 51. Apesar de hierarquicamente subordinada ao reitor, seu ato de criação a coloca no rol de atividades coordenadas pelo secretário-geral. O mais significativo, entretanto, é o artigo 5º do ato: “O orçamento da SOU será dotado de recursos transferidos pela UEG em quantidade nunca inferior a trinta por cento do auxílio anual que o Estado lhe destina”²²⁵, sem excluir recursos extras oriundos de outras fontes. Esta foi a forma de garantir um fluxo constante de verbas para a execução das obras.

Essa medida foi adotada num contexto em que a UEG já sofria com a falta de dinheiro para expandir as suas atividades. O próprio Choeri, em setembro de 1967, anunciou à imprensa que a universidade não ofereceria novas vagas no vestibular de 1968, mas o mesmo número do ano anterior, por falta de recursos novos.²²⁶ Na época, o orçamento total da instituição era de 11 milhões de cruzeiros novos, divididos da seguinte maneira, de acordo com o secretário-geral: 5,78 milhões de despesa com pessoal; 3,16 milhões com capital e investimentos; 1,34 milhões com encargos sociais; e 1,6 milhões com despesas diversas. Para o exercício de 1968, estavam previstos auxílios para a

²²⁴ UEG, *Ato Executivo nº 43*, de 30 de novembro de 1967.

²²⁵ UEG, *Ato Executivo nº 51*, de 2 de janeiro de 1968.

²²⁶ *Correio da Manhã*, 19 de setembro de 1967, 2º Caderno, p. 3.

construção do novo campus, sendo 1,6 milhão do governo federal e 1,5 milhão do governo estadual. O corpo docente era composto por 590 professores.²²⁷ Neste cenário, todos os investimentos da UEG foram drenados para a construção do novo campus o que gerou desconforto e crises internas com a opção do reitor.

O ano de 1968 foi de aceleração das obras do primeiro prédio do novo campus, ocupado pela antiga Favela do Esqueleto, e da afirmação de Choeri como o rosto público da transformação da universidade na imprensa. Paralelamente, no Brasil, intensificava-se os debates sobre a reforma universitária e aqui se torna necessária uma pequena digressão em nossa narrativa. Nos seus primeiros anos, a ditadura civil-militar brasileira demorou em abraçar um projeto de reestruturação do ensino superior.²²⁸ Na sua gestão à frente do MEC, entre abril de 1964 a janeiro de 1966, Flávio Suplicy de Lacerda esteve mais preocupado em perseguir estudantes do que propor uma reforma das universidades. Foi sucedido por Pedro Aleixo, experimentado líder da União Democrática Nacional (UDN) e filiado à Arena, que deixou o posto para ser candidato a vice-presidente na chapa de Costa e Silva. Até a eleição do segundo presidente militar, o MEC foi comandado por um interino, Raimundo Moniz de Aragão, um forte crítico do descompasso entre o modelo de universidade e a sociedade brasileira em desenvolvimento.²²⁹

Foi na gestão de Aragão que saíram os dois primeiros passos da reforma. O Decreto-lei nº. 53 de 8 de novembro de 1966 proibiu a duplicação de meios para fins idênticos, determinou a unidade entre ensino e pesquisa e sua concentração em institutos básicos de modo a formarem um sistema comum para toda universidade. A principal inovação era o desmembramento das antigas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Meses depois, em fevereiro de 1967, o Decreto-lei nº. 252 completou as mudanças ao

²²⁷ *Correio da Manhã*, 19 de setembro de 1967, 2º Caderno, p. 3.

²²⁸ MOTTA, *op. cit.*, 2014, p. 75.

²²⁹ BOMENY, Helena. "A reforma universitária de 1968: 25 anos depois". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: v.26, n.9, 1994, p.51-65.

determinar que as universidades deveriam se organizar em departamentos. Para levantar resistências, o decreto decidiu também que a chefia dos departamentos deveria ser ocupada por um professor catedrático. As duas normas legais foram produzidas por membros do Conselho Federal de Educação (CFE).²³⁰ Para Aragão, a reforma era “um processo que se inicia e prossegue numa série de medidas efetivadoras”²³¹, incluindo a reforma dos estatutos e regimentos, as construções de edifícios, as adaptações arquitetônicas e a implantação de novos currículos e de novas formas de ensinar. Neste sentido, os dois decretos da sua gestão serviriam de espinha dorsal da reforma.

O ministro Tarso Dutra, que sucedeu Moniz de Aragão e assumiu a titularidade do ministério do governo Costa e Silva, sofreu com a reorganização do movimento estudantil nas universidades após a primeira onda repressiva pós-golpe e com o problema dos “excedentes”, jovens aptos a ingressar no ensino superior, mas que não encontravam vagas disponíveis nos cursos e nas salas de aula. Incapaz de formular respostas consistentes para o problema, o MEC sofreu uma “intervenção branca” dos militares com a criação de uma comissão especial, em dezembro de 1967, sob a presidência do General Carlos de Meira Mattos, que tinha como objetivo propor soluções para os impasses relativos ao movimento estudantil.²³²

O seu relatório, apresentado em julho de 1968, foi bem além dessas questões e preconizava até a reorganização administrativa do MEC. Os militares vinham se aproximando dos temas educacionais desde a realização do já citado seminário na ECEME, em fins de 1966. No mês seguinte a apresentação do relatório da Comissão Meira Mattos, foi formado o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU),

²³⁰ O primeiro decreto teve como base um parecer do conselheiro Valnir Chagas. O segundo, o trabalho de uma comissão formada pelos conselheiros Clóvis Salgado, Durmeval Trigueiro, Valnir Chagas, Newton Sucupira e Rubens Maciel. (Ver ROTHEN, José Carlos. “Os bastidores da Reforma Universitária de 1968”. IN: *Educação e Sociedade*. Campinas: vol. 29, n. 103, p. 453-475, maio/ago. 2008).

²³¹ BOMENY, *op. cit.*, 1994.

²³² FÁVERO, *op. cit.*, 1991.

composto apenas por civis e presidido pelo ministro da Educação Tarso Dutra. Fizeram parte do GT membros do CFE, representantes dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, e lideranças universitárias, como o então reitor da UEG, João Lyra Filho, e o reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Padre Fernando Bastos D'Ávila, e o catedrático, membro e relator da Comissão de Reestruturação da Universidade de São Paulo (USP), Roque Spencer Maciel de Barros.²³³ O relatório do GTRU, junto com o texto da Comissão Meira Mattos, foram as bases para a Lei 5.540 de dezembro de 1968, que reorganizou as universidades brasileiras.²³⁴

Assim, observa-se uma aceleração significativa do andamento da reforma universitária no Brasil ao longo do ano de 1968, movimento que se coadunou com o que acontecia internamente na UEG. A própria presença de Lyra Filho no GT responsável por discutir a reforma universitária exemplifica o alinhamento de ideias acerca do tema e a articulação institucional da própria universidade. Como já apontado, a prioridade do reitor na Guanabara era a construção do campus universitário, o *locus* que tornaria possível a materialização dos planos dos reformadores. O Ato Executivo nº 76, que regulamentou as atividades da Superintendência de Obras Universitárias (SOU) em março de 1968, deixou claro no seu artigo 2º que o seu titular responderia ao secretário-geral Wilson Choeri: “A S.O.U. é administrada pelo respectivo Superintendente, a quem incumbe os encargos diretivos, **sujeitos à coordenação do Secretário Geral e à superior orientação do Reitor**” (grifo nosso).²³⁵ Assim, quem assumiu, na prática e publicamente, o comando das obras foi o professor Choeri. Ele acompanhava o reitor em seus compromissos oficiais para apresentar e discutir a educação no país e as reformas da UEG. Em meados deste ano, a dupla realizou uma verdadeira ofensiva de relações

²³³ CUNHA, *op. cit.*, 1988, p. 241.

²³⁴ Para as disputas de poder e de projetos educacionais entre a Comissão Meira Mattos e o GTRU, ver ROTHEN, *op. cit.*, 2008.

²³⁵ UEG. *Ato Executivo nº 76*, de 27 de março 1968.

públicas na imprensa e também entre os estudantes para apresentar e defender a nova universidade em gestação.

Em junho de 1968, foi Choeri quem apresentou, numa reunião de João Lyra Filho com os presidentes do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e dos Diretórios Acadêmicos (DAs) da UEG, o andamento das obras e da reforma da universidade.²³⁶ A previsão anunciada era que até 1970 o campus universitário estivesse pronto e recebendo 15 mil alunos, o que se revelou um otimismo bastante exagerado. Em março de 1969, o antigo “esqueleto” deveria já estar em funcionamento, abrigando os Institutos de Física, Matemática e Estatística, e o Centro de Processamento de Dados. Este centro, que teria papel fundamental na racionalização administrativa da instituição, estava sendo construído através de um convênio com o MEC.²³⁷

O secretário-geral afirmou na ocasião que “esta obra será simples e funcional, e não terá ladrilhos nem mármore de ornamentação” e garantiu que “os recursos para construção do campus estão sendo conseguidos, exclusivamente, através de uma política de poupança dos orçamentos da UEG”.²³⁸ O professor reforçava, assim, a política de arrocho das contas da universidade para permitir a construção do campus. Choeri ressaltou também que a UEG não contava com recursos oriundos dos acordos entre o MEC e a agência americana USAID, nem de capitais estrangeiros. Tal afirmação deve ser compreendida em um contexto de forte agitação do movimento estudantil contra os acordos MEC-USAID. Internamente, o corpo discente se mobilizava também contra decisões da reitoria, assunto que será abordado no terceiro capítulo desta dissertação.

No mês seguinte, foi publicado o Plano Integrado de Desenvolvimento (PID) da UEG. Apesar de subscrito por João Lyra Filho, Choeri teve papel decisivo na redação do

²³⁶ *Jornal do Brasil*, 26 de agosto de 1968, 1º caderno, p. 5.

²³⁷ UEG. *Resolução nº 335*, de 5 de fevereiro de 1968.

²³⁸ *Jornal do Brasil*, 26 de agosto de 1968, 1º caderno, p. 5.

texto, colaboração reconhecida pelo próprio reitor.²³⁹ O secretário-geral também recebeu os cumprimentos do então coronel Otávio Costa, comandante do Forte Duque de Caxias, por ter colocado a instituição na vanguarda pelas “premissas, os objetivos e o sentido estratégico do Plano”, em consonância como que pensavam os militares.²⁴⁰ Infelizmente, o texto original do PID se perdeu com o tempo e não foi localizado. Contudo, ao analisar os desdobramentos práticos da reforma na UEG, observa-se que não houve nenhuma grande inovação em relação aos planos já apresentados. É relevante, entretanto, citar um trecho do plano, destacado por Mancebo, acerca do que pensavam os formuladores da modernização da universidade, Lyra Filho e Choeri à frente. Fica claro o alinhamento com os pilares do regime civil-militar: modernização da educação vinculada ao desenvolvimento e a segurança do país.

A Universidade deverá ser como um palco giratório capaz de apresentar ao jovem e ao grande público, a cada momento, sua compreensão a respeito dos problemas da ciência, da técnica e do conhecimento. Nós a vemos, ainda, como a uma concha acústica em que ressoam, intensamente, os problemas da ciência, do pensamento, da tecnologia e da empresa. A ação integradora da Universidade precisa abrir perspectivas aos jovens, permitindo-lhes participação no processo de desenvolvimento. (...)

A Universidade é uma empresa cujos objetivos consistem em produzir ciência, tecnologia e cultura. Exige-se de uma empresa moderna racionalização e produtividade. Sabemos que essa empresa, cujo resultado principal é a produção intelectual em todas as suas formas, não se enquadra numa aferição de juízos e critérios estritamente econômicos. Mas, de qualquer modo, a Universidade não pode fugir aos imperativos do planejamento, da racionalidade e do controle de sua própria qualidade.²⁴¹

²³⁹ MANCEBO, *op. cit.*, 1996, p. 143.

²⁴⁰ FREIRE, José Ribamar Bessa. “Faltam convidados para a festa dos 40 anos! (da Uerj)”. In: *UERJ em Questão*, ano II, n.9, 1990.

²⁴¹ UEG, *Plano Integrado de Desenvolvimento*, 1968. Apud: MANCEBO, *op. cit.*, 1996, p; 143.

Os princípios do PID foram apresentados à Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara (Aleg) em agosto, um mês após a sua publicação, pelo reitor João Lyra Filho, que proferiu uma conferência sobre a reforma universitária e os desafios impostos pela revolução científica e tecnológica, acompanhado de Choeri.²⁴² Na sua fala, Lyra Filho, inclusive, atribui ao seu secretário-geral a imagem do “palco giratório” utilizada no texto do plano.²⁴³ Dois dias depois desta conferência na assembleia, o próprio Choeri apresenta, pela primeira vez na imprensa, as suas ideias sobre a reforma universitária e o futuro desenho da UEG. Ao percorrer o canteiro de obras do novo campus do Maracanã com uma equipe do jornal “Correio da Manhã”, Choeri afirmou que a reforma das universidades era um problema mundial e cita o caso de diversos países:

No Velho Mundo, como no Novo Mundo, ainda no Oriente, a questão está em efervescência. A velha instituição reforma-se. Na Inglaterra, ergue-se a controvérsia “micro-universidade” e “macro-universidade”, criando-se universidades pequenas a contrastarem com as universidades populosas de Cambridge, Oxford e Glasgow. Na França, após a regionalização do ensino universitário, discute-se o problema da Universidade de Paris, com seus numerosos alunos e conseqüentemente a dificuldade de operação. Nos Estados Unidos, o vice-presidente da Universidade de Harvard coloca a questão da “multiversidade”, abrindo a discussão sobre a ruptura da unidade do campus e da comunidade universitária. Projetam-se universidades só para o ensino pós-graduado, sentido em que caminha a Universidade de Porto Rico.²⁴⁴

Após essa explanação, o secretário-geral defendeu que a UEG teria a característica de uma “micro-universidade urbana”, com cada Instituto Básico tendo, em média, 1 mil alunos matriculados. Choeri explicou que, para atender esse objetivo, foi criado então um “módulo arquitetônico” igual para todos os institutos, que contariam com um anfiteatro, duas salas de conferência, dez salas de aula e quinze salas de estudo e seminários. Os

²⁴² *Correio da Manhã*, 15 de agosto de 1968, 1º caderno, p. 1.

²⁴³ *Diário de Notícias*, 18 de agosto de 1968, 3ª seção, p. 4.

²⁴⁴ *Correio da Manhã*, 17 de agosto de 1968, 3º caderno, p.4.

departamentos e os laboratórios de cada instituto também seguiam o mesmo padrão. O secretário-geral destacou a preocupação com a circulação de professores e estudantes no prédio e a interligação dos prédios através de rampas e escadas, característica marcante do campus do Maracanã até hoje. A reportagem assim descreve o desenho dos prédios:

Por um sistema de rampas, escadas e elevadores, os professores e alunos podem deslocar-se dentro do conjunto sempre percorrendo pequenas distâncias, entre laboratórios, auditórios, aulas, salas de pesquisas e bibliotecas, que sejam de um mesmo instituto ou de institutos diferentes. O sistema permite inclusive que instalações de um mesmo tipo possam ser utilizadas indistintamente por um ou vários institutos.²⁴⁵

De modo significativo, não foram encontradas ao longo desta pesquisa explicações públicas dos arquitetos responsáveis, Luiz Paulo Conde e Flávio Marinho do Rêgo, para as soluções arquitetônicas adotadas. Quem fala na imprensa, sempre, é Choeri. Na apresentação do campus em construção, fica clara também a preocupação do secretário-geral com a racionalização e a otimização da utilização da infraestrutura física da universidade, uma das linhas de força da reforma universitária levada a cabo pelo governo federal. Não por acaso, a Comissão Meira Mattos identificou na suposta ociosidade dos professores e dos espaços físicos as causas da improdutividade das instituições de ensino superior brasileiras.²⁴⁶ Esse diagnóstico já era difundido pelo relatório do consultor greco-americano Rudolph Atcon, produzido entre junho e setembro de 1965 a pedido da Diretoria da Educação Superior do MEC.²⁴⁷ Se a contratação do consultor não foi aprovada pela UEG em 1962, suas ideias influenciaram decisivamente os rumos assumidos pela universidade seis anos depois.

²⁴⁵ *Correio da Manhã*, 17 de agosto de 1968, 3º caderno, p.4.

²⁴⁶ CUNHA, *op. cit.*, 1988, p. 101.

²⁴⁷ FÁVERO, *op. cit.*, 1991, p. 19.

Assim, quando o presidente Costa e Silva sancionou a Lei 5.540, em 28 de novembro de 1968, UEG já caminhava em passos largos no mesmo sentido da reforma sob a coordenação de Wilson Choeri, a quem foi delegado, ao longo deste ano, uma série de competências financeiras na gestão da instituição, antes privativas do reitor.²⁴⁸ Contudo, a nova legislação teve o efeito de impulsionar a reorganização interna da instituição. No dia 12 de dezembro, 15 dias após a nova lei entrar em vigor, o reitor João Lyra Filho promulgou a resolução nº 347, aprovada pelo Conselho Universitário, que determinou a criação dos Institutos de Letras, de Ciências Humanas, de Biologia e da Faculdade de Filosofia e Educação.²⁴⁹ No espírito da reforma, a medida colocava fim à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e distribuía os seus cursos entre as novas unidades. De acordo com o estilo centralizador do reitor, a resolução também determinou que “as bases a serem definidas quanto a cada uma das unidades criadas obedecerão a texto a ser elaborado pelo Reitor e sujeito, antes de sua adoção, à homologação do Conselho Universitário”.

O ano de 1969 começa, então, com a necessidade de normatizar a nova forma de funcionamento da UEG, o que é feito logo nos primeiros dias. Seguindo o disposto na Resolução nº 347, o reitor baixou o Ato Executivo nº 142. No texto estão enumerados os Institutos Básicos da UEG: Instituto de Física, Instituto de Química, Instituto de Matemática e Estatística, Instituto de Desenho e Artes Aplicadas, Instituto de Geociências, Instituto de Letras, Instituto de Ciências Humanas e Instituto de Biologia, em consonância com o disposto pelo Plano de Reestruturação da UEG de 1965. Todos os institutos passariam a funcionar no regime de créditos, ficando alocados nas unidades os

²⁴⁸ Entre suas novas atribuições estavam a dispensar concorrência, “se legalmente admissível”, e a autorização de despesas mediante adiantamento. (UEG, *Ato Executivo nº 109*, de 20 de agosto de 1968).

²⁴⁹ UEG, *Resolução nº 347*, de 12 de dezembro de 1968. É importante ressaltar que esse desenho das unidades sofrerá mudanças nos anos seguintes. A Filosofia, por exemplo, passará a integrar o Instituto de Letras, que passou a se chamar Instituto de Filosofia e Letras (IFL).

professores e técnicos “a serviço das cadeiras ou disciplinas consideradas básicas”.²⁵⁰ Apesar de criar uma instância de coordenação das atividades dos institutos e faculdades, responsável também por gerir o novo sistema de créditos, a Comissão Coordenadora de Graduação, toda a administração dos institutos – incluindo a preparação das folhas de pagamento, os registros escolares e de pessoal – ficou concentrada em um departamento subordinado ao secretário-geral, Wilson Choeri. O objetivo era que os diretores dos institutos se dedicassem apenas às atividades científicas e pedagógicas.²⁵¹ Ao mesmo tempo, reforçava a centralização do poder na Reitoria.

Em consonância com a nova legislação federal, a cátedra foi extinta na UEG através do Ato Executivo nº 163, de março de 1969, que converteu todos os catedráticos, como o próprio Choeri, em professores titulares.²⁵² Essa solução, adotada na maioria das universidades públicas, foi uma forma de amortecer os impactos políticos do fim da cátedra, historicamente uma importante fonte de poder para os seus ocupantes.²⁵³ No caso da UEG, a mudança da denominação não trouxe nenhuma mudança na distribuição do poder interno da instituição, apesar da perda das prerrogativas formais do cargo anterior. A única consequência foi burocrática, acerca do enquadramento dos antigos regentes de cátedra e regentes de disciplinas, postos extintos pelo Ato Executivo nº 163.²⁵⁴ Tanto que os postos de comando continuaram a ser ocupados por ex-catedráticos, agora professores titulares, a exemplo secretário-geral, do reitor e do vice-reitor, para citar alguns.

Assim, ao longo do ano de 1969, Choeri se consolidou não apenas como “xerife” das decisões da Reitoria, mas também como uma peça central no funcionamento dos recém-criados institutos básicos. Ao mesmo tempo, era necessário regulamentar as

²⁵⁰ UEG, *Ato Executivo nº 142*, de 6 de janeiro de 1969.

²⁵¹ UEG, *Ato Executivo nº 169*, de 17 de março de 1969.

²⁵² UEG, *Ato Executivo nº 163*, de 3 de março de 1969.

²⁵³ MOTTA, *op. cit.*, 2014, p. 285.

²⁵⁴ Essa situação foi regulamentada pelo Ato Executivo nº 204, de 29 de agosto de 1969.

inovações introduzidas pela reforma, como o sistema de créditos, cuja operacionalização ficou a cargo do secretário-geral.²⁵⁵ Contudo, seus poderes não se restringiram apenas à burocracia. Em novembro, por ato do reitor João Lyra Filho, o secretário-geral assumiu também o *poder disciplinar* sobre docentes e discentes de todos os institutos básicos oriundos do desmembramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.²⁵⁶ Originalmente, esse poder competia ao diretor da nova Faculdade de Filosofia e Educação, estrutura remanescente da antiga FFCL.²⁵⁷

Em um ambiente de fechamento político do regime militar e recrudescimento da repressão, esta reforçada pela chegada ao poder do General Emílio Garrastazu Médici em outubro daquele ano e retroalimentada pelo crescimento das ações de guerrilha urbana de organizações da esquerda revolucionária, a Reitoria, através de Choeri, buscava centralizar – e controlar – a vida universitária na UEG. Este movimento fica mais claro quando, em junho de 1970, um novo ato executivo concede a Choeri poder disciplinar sobre todos os servidores da universidade. O artigo 5º da norma legal afirma: “Qualquer autoridade administrativa de nível departamental ou que exerça cargo de chefia representará ao Secretário Geral contra a falta ou ato indisciplinar de servidor que lhe seja subordinado”.²⁵⁸ Ou seja, a Reitoria esperava que as denúncias partissem das próprias unidades. Mesmo que isso não acontecesse, o texto garantia poderes ao secretário-geral:

O Secretário Geral preencherá qualquer omissão que recaia sobre qualquer Diretor de unidade, sempre que a punição tornar-se necessária à caracterização da prova de desídia ou indisciplina do servidor, indispensável à formação do processo de sua dispensa, por justa causa, sobretudo quanto às faltas reiteradas ao trabalho.²⁵⁹

²⁵⁵ UEG, *Ato Executivo n° 198*, de 6 de agosto de 1969.

²⁵⁶ UEG, *Ato Executivo n° 219*, de 3 de novembro de 1969.

²⁵⁷ UEG, *Ato Executivo n° 142*, de 6 de janeiro de 1969.

²⁵⁸ UEG, *Ato Executivo n° 275*, de 10 de junho de 1970.

²⁵⁹ UEG, *Ato Executivo n° 275*, de 10 de junho de 1970.

As consequências desses poderes assumidos por Choeri serão abordadas no próximo capítulo. Aqui, é importante destacar que a reorganização burocrático-administrativa da reforma estava encerrada com os atos adotados em 1969, sendo este novo arcabouço legal consolidado no Regimento Geral elaborado em 1970 e aprovado pelo Conselho Estadual de Educação no ano seguinte. Ao longo da década de 1970, observa-se esforços de aprimorar a nova estrutura, eliminando ruídos e sobreposições entre as áreas às quais se dedicavam os diferentes departamentos.²⁶⁰ No entanto, a efetiva realização da nova universidade em todo seu potencial dependia da conclusão das obras do campus universitário. A construção da nova sede da universidade sofreu uma série de atrasos em comparação aos prazos anunciados no início dos trabalhos.

Em 1969, as obras do pavilhão Haroldo Lisboa da Cunha, onde antes era a Favela do Esqueleto, ainda não tinham terminado, apesar da previsão inicial de que o prédio fosse ocupado a partir de março. A pedra fundamental do complexo de prédios de 12 andares, que completava o campus, só foi lançada no dia 1º de dezembro daquele ano, cerca de um ano e dois meses após o projeto ser apresentado. Uma das explicações para a demora foi a necessidade de desapropriar terrenos contíguos aos da universidade na Rua São Francisco Xavier, cujo crédito só foi liberado em fevereiro de 1969.²⁶¹ O início das obras foi um evento que ganhou destaque na imprensa. O reitor João Lyra Filho fincou a primeira estaca e exclamou “este é o meu sonho”, ao lado do seu vice-reitor, Oscar Tenório, e do secretário-geral, Wilson Choeri, o superintendente das obras, Luiz Adolfo de Magalhães, e os arquitetos Luiz Paulo Conde, futuro prefeito da cidade do Rio de Janeiro (1997-2001), e Flávio Marinho do Rêgo.²⁶²

²⁶⁰ UEG, *Ato Executivo n° 381*, de 6 de maio de 1971.

²⁶¹ UEG, *Ato Executivo n° 153*, de 13 de fevereiro de 1969.

²⁶² *Diário de Notícias*, 2 de dezembro de 1969, 1ª seção, p.11.

O “Diário de Notícias” registrou, na época, que “a ideia de construção de um Campus da Universidade do Estado da Guanabara surgiu do secretário-geral da UEG, professor Wilson Choeri”, sendo depois aprovada pelo reitor, que abriu o concurso para elaboração do projeto arquitetônico. A construção, a cargo da empreiteira Norberto Odebrecht, estava prevista para durar 720 dias e custar 16 milhões de cruzeiros novos, verbas que a UEG alegava já ter em caixa para garantir a execução dos trabalhos no prazo e que estavam aplicadas em títulos públicos para evitar a sua desvalorização. Havia a expectativa de que a universidade formasse com o estádio do Maracanã e o ginásio do Maracanãzinho um exemplo das “grandes realizações da engenharia brasileira”.²⁶³

Os cálculos otimistas, entretanto, foram sendo vencidos pelas dificuldades enfrentadas durante as obras. No caso do campus, no ano de 1970 foram concluídas a duplicação das pistas da Avenida Radial Oeste que margeavam o terreno, a cargo da SURSAN (Superintendência de Urbanização e Saneamento), a construção de uma adutora pela Cedag (Companhia Estadual de Águas da Guanabara) e ainda a construção da rede de esgoto pelo DES (Departamento de Esgotos Sanitários).²⁶⁴ Para piorar a situação, as duas primeiras construtoras que venceram a licitação faliram durante a obra, o que levou o reitor Lyra Filho a afirmar que “nem sempre a concorrência pública é o melhor caminho”.²⁶⁵ Apenas em agosto, um ano e cinco meses após o prazo inicial, finalmente o pavilhão Haroldo Lisboa da Cunha, construído onde estava instalada a Favela do Esqueleto, foi inaugurado pelo reitor e seu secretário-geral, que apresentaram o novo edifício à imprensa. Era o primeiro passo na ocupação do campus da UEG.

Choeri, então, já amalhava a reputação de grande realizador. No início do ano, ele já tinha sido eleito pelo jornal “Correio da Manhã” uma das personalidades

²⁶³ *Correio da Manhã*, 2 de dezembro de 1969, 1º caderno, p. 10.

²⁶⁴ *Jornal do Brasil*, 20 de julho de 1970, 1º caderno, p. 26.

²⁶⁵ *Correio da Manhã*, 10 de agosto de 1970, 1º caderno, p. 9.

educacionais de destaque em 1969 por sua atuação na área de planejamento escolar.²⁶⁶ Com a inauguração do primeiro prédio do novo campus, o professor era apontado como um dos principais responsáveis pelas obras em andamento. Choeri foi um ardoroso defensor do aproveitamento da estrutura do antigo “esqueleto”, onde ficava a favela, ao invés da implosão, o que quase aconteceu ao final da gestão do reitor Haroldo Lisboa da Cunha por pressão de Carlos Lacerda, governador da Guanabara, que sonhava com a construção de um novo prédio, e do recém-criado serviço de engenharia da universidade.²⁶⁷ Contudo, uma equipe de técnicos da SURSAN assegurou que o aproveitamento da estrutura seria a saída menos custosa e de mais rápida execução.²⁶⁸

O status do secretário-geral era inabalável. Além de coordenar a construção do campus universitário e ser o “xerife” da vida administrativa e escolar da instituição, Choeri assumiu mais postos, abriu novas frentes de atuação e ganhou reconhecimento. Em abril de 1971, por exemplo, o professor foi nomeado diretor da Faculdade de Serviço Social da UEG, cargo que ele já ocupava em regime *pro-tempore* desde outubro de 1969 após Ney Cidade Palmeiro deixar o posto.²⁶⁹ No mesmo mês em que tomou posse como diretor, ainda *pro-tempore*, da faculdade, Choeri, como secretário-geral, foi nomeado para orientar os trabalhos da Comissão Especial do Vestibular Integrado (CEVESI), cuja missão era unificar o processo de ingresso dos estudantes na UEG.²⁷⁰ Apesar de não ter posto oficial na comissão, ele assumiu a condução das atividades.²⁷¹ O vestibular unificado era uma medida preconizada pela Lei 5.540, de 1968, e tinha como objetivo

²⁶⁶ *Correio da Manhã*, 5 de janeiro de 1970, 1º caderno, p. 14.

²⁶⁷ CUNHA, *op. cit.*, 1980.

²⁶⁸ *Correio da Manhã*, 10 de agosto de 1970, 1º caderno, p. 9.

²⁶⁹ *Correio da Manhã*, 8 de abril de 1971, Anexo, p. 8.

²⁷⁰ UEG, *Ato Executivo n° 215*, de 14 de outubro de 1969.

²⁷¹ Todas as comunicações oficiais envolvendo a seleção eram responsabilidade de Choeri, o que está registrado na imprensa do período.

aliviar a pressão dos chamados “excedentes” ao propor uma seleção de caráter classificatório dos candidatos ao ensino superior, e não apenas eliminatório como antes.

Em consonância com a reforma,²⁷² o vestibular unificado da UEG foi dividido em quatro áreas do conhecimento já para o ano de 1970: Biomédica, Tecnológica, Ciências Humanas e Humanidades (Letras).²⁷³ Contudo, sua primeira edição não foi muito auspiciosa. No dia 21 de janeiro, quando os mais de 2 mil candidatos da área Tecnológica se preparavam para começar a prova de Física, o exame foi suspenso por quebra do sigilo das questões.²⁷⁴ Choeri determinou a abertura de um inquérito para apurar o ocorrido e que fosse refeita a prova de Química, aplicada dois dias depois, também por suspeita de que seu sigilo pudesse ter sido violado. No entanto, os autores do vazamento não foram identificados.²⁷⁵ No ano seguinte, o professor foi quem subscreveu a inclusão da UEG no vestibular unificado da Fundação Cesgranrio a partir de 1972.²⁷⁶

Com uma burocracia cada vez maior, complexa e poderosa, a reitoria da UEG passou por uma reorganização em agosto de 1971, ainda na gestão de Lyra Filho.²⁷⁷ O redesenho formalizou as responsabilidades que Choeri vinha acumulando desde 1967, como secretário-geral, e ainda expandiu seus poderes e sua capacidade de influência sobre a vida universitária.²⁷⁸ Alçado ao posto de sub-reitor para Assuntos de Planejamento e Coordenação Executiva²⁷⁹, o professor ganhou a prerrogativa de “executar todos os serviços e encargos universitários em nível de direção central”, ou seja, em nível da Reitoria; “elaborar, supervisionar, coordenar e controlar planos de assistência técnica e

²⁷² A Lei 5.540 afirmava, no seu artigo 21, que o vestibular unificado abrangia “os conhecimentos comuns às diversas formas de educação do segundo grau sem ultrapassar este nível de complexidade para avaliar a formação recebida pelos candidatos e sua aptidão intelectual para estudos superiores” (BRASIL. Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968).

²⁷³ UEG, *Ato Executivo nº 215*, de 14 de outubro de 1969.

²⁷⁴ *Correio da Manhã*, 22 de janeiro de 1970, Anexo, p. 8.

²⁷⁵ *Correio da Manhã*, 24 de janeiro de 1970, Anexo, p. 9.

²⁷⁶ *Diário de Notícias*, 13 de outubro de 1971, Diário Escolar, p. 10.

²⁷⁷ UEG, *Resolução nº 388*, de 12 de agosto de 1971.

²⁷⁸ UEG, *Resolução nº 385*, de 10 de agosto de 1971.

²⁷⁹ *Diário de Notícias*, 5 de outubro de 1971, Diário Escolar, p. 11.

cooperação financeira, inclusive nas áreas de graduação, pós-graduação, pesquisa e demais recursos humanos”; “elaborar planos, projetos e programas de qualquer natureza necessários ao desenvolvimento da UEG”; “opinar em termos conclusivos sobre planos, projetos e programas de desenvolvimento global ou setorial, originários de quaisquer unidades ou órgãos universitários”; “definir e aplicar os critérios de prioridade na coordenação executiva dos programas de administração da UEG”; “planejar, coordenar e fiscalizar a aplicação da política de mobilização de recursos humanos da UEG, considerada em níveis administrativo, pedagógico e técnico”. Choeri também assumiu amplos poderes sobre a gestão patrimonial e financeira da universidade.²⁸⁰

A partir desta delegação de verdadeiros superpoderes, é possível afirmar que nada deveria ocorrer na universidade sem a autorização ou conhecimento do sub-reitor. Sua capacidade de propor, elaborar, coordenar e fiscalizar qualquer ação, tendo inclusive o poder de vetar iniciativas oriundas de outras unidades universitárias, tolhia consideravelmente a autonomia dos órgãos inferiores, como os centros setoriais que abrigavam os institutos básicos e faculdades e possuíam seus próprios serviços auxiliares de administração. Afinal, Choeri tinha prerrogativa de interferir até no corpo docente dos departamentos, pois lhe era garantida a função de “planejar, coordenar e fiscalizar a política de mobilização de recursos humanos da UEG”, como citado acima.

A audiência da sua cerimônia de posse como sub-reitor de Assuntos de Planejamento e Coordenação Executiva é representativa da sua importância e do seu prestígio dentro e fora da instituição. Além do reitor João Lyra Filho e do vice-reitor Oscar Accioly Tenório, estavam presentes Darcy Siqueira Villaça, presidente do Conselho Estadual de Educação e Cultura; Fernando de Carvalho Barata, secretário estadual de Educação e Cultura, professor titular da UEG e um dos membros fundadores

²⁸⁰ UEG, *Ato Executivo n° 459*, de 22 de novembro de 1971.

da antiga FFCL do Instituto La-Fayette; além de membros do Conselho Universitário e do Conselho Curador da universidade, um deles personagem bastante conhecido no meio esportivo: João Havelange.²⁸¹

Três meses depois, Choeri recebeu outro reconhecimento, agora do governo federal. Em novembro de 1971, o secretário-geral da UEG recebeu a Medalha do Pacificador das mãos do ministro do Exército, General Orlando Geisel, e do General Augusto César Moniz de Aragão, por “serviços prestados ao Brasil”, em cerimônia realizada no Panteão Duque de Caxias, no Centro do Rio de Janeiro. No “Correio da Manhã”, curiosamente, Choeri é apresentado como “vice-reitor da UEG”, cargo que ele só ocuparia a partir de 1976. O erro, entretanto, pode ser interpretado como um reflexo dos poderes que ele exercia naquele momento na universidade.²⁸²

Ainda no ano de 1971, Choeri se envolveu na implantação do Centro de Produção da Universidade do Estado da Guanabara (CEPUEG). Criado em setembro daquele ano pelo reitor João Lyra Filho, o centro se destinava, de acordo com a resolução nº 390, “ao treinamento dos alunos e à prestação de serviços comunitários”, tendo em vista o “incremento científico, tecnológico, empresarial ou cultural do Estado da Guanabara e do País”. Seu objetivo era a venda de serviços pela UEG – projetos, pareceres técnicos, ensaios, estudos, programas e provas “ou qualquer outra forma de assessoramento a terceiros” –, cuja remuneração seria dividida entre professores, alunos e a própria universidade. A prioridade era para empresas de pequeno e médio porte sediadas na Guanabara ou então instituições governamentais. Todo o lucro que o CEPUEG obtivesse na prestação dos serviços, acumulado em seu fundo rotativo, deveria ser utilizado em “pesquisas que objetivem invenções e descobertas a serem *industrialmente (grifo nosso)* exploradas como fontes de riqueza”. O Centro de Produção tinha autorização para utilizar

²⁸¹ *Correio da Manhã*, 5 de outubro de 1971, 1º caderno, p. 4.

²⁸² *Correio da Manhã*, 20 de novembro de 1971, 1º caderno, p. 3.

todos os laboratórios e dependências em geral da universidade, desde que não prejudicasse as atividades de ensino.²⁸³ É importante ressaltar que o órgão existe até hoje.

O sub-reitor de Assuntos de Planejamento e Coordenação Executiva era o supervisor legal das atividades do órgão. Logo, Choeri assumiu desde o início a supervisão sobre suas atividades e ainda foi nomeado pelo reitor João Lyra Filho presidente da comissão responsável pela sua implantação.²⁸⁴ Não vamos, nesta dissertação, analisar o trabalho desenvolvido pelo CEPUEG. Contudo, a criação do Centro de Produção e suas características são representativas do modelo de universidade perseguido pelo grupo dirigente da UEG, do qual Choeri fazia parte. Em acordo com a afirmação de que “a universidade é uma empresa cujos objetivos consistem em produzir ciência, tecnologia e cultura”, presente no Plano Integrado de Desenvolvimento (PID) de 1968, a instituição deveria buscar a interlocução com o setor produtivo, trabalhando em pesquisas aplicadas e gerando fundos para seus próprios investimentos. A criação do Centro de Produção foi um dos feitos destacados pelo reitor João Lyra Filho em seu discurso de despedida da reitoria da universidade.²⁸⁵

Significativamente, o único ocupante do posto de sub-reitor de Assuntos de Planejamento e Coordenação Executiva foi Choeri. Ele permaneceu no cargo até o fim do mandato de João Lyra Filho, em 1971, e durante toda a gestão de Oscar Accioly Tenório, entre 1972 e 1975. Em entrevista, dada a Lerner em 2012, Choeri afirmou que a sua nomeação para o posto de sub-reitor foi uma costura de Lyra Filho com os militares, pois Tenório seria considerado “fraco para controlar a massa estudantil”.²⁸⁶ O professor reconhece os superpoderes que lhe foram delegados na função.

²⁸³ UEG, *Resolução nº 390*, de 3 de setembro de 1971.

²⁸⁴ *Correio da Manhã*, 6 de novembro de 1971, 1º caderno, p. 4.

²⁸⁵ *Jornal do Brasil*, 4 de janeiro de 1972, 1º caderno, p. 16.

²⁸⁶ CHOERI apud LERNER, *op. cit.*, 2013, p. 139.

O Lyra baixou uma Resolução em que o Sub-Reitor de Planejamento tinha o comando de tudo. Eu vou te dizer sem safadeza, se eu fosse reitor eu não teria realizado tanto quanto como sub-reitor. Sabe por quê? O Tenório não tinha vocação executiva, tanto que ele dizia: “Choeri, vai no Chagas [governador] e e trata tal coisa com ele!”. Era eu quem tratava. Ele [Tenório] aceitou tudo do Lyra [os cargos e as funções dadas a Choeri] e me chamava para tudo!²⁸⁷

É interessante notar que o “núcleo duro” da gestão de João Lyra Filho comandaria a universidade durante toda a década de 1970. Tenório foi vice-reitor de João Lyra Filho e Caio Tácito, seu vice-reitor, foi sub-reitor de Assuntos Jurídicos e Administrativos a partir de 1970, também na gestão de Lyra Filho. Já em 1976, Caio Tácito assumiu a reitoria tendo como vice Wilson Choeri, constituindo um domínio absoluto do grupo político e a continuação de suas linhas de ação. Na época, os conselhos da universidade elaboravam duas listas tríplice, para reitor e vice-reitor, e o governador da Guanabara escolhia os nomes. O nome de Choeri esteve entre os três entregues ao governador em fins de 1971²⁸⁸, mas Chagas Freitas optou por Tenório, que além de professor da UEG era desembargador do Tribunal de Justiça do estado. Foi no último ano da gestão do desembargador que a universidade passou a se chamar Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), devido a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.

Em janeiro de 1976, logo após tomar posse, o reitor Caio Tácito extinguiu o cargo de sub-reitor de Assuntos de Planejamento e Coordenação Executiva, através do Ato Executivo nº 769, chamando para si as responsabilidades da função. Em seguida, no Ato Executivo nº 770, delegou uma série de atribuições ao agora vice-reitor, Wilson Choeri. Os poderes eram menos dilatados do que os delegados ao sub-reitor Choeri e se concentravam na supervisão dos trabalhos da Superintendência de Obras Universitárias (SOU), com foco na conclusão do campus do Maracanã, e na supervisão do planejamento

²⁸⁷ CHOERI apud LERNER, *op. cit.*, 2013, p. 139.

²⁸⁸ *Diário de Notícias*, 7 de novembro de 1971, 3º caderno, p. 2.

do Departamento de Alunos e na coordenação de atividades estudantis “no âmbito cultural, recreativo e esportivo”.²⁸⁹ No entanto, é preciso ressaltar que, na gestão de Tenório, Choeri já viu o comando de discussões e decisões relativas à organização universitária serem entregues a Caio Tácito, então vice-reitor.²⁹⁰

Não é possível, entretanto, afirmar que seu prestígio estava em decadência. Dois meses depois, coube ao vice-reitor proferir a Aula Magna perante a Assembleia Geral da UERJ, na cerimônia que marcou a abertura do ano letivo e também a inauguração do complexo de 12 prédios do campus, batizado de Pavilhão João Lyra Filho. Após quase dez anos de dedicação a levantar a construção, Choeri pode inaugurá-la com o discurso batizado de “A universidade na estratégia do desenvolvimento”. Em sua fala, o professor diagnosticou os problemas enfrentados pelas universidades em países emergentes:

A crise da universidade em países em desenvolvimento se caracteriza por vários aspectos: estrutura universitária desvinculada do processo produtivo; estrutura acadêmica, administrativa e técnica transplantadas de outros países ou que não nasceram da análise crítica da realidade local; ausência de recursos para ajustar os sistemas de ensino à solução das necessidades sociais básicas da nação; inércia social dificultando a adaptação e ajustamento dos sistemas de ensino às necessidades emergentes do processo de desenvolvimento econômico-social; incapacidade de formular a ideologia das formas sociais nascentes no meio sócio-cultural onde atua; incapacidade para formular uma educação para a decisão e para a responsabilidade social e política.²⁹¹

Em seguida, Choeri criticou a ingerência estrangeira nos rumos do ensino superior.

Os centros do poder econômico e cultural exercem, nos países subdesenvolvidos, influência preponderante, levando-os a uma dependência que se traduziu em um colonialismo cultural. O

²⁸⁹ UERJ, *Ato Executivo n° 770*, de 6 de janeiro de 1976.

²⁹⁰ UEG, *Ato Executivo n° 481*, de 4 de janeiro de 1972.

²⁹¹ *DELFO*S. Rio de Janeiro, número 15-16, 1975-1976, p. 77.

colonialismo cultural se agrava à medida que as nações desenvolvidas aumentam o seu potencial tecnológico, científico, levando as nações emergentes à posição de importadoras de 'know-how' e transformando a dependência cultural também em dependência econômica.²⁹²

Por fim, defendeu um modelo de educação baseado na centralização das decisões, bem ao gosto das gestões das quais participou na universidade.

É inteiramente inexecutável a ultrapassagem do fosso tecnológico que separa um país emergente das potências cultural e tecnicamente mais desenvolvidas se for mantida política educacional que permita uma descentralização das decisões e estimule a ação individualizada, em detrimento de um planejamento integrado e ajustado a uma estratégia de poder.²⁹³

A íntegra do discurso foi publicada pela revista "Delfos", da Associação de Diplomados da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. No mesmo número, a publicação saudou a chegada de Choeri ao posto de vice-reitor. Ele era o primeiro ex-aluno da instituição a ocupar um cargo tão alto na hierarquia universitária e consolidava ali o seu prestígio de realizador e ideólogo das mudanças pelas quais passou a universidade na década. É interessante notar que Choeri foi a ponta de lança de um processo mais amplo de ascensão de novos quadros na burocracia universitária. A "Delfos" registra que todos os diretores dos institutos básicos nomeados pelo reitor Caio Tácito foram estudantes na própria universidade.²⁹⁴ O que não se imaginava era que o personagem que liderava a sua geração cairia em desgraça dois anos depois e não mereceria nem uma menção quando a UERJ comemorou seus 30 anos em 1980.

²⁹² DELFOS. Rio de Janeiro, número 15-16, 1975-1976, p. 77.

²⁹³ DELFOS. Rio de Janeiro, número 15-16, 1975-1976, p. 80.

²⁹⁴ DELFOS. Rio de Janeiro, número 15-16, 1975-1976, p. 94.

Capítulo 3

Tempo de repressão

3.1 A relação de Wilson Choeri com os órgãos de informação

A ascensão do professor Wilson Choeri na burocracia universitária da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), posteriormente Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), não passou despercebida pelos órgãos de informação do regime militar. Sua aproximação com os militares, a partir de 1965, e seu papel na formulação e implantação do Projeto Rondon não impediram que ele fosse monitorado. Seu protagonismo atraiu um interesse ainda maior pelas suas atividades, fora e dentro da UEG/UERJ, onde ele acumulou um poder crescente a partir da gestão de João Lyra Filho à frente da Reitoria. Se Choeri trabalhou para amortecer as tensões e pressões envolvendo os órgãos da informação e a instituição, como descreve uma professora da UERJ na época da ditadura²⁹⁵, ele próprio precisou se justificar muitas vezes perante esses mesmos órgãos. A documentação sobre este tema, apresentada neste capítulo, foi recolhida no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), onde estão guardadas as pastas do antigo Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), e no Arquivo Nacional, onde estão depositados e digitalizados os arquivos do Serviço Nacional de Informações (SNI) e dos órgãos de informação das Forças Armadas.

A principal razão para que os órgãos de informação questionassem Choeri vinha de um passado já relativamente distante. Corria o ano de 1946 quando o então jovem aluno do curso de Física da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto La-

²⁹⁵ OLIVEIRA, Denise da Costa. “Humanidades e gestão democrática da universidade: entrevista com a Profa. Maria Lucia Weiss, Diretora do CEH/UERJ”. *Logos*, v.2, n.1, p.44-45, 1995.

Fayette enviou um telegrama ao chefe de polícia do Distrito Federal em protesto contra a repressão ao comunismo. Apesar do fim do Estado Novo e do restabelecimento da democracia, a estrutura repressiva montada no tempo de Vargas²⁹⁶ não foi desmontada.²⁹⁷ O telegrama resultou na abertura de um prontuário para Choeri no DOPS. Por causa de uma viagem ao Uruguai em janeiro de 1953 – representando a faculdade junto com outros colegas²⁹⁸ – ele foi obrigado a solicitar a “verificação de antecedentes”. Esta verificação somou à sua ficha informações relativas à sua militância no Partido Comunista como secundarista e no início da sua trajetória como estudante universitário. Na investigação, ele foi caracterizado como elemento “antigovernista” e “forte adepto da Rússia Soviética”, tendo ocupado o posto de “Secretário de Massas e Eleitores, estruturado na célula ‘Geni Gleizer’, localizada no Colégio Pedro II” e “1º Secretário da Coligação Democrática Progressista do Meyer”, uma entidade auxiliar do PCB.²⁹⁹

Nada disso impediu Choeri de viajar ao Uruguai, nem de assumir cargos públicos após concluir o ensino superior. Contudo, após o golpe de 1964, esses dados chamavam a atenção dos órgãos de informação toda vez que era requisitada uma nova verificação de seus antecedentes. Para compreender melhor essa desconfiança em relação ao passado comunista do professor é preciso recuperar o papel do anticomunismo na conjuntura política brasileira deste período. Aarão Reis destaca a heterogeneidade da frente de oposição às reformas de João Goulart e apoiadora da deposição do presidente: de elites

²⁹⁶ No Estado Novo, não existia um serviço secreto brasileiro propriamente dito. Vargas utilizou a Polícia do Distrito Federal e o Ministério da Guerra, comandado por Eurico Gaspar Dutra, como serviços secretos clandestinos cujo principal alvo eram as agitações populares críticas ao seu governo (FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio*. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 42).

²⁹⁷ O Serviço Federal de Informação e Contra-Inteligência (SFICI), primeiro serviço secreto brasileiro foi criado no governo do presidente general Eurico Gaspar Dutra, em 1946, ainda sob o impacto da Segunda Guerra Mundial. Era um órgão civil subordinado aos militares que compunham o Conselho de Segurança Nacional. Para mais informações, ver BRANDÃO, Priscila Antunes. *SNI & ABIN: Entre a teoria e a prática*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 41.

²⁹⁸ *O Globo*, 6 de fevereiro de 1953, Primeiro Caderno, p. 5.

²⁹⁹ Prontuário RJ, 32.919, Fundo Polícias Políticas, Aperj.

tradicionais reacionárias a grupos empresariais modernizantes, de profissionais liberais a oficiais das Forças Armadas, professores e estudantes, jornalistas e trabalhadores autônomos.³⁰⁰ O elemento aglutinador desta frente foi o medo do comunismo, o espectro da “ameaça vermelha” que pairava sobre o Brasil, e revelou uma poderosa força de mobilização da população em defesa dos valores tradicionais.³⁰¹ Tratava-se de uma unidade negativa antirreformista e anticomunista.

O anticomunismo tem uma longa tradição no Brasil. Contudo, de acordo com Motta, é possível apontar três momentos decisivos na sua história, sempre acompanhados de uma forte repressão política aos militantes comunistas: o fracassado Levante Comunista de 1935, seguindo até 1937; o início da Guerra Fria e a volta do PCB para a clandestinidade, entre 1946 e 1950; e o golpe de 1964. Como afirma o autor, em 1937 e 1964 o anticomunismo foi um fator decisivo para “justificar os respectivos golpes políticos, bem como para convencer a sociedade (ao menos parte dela) da necessidade de medidas repressivas contra a esquerda”.³⁰² No caso das Forças Armadas, é significativa a influência do ideário anticomunista de origem norte-americana a partir do pós-Segunda Guerra³⁰³, pois o país tinha tomado dos europeus o “papel de central irradiadora de ideias e coordenadora de ações”³⁰⁴ neste sentido.

Assim, a filiação de Choeri ao Partido Comunista na sua juventude transformou-se numa fonte recorrente de problemas na medida em que o professor galgava cargos dentro da universidade e, também, aumentava a sua participação no debate público sobre o ensino superior do Brasil. Isso fica claro a partir dos registros feitos na sua ficha no

³⁰⁰ AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 37.

³⁰¹ Sobre as manifestações populares de apoio ao golpe de 1964, ver PRESOT, Aline Alves. *As marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe militar de 1964*. (Mestrado em História Social, dissertação). Rio de Janeiro, UFRJ, 2004.

³⁰² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. (Doutorado em História Social, tese). São Paulo, USP, 2000, p. 7.

³⁰³ Sobre as relações entre as Forças Armadas do Brasil e dos Estados Unidos neste contexto, ver STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

³⁰⁴ MOTTA, *op. cit.*, 2000, p. 17.

SNI, órgão criado logo após o golpe de 1964 e que se tornaria, a partir de 1970, a cabeça do Sistema Nacional de Informações (SISNI). Iniciada após o AI-5 em 1968, esta foi uma mutação qualitativa dos órgãos de informação, que não deveriam apenas municiar o presidente da República com informações para a tomada de decisões, mas também interagir com a polícia política, que se aperfeiçoava sob a “égide da concepção de ‘guerra revolucionária’”.³⁰⁵ Uma entrevista de Choeri ao jornal “Última Hora”, em fevereiro de 1967, rendeu a segunda anotação no seu histórico no SNI – a primeira foi a sua nomeação como diretor do Departamento Cultural da UEG.

Naquele momento, o professor ainda estava fora do círculo principal de decisão da universidade, mas contava com o respeito e a parceria dos militares na implantação do Projeto Rondon e tinha sido protagonista do I Seminário Educação e Segurança Nacional na ECEME, em 1966, onde também passou a ministrar cursos. Na entrevista à “Última Hora”, Choeri atira contra o auxílio de organismos internacionais³⁰⁶, como faria outras vezes, pois estes apoios condicionariam o tipo de pesquisa feita no país. Na sua avaliação, a situação das universidades brasileiras era de “marasmo” e “imobilidade”, com “baixíssima produtividade”, o que comprometia o próprio desenvolvimento nacional. Aliás, ele coloca explicitamente o nexo entre a necessidade de modernização das universidades e o desenvolvimento do país, pois caberia a estas instituições formular a “ideologia do desenvolvimento brasileiro”. A universidade brasileira deveria ser “uma

³⁰⁵ FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 76.

³⁰⁶ Este era um tema que mobilizava fortemente a comunidade universitária, principalmente após a assinatura dos acordos MEC-USAID em 1964, que provocaram a reação dos estudantes. Ao todo, foram assinados sete convênios entre o Ministério da Educação e a Agência de Desenvolvimento dos Estados Unidos. O principal era dedicado a planejar mudanças no ensino superior brasileiro nos cinco anos seguintes; outros dois, tinham objetivo parecido, mas com foco na educação básica e elementar; o quarto versava sobre as licenciaturas; o quinto, na formação de técnicos para a indústria; o sexto, destinado a tradução de obras acadêmicas; e o sétimo, era um projeto de modernização das burocracias universitárias brasileiras, a partir de melhorias na sua gestão. Ver: MOTTA, *op. cit.*, 2014, p. 120.

concha acústica onde ressoem os problemas da tecnologia, da ciência e da administração”.³⁰⁷

No entanto, o que foi destacado pelo SNI foi sua argumentação de que o “contexto nacional exige uma universidade agressiva, atuante e capaz de queimar etapas em busca de uma adequação à realidade socioeconômica brasileira”.³⁰⁸ Choeri apresentava também sua própria fórmula de reforma universitária. No início de 1967, como dito no capítulo anterior, a ditadura civil-militar ainda vacilava na efetivação de suas políticas para o ensino superior. Sem citar o governo, o então diretor do Departamento Cultural da UEG coloca assim as bases do seu projeto, que está bastante afinado com as diretrizes de interiorização do Projeto Rondon:

Reforma Universitária não se sintetiza somente na implantação de um campus e na construção de novos edifícios. Há que haver um espírito de renovação universitária. É preciso reformar método – mais ainda – buscar objetivos nacionais. O Exército Nacional tem a Amazônia como centro prioritário de suas preocupações. E a Universidade Brasileira, enquista-se em seus interesses regionais? Será o Brasil um país compartimentado? A Universidade Brasileira tem que agir em termos e dimensões brasileiras. Não podemos, para o Brasil, copiar o modelo de universidades regionalizadas. Os problemas, antes de serem regionais, são nacionais.³⁰⁹

Contudo, a análise da ficha de Choeri deixa claro que os militares estavam mais interessados no acúmulo de poderes dentro da universidade e no seu protagonismo à frente do Projeto Rondon, programa estratégico do regime. Em janeiro de 1968, quando já era secretário-geral da UEG na gestão de João Lyra Filho, o DOPS da Guanabara fez circular um informe de que ela tinha sido membro da “Juventude Comunista”. Não houve consequências imediatas. No ano seguinte, o Centro de Informações do Exército (CIE) –

³⁰⁷ *Última Hora*, 27 de fevereiro de 1967, Caderno Escolar.

³⁰⁸ Prontuário de Wilson Choeri (AC ACE 93933/75, Fundo SNI/Agências, AN).

³⁰⁹ *Última Hora*, 27 de fevereiro de 1967, Caderno Escolar.

criado em 1967 por ordem do ministro do Exército Aurélio Lyra Tavares, irmão de João Lyra Filho – informou, atendendo a um pedido cuja origem não é identificada³¹⁰, que o professor não possuía antecedentes no órgão. A razão da investigação era a militância comunista de Choeri na juventude, como se infere a partir das entrevistas. Um dos militares ouvidos pelo CIE foi o Tenente-Coronel Egeo Corrêa de Oliveira Freitas, que conviveu com o professor na ECEME. Freitas afirma:

Tenho a melhor das impressões do professor Choeri, não creio que seja esquerdista extremado. **O fato de ter tido, na mocidade, ideias esquerdistas, não é motivo para que seja condenado pela vida inteira (grifo nosso).** Amadurecimento, cultura, experiência e reflexão levam homens a retificar ideias e atitudes.³¹¹

Posteriormente, os anos de 1971 e 1975 registraram o maior número de anotações no seu histórico no SNI. Não por acaso, foram anos eleitorais na universidade. Os órgãos de informação registraram a movimentação de Choeri em 1971 em busca da indicação para o posto de reitor da UEG. Em abril, um informe da agência do SNI no Rio de Janeiro afirma que o professor “é altamente ambicioso e visa ser o futuro Reitor da UEG”, além de “homem de confiança do Reitor João de Lira Tavares Filho, exercendo sobre o mesmo grande influência”.³¹² O mesmo documento aponta seu prestígio junto a civis e militares da Escola da Aeronáutica, no Campo dos Afonsos, onde Choeri atuava como professor de Estatística. Esses contatos estariam sendo mobilizados em suas pretensões eleitorais dentro da universidade. Na época, o Conselho Universitário submetia uma lista tríplice ao governador do estado, que escolhia o reitor.

³¹⁰ Possivelmente, o pedido para verificação de antecedentes foi feito após a indicação de Choeri para atuar como coordenador-geral do Projeto Rondon, no mesmo período.

³¹¹ AC ACE 93933/75, Fundo SNI/Agências, AN.

³¹² AC ACE 93933/75, Fundo SNI/Agências, AN.

É preciso certo cuidado com as informações apuradas pelos órgãos de informação, pois dados reais se misturam com fatos inventados por certo imaginário anticomunista que superestima a “ameaça vermelha”.³¹³ É o caso de um informe da agência carioca do SNI do maio de 1971. No despacho, Choeri é descrito como um líder comunista que utiliza o poder acumulado na Secretaria Geral e na direção da Faculdade de Serviço Social da universidade para “melhor manobrar a máquina vermelha” e teria como seus aliados em postos chave “elementos comunistas e atuantes”.³¹⁴ A única prova da acusação, bastante séria, era filiação ao Partido Comunista na juventude. O professor não era comunista há duas décadas, mas o fantasma de sua militância continuava a assombrá-lo. Agora, entretanto, com consequências objetivas. Uma sindicância no DOPS foi aberta para investigar suas possíveis condutas subversivas, mas nada foi encontrado.³¹⁵

O esforço de Choeri, observado pelo SNI, em conseguir uma indicação na lista tríplice para reitor da UEG teve resultado. Em dezembro de 1971, o então sub-reitor para Assuntos de Planejamento e Coordenação Executiva, foi indicado pelo Conselho Universitário junto com Américo Piquet Carneiro, diretor da Faculdade de Ciências Médicas (FCM), e Oscar Accioly Tenório, vice-reitor de Lyra Filho. Tenório, que também era desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, foi o escolhido pelo governador Chagas Freitas. Não foi possível identificar influência dos órgãos de informação nesta escolha. Contudo, é fato que Choeri e Piquet Carneiro tinham fichas no SNI e eram acompanhados pela comunidade de informações. O diretor da FCM vivia às voltas com a agitação estudantil na unidade, como será visto mais adiante. Não foram encontradas fichas de Oscar Accioly Tenório nos arquivos do SNI e do DOPS.

³¹³ FICO, *op. cit.*, 2001, p. 74.

³¹⁴ AC ACE 93933/75, Fundo SNI/Agências, AN.

³¹⁵ Prontuário RJ, 32.919, Fundo Polícias Políticas, Aperj.

Quatro anos depois, em 1975, o nome de Choeri reapareceria nas listas tríplice, mas agora como candidato à vice-reitor. Em agosto, a agência carioca do SNI apurou:

Homem de forte personalidade, dinâmico, inteligente, participa de todas as decisões atinentes à UERJ, **é considerado responsável pelo funcionamento e sobrevivência da mesma (grifo nosso)**. Pessoas idôneas afirmam ter ouvido Fernando Sgarbi Lima e Wilson Choeri declararem a seus amigos, em algumas ocasiões, que pertenceram à esquerda, mas que atualmente são adeptos da revolução.³¹⁶

O DOPS da Guanabara também se debruçou sobre os indicados na lista tríplice. Além de recuperar todas as informações já citadas sobre o professor, o órgão afirma que Choeri enviou um relatório ao Dr. Jayme Florêncio da Silva em que admitia ter pertencido à esquerda na juventude. Ao contrário do SNI, entretanto, o órgão observa que Choeri não era bem visto em alguns setores do MEC por declarações feitas na reunião do Conselho de Reitores, realizada em Maceió, em julho daquele ano. Na ocasião, o professor declarou que “o MEC é mero executor das normas do Conselho Federal de Educação”, “dirige a educação por meio de um órgão colegiado” e que o “governo fez uma Revolução em todos os setores, mas não na Educação”.³¹⁷ Essas posições não impediram que Choeri assumisse o posto de vice-reitor da universidade, por indicação do governador Faria Lima, na chapa encabeçada por Caio Tácito Sá Viana Pereira de Vasconcelos, então vice-reitor de Oscar Accioly Tenório.

Durante a ditadura civil-militar, o último vislumbre dos órgãos de informação sobre a trajetória do professor viria na acusação de corrupção que culminou com o seu afastamento do cargo de vice-reitor, em 1978. O SNI não fez uma investigação própria do episódio, mas copiou e arquivou todo o processo que correu no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, desde a acusação até a sua absolvição definitiva, em 1983, cinco após o

³¹⁶ AC ACE 93933/75, Fundo SNI/Agências, AN.

³¹⁷ Prontuário RJ, 32.919, Fundo Polícias Políticas, Aperj.

início do imbróglio, quando Choeri já desempenhava suas atividades como secretário de ensino do Colégio Pedro II. No entanto, mais significativa do que o acompanhamento dos órgãos sobre suas atividades, são os posicionamentos de Choeri em relação à comunidade de informações. No caso da repressão contra professores da universidade, suas relações pessoais foram mobilizadas para “amortecer” o ímpeto dessas ações. É o que veremos a seguir.

3.2 Interlocutor e mediador: professores na mira do regime

A atuação dos órgãos de informação dentro da UEG, posteriormente UERJ, ainda carece de um estudo mais sistemático. Para os fins desta dissertação, optamos por concentrar a análise em três casos representativos da atuação de Wilson Choeri na instituição durante o regime militar, com destaque para o período entre 1967 e 1978. Esses casos foram escolhidos por serem os únicos cujas documentações completas foram localizadas nos arquivos do SNI e do DOPS. Em um caso, foi possível fazer uma entrevista com um dos professores perseguidos, Ivo Barbieri, que foi reitor da UERJ entre 1988 e 1991. O material analisado foi aquele pesquisado junto aos arquivos dos órgãos de informação. Infelizmente, a documentação da própria universidade sobre o monitoramento e repressão de professores e alunos desapareceu. Ao final, será comentado mais um caso, cujos originais não foram localizados nos arquivos, mas que se tornou público na UERJ durante a eleição para a Reitoria em 1991.

Mancebo afirma que, a partir de 1968, toda a correspondência existente entre a Reitoria, os órgãos segurança e as unidades passou a receber uma tarja com a inscrição “confidencial”. Os documentos recebiam uma numeração, como os demais, mas eram arquivados em folhas em branco.³¹⁸ Os originais desses documentos, segundo Mancebo,

³¹⁸ MANCEBO, *op. cit.*, 1996, p. 159.

ficavam guardados nos chamados “arquivos confidenciais”. Em 1991, quando o Conselho Universitário aprovou uma resolução de que qualquer cidadão interessado poderia acessar esses papéis, a maior parte deles já tinha desaparecido, restando apenas os “arquivos confidenciais” da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) e da Faculdade de Odontologia. Mancebo conta que durante sua pesquisa de doutorado, em 1993, esses documentos também tinham desaparecido. O material da FCE, entretanto, foi salvo por iniciativa dos estudantes, que copiaram os originais antes da direção da unidade enviá-los à Reitoria.³¹⁹ Ao longo da pesquisa para esta dissertação, nenhum documento deste tipo foi encontrado.

Em relação à documentação dos órgãos de informação, é necessário fazer uma ressalva. Por se tratar de uma universidade estadual, a UEG/UERJ não tinha a sua própria Assessoria de Segurança e Informação (ASI), o braço do SNI que operava nas autarquias e universidades federais subordinado às Diretorias de Segurança e Informação (DSIs), que funcionavam nos ministérios.³²⁰ Isso não significa que o monitoramento e a repressão fossem menores na UEG/UERJ, mas que assumem contornos diferentes e, hipótese nossa, garantiu à burocracia universitária uma margem de ação maior no caso de professores investigados pelo regime – uma área cinzenta por onde Choeri se movimentou com desenvoltura. Estes gestos foram percebidos também pelos órgãos de informação, que criticaram a postura de alguns docentes em postos de comando na instituição.

O primeiro dos três casos a serem analisados é o do professor de Literatura Brasileira Ivo Barbieri. Gaúcho, Barbieri se mudou para o Rio de Janeiro no início da década de 1960, para fazer um curso de especialização. Em 1966, começou a dar aulas na

³¹⁹ MANCEBO, *op. cit.*, 1996, p. 159.

³²⁰ No caso da DSI/MEC, toda a documentação desapareceu no início da década de 1990, antes de ser enviada ao Arquivo Nacional. O episódio nunca foi esclarecido. Os documentos existentes são os que circularam por outros órgãos de informação e foram arquivados (ver MOTTA, *op. cit.*, 2014).

UEG, como assistente da catedrática Dirce Côrtes Riedel. Paralelamente, lecionava no Colégio Estadual André Maurois, no Leblon, um dos principais centros de organização do movimento secundarista durante a ditadura civil-militar³²¹, e na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em entrevista na sua casa, no Rio de Janeiro, Barbieri diz que suas aulas não sofreram nenhum tipo de sanção naquela época.

Eu fazia o que eu queria, [ninguém] nunca interferiu no meu trabalho, trabalhei com os textos que quis, do jeito que quis, mas fiquei marcado. Eu era tido como um professor de esquerda. Porque nosso grupo andava com a professora Dirce. Eu era um pouco mais incofido e falava mais. Os outros eram mais prudentes. (...) Nos meus cursos, me dava muito bem com os alunos. No André Maurois fizemos um trabalho muito bonito também. Interferência direta na sala de aula não tive não. Me rendeu esse rótulo de esquerdista, o bom relacionamento com os alunos. Nunca fui filiado.³²²

Apesar do professor negar qualquer filiação a um grupo político, os órgãos de informação o apontavam como membro do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Por esta suposta ligação, Barbieri foi preso no dia 16 de abril de 1971, num momento de recrudescimento da repressão do regime contra os grupos que tinham enveredado para luta armada. No Inquérito Policial-Militar (IPM) que investigava o MR-8, o professor era acusado de receber exemplares do jornal “Resistência”, e guardá-los em sua casa, e de hospedar militantes do grupo em seu apartamento no Jardim Botânico, entre 1969 e 1971.³²³ Barbieri confirma que deu guarida a ex-alunos do André Maurois, que estavam na clandestinidade, em sua casa.

A razão [da minha prisão] não foram as aulas na universidade. Eu morava no Jardim Botânico, desde 1969, dei acolhida a alguns perseguidos. Eram meus alunos no André Maurois, teve uma moça

³²¹ O colégio era protagonista nas articulações da Associação Municipal dos Estudantes Secundaristas (Ames). Muitos dos seus alunos partiram para a luta armada, como Lúcia Velloso Maurício e Alex Polari.

³²² BARBIERI, Ivo. **Ivo Barbieri**: depoimento ao autor em 13 de janeiro de 2017, no Rio de Janeiro.

³²³ AC ACE 52 806/72, , Fundo SNI/Agências, AN.

também. E aí aconteceu que essa moça tinha uma ligação com um cara que era da pesada mesmo, o Salgueiro, que era da Faculdade de Medicina da UERJ. Ficaram os dois lá, depois que eles saíram, ela foi presa na Bahia e não aguentou e disse que tinha ficado hospedada na casa de um professor. Chegaram a mim. Esse foi o motivo.³²⁴

A moça a quem o professor se refere é Solange Lourenço Gomes e o estudante de Medicina é João Lopes Salgado. Em depoimento dado no dia 8 de abril³²⁵, após ser presa na Bahia, Solange afirmou que ela e Salgado passaram duas temporadas na casa de Barbieri em 1970. A primeira, que durou um mês, foi logo após o assalto a churrascaria Rincão Gaúcho, na Tijuca. Depois, os dois ficaram três meses na casa de um simpatizante do grupo em Jacarepaguá e, em seguida, retornaram para a casa do professor. Em dezembro, Solange viajou para Bahia, onde acabaria presa meses depois. Oito dias após o depoimento, Barbieri foi preso no Rio de Janeiro. Ele relembra o momento da detenção:

Fiquei um longo tempo preso. Eu ia ser transferido da escola para trabalhar numa atividade de teatro escolar. Tivemos a primeira reunião, que era no Centro. Eu saí [da reunião], estava meio distraído, eu fumava nessa época, entrei num café. No que eu saí, colocaram um capuz. “Vê se tem droga, vê se tem droga”. Tudo para disfarçar. Pegaram a minha chave, pegaram tudo, eu já entendi. Eu sei que foi na Aeronáutica [para onde foi levado] porque quando entrei no quartel eu ouvi os aviões no Galeão. Mas eu fiquei lá pouco, no início da tarde me transferiram para a Barão de Mesquita. Ali era o inferno.³²⁶

O professor ficou preso de 16 de abril de 1971 a 16 de setembro de 1971 no Destacamento de Operações de Informações (DOI), do I Exército³²⁷, o braço operacional da força na repressão política e um dos principais centros de tortura do regime naqueles anos. A prisão criou um problema para a burocracia universitária: oficialmente, Barbieri

³²⁴ BARBIERI, Ivo. **Ivo Barbieri**: depoimento ao autor em 13 de janeiro de 2017, no Rio de Janeiro.

³²⁵ Prontuário RJ, 60629, Fundo Polícias Políticas, Aperj.

³²⁶ BARBIERI, Ivo. **Ivo Barbieri**: depoimento ao autor em 13 de janeiro de 2017, no Rio de Janeiro.

³²⁷ Em um informe do Centro de Informações do Exército (CIE), em 1985, consta que Barbieri esteve preso em 1971 no DOI/I Exército (ver AC ACE 04379/85, Fundo SNI/Agências, AN). O Destacamento de Operações de Informações (DOI) foi o braço operacional do Exército na repressão política a partir do início da década de 1970.

não estava preso, mas por estar sob custódia do Exército, não aparecia nas universidades para dar aulas. Durante a ditadura civil-militar, o suposto “abandono de emprego” de presos políticos foi um recurso utilizado pelas instituições públicas para se livrar dos “indesejáveis”, sendo um dos casos mais notórios o da professora da Universidade de São Paulo (USP), Ana Rosa Kucinski.³²⁸ Na UEG, quem apresentou uma solução para o caso de Barbieri foi o secretário-geral Wilson Choeri. No cargo, como foi apontado no capítulo anterior, Choeri assumiu enorme ascendência sobre a máquina burocrática da instituição, fruto da política de centralização administrativa promovida pelo reitor João Lyra Filho. Barbieri conta que a catedrática Dirce Côrtes Riedel procurou o secretário-geral em busca de ajuda.

Na UERJ, a professora Dirce falou com Choeri. Ele disse: “vamos fazer o seguinte”. Como o Choeri tinha relações muito pessoais com a ditadura, podia fazer isso. Ele falou: “vou suspender o contrato dele por motivo de força maior”. Suspendeu o meu contrato, publicou lá no boletim da universidade, e aí quando eu saí, no dia seguinte que eu saí, a professora Dirce o procurou e ele falou o seguinte: “cessado o motivo de força maior, reassume as suas funções”. Eu fui dar aula no dia seguinte. Sem problemas.³²⁹

O professor atribui o gesto de Choeri às suas “relações muito pessoais com a ditadura”. É importante lembrar também que os professores da UEG não eram concursados, e sim contratados como celetistas, o que permitiu uma ação deste tipo. Esta leitura de Barbieri sobre o episódio ganha força se compararmos com o desfecho do mesmo caso na UFRJ, a partir dos registros feitos pelos órgãos de informação.³³⁰

³²⁸ No meio universitário, um dos casos mais conhecidos é o de Ana Rosa Kucinski, professora do Instituto de Química da Universidade de São Paulo (USP), desaparecida, e que foi demitida por “abandono de emprego”. A família ainda busca a reparação do ato pela universidade. No caso da UEG/UERJ, identificamos quatro casos de professores demitidos por abandono de emprego: Guilherme Suárez Kurtz, Carlos Mauro Ferreira Bianchi, Jorge Muniz Barreto e Eda Carneiro da Rocha. Contudo, não foi possível saberse as demissões ocorreram por razões políticas.

³²⁹ BARBIERI, Ivo. **Ivo Barbieri**: depoimento ao autor em 13 de janeiro de 2017, no Rio de Janeiro. Os boletins citados não foram localizados no arquivo da UERJ.

³³⁰ Todas as informações acerca do episódio estão em AC ACE 52 806/72, Fundo SNI/Agências, AN.

Infelizmente, os documentos originais da universidade que são referidos no relatório do SNI não constam no arquivo do órgão e não foram localizados. Barbieri era ligado ao então diretor da Faculdade de Letras, Afrânio Coutinho. No boletim de frequência da instituição dos meses de abril e maio, só foram marcadas as faltas nos dias de aula do professor. Contudo, por ser contratado, todos os dias de ausência deveriam ser computados, não apenas os dias de aula, de acordo com investigação do SNI.³³¹

A “irregularidade” só foi constatada pela Sub-Reitoria de Pessoal e Serviços Gerais em outubro, após a libertação do professor. A sub-reitora Rosalina Brand pediu, então, a retificação dos boletins de frequência e foi aberto um processo sobre o ocorrido.³³² Pareceres de Guaracy Silveira, superintendente-geral da Sub-Reitoria de Pessoal e Serviços Gerais, e da sub-reitora Rosalina Brand afirmaram que estava caracterizado o “abandono de emprego”.

Está caracterizado, nesse processo, o abandono de emprego, por parte do Auxiliar de Ensino IVO BIASIO BARBIERI, localizado na Faculdade de Letras. A esta caberia, de acordo com o Regimento Geral, a iniciativa de rescisão contractual, nos termos da legislação trabalhista.³³³

No mesmo mês, Afrânio Coutinho encaminhou um ofício ao reitor Djacir Menezes, acompanhado de uma certidão da 1ª Auditoria do Exército confirmando a prisão de Barbieri.³³⁴ O documento foi obtido pelo próprio Barbieri através de um militar do I Exército que dava aulas de grego na UEG.

Logo que eu saí, fui dar aula, [na UEG] tinha professores lá militares. E tinha um professor Haroldo, de grego, militar do I Exército. Eu falei com ele que precisaria de um atestado que eu fiquei ausente. Ele disse:

³³¹ Essas informações foram encaminhadas no “Infão nº 09919/72” pela Agência do Rio de Janeiro (ARJ) à Agência Central (AC), a DSI/MEC e ao CIE. Em: AC ACE 52 806/72, Fundo SNI/Agências, AN.

³³² Ver: “Infão nº 09919/72” em AC ACE 52 806/72, Fundo SNI/Agências, AN.

³³³ Trecho do parecer de Rosalina Brand citado no “Infão nº 09919/72” em AC ACE 52 806/72, Fundo SNI/Agências, AN.

³³⁴ Ver: “Infão nº 09919/72” em AC ACE 52 806/72, Fundo SNI/Agências, AN.

“eu consigo para você”. Ele colocou “durante esse período, de tanto a tanto, à disposição do Exército”. Peguei isso, cheguei em casa, fiz dez cópias. No dia seguinte, ele veio: “professor, me desculpe, fiz uma coisa que não podia fazer. O senhor por favor me devolva”. Ele achou que não tinha problema nenhum, foi repreendido e teve que voltar atrás.³³⁵

O parecer da procuradoria da universidade foi pela reintegração do professor e pelo pagamento dos dias de afastamento.³³⁶ Contudo, em janeiro de 1972, o contrato do professor não foi renovado. Para Barbieri, por pressão do reitor Djacir Menezes.

As maneiras como a prisão do professor foi tratada nas duas universidades são significativas. Wilson Choeri chamou para si a responsabilidade e, com uma canetada, impediu que Barbieri fosse demitido por abandono de emprego, apesar de ambos pertencerem a grupos políticos opostos dentro e fora da universidade.³³⁷ Isso só foi possível pelos amplos poderes que o então secretário-geral contava, delegados pelo reitor João Lyra Filho, mais do que por suas relações com os militares. Em oposição, na UFRJ, observa-se um choque de burocracias: a da Faculdade de Letras tenta contornar a situação do seu professor preso, não comunicando todas as faltas, enquanto a Reitoria descobre a “irregularidade” e pede a demissão por abandono de emprego. É sintomático também que os órgãos de informação não tenham se interessado pelo ato de Choeri, mas tenham registrado tudo que se passou na UFRJ. Há algumas explicações possíveis: por ser uma universidade federal, a UFRJ tinha a sua própria ASI, ao contrário da UEG.

O segundo caso analisado é o da professor Dirce Côrtes Riedel. A catedrática, que procurou ajuda de Choeri após a prisão de Ivo Barbieri, também foi alvo de uma investigação dos militares por sua suposta “doutrinação marxista” e por incentivar “a rebeldia dos jovens”.³³⁸ As acusações contra a professora partiram da Comissão de

³³⁵ BARBIERI, Ivo. **Ivo Barbieri**: depoimento ao autor em 13 de janeiro de 2017, no Rio de Janeiro.

³³⁶ Ver: “Infão nº 09919/72” em AC ACE 52 806/72, Fundo SNI/Agências, AN.

³³⁷ Ambos se enfrentaram em acirrada eleição para reitor em 1987.

³³⁸ Todas as informações a seguir constam em AC ACE 57029/72, Fundo SNI/Agências, AN.

Investigação Sumária do Exército, instituída após o AI-5 e sob a responsabilidade do comandante do I Exército, General Syseno Sarmiento. Em abril de 1969, a investigação foi remetida ao ministro do Exército, Aurélio Lyra Tavares, que a encaminhou para o ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra. Em seguida, o MEC repassou o caso para o Ministério da Justiça, que apontou que o responsável pela apuração dos fatos era o governo do estado da Guanabara, já que Riedel era professora da UEG e do Instituto de Educação.

O processo ficou a cargo do DOPS, vinculado à Secretaria de Segurança Pública, que, após investigação, concluiu que não havia provas contra a professora e devolveu o caso ao Ministério da Justiça pedindo o seu arquivamento em janeiro de 1970. No entanto, em agosto, passados sete meses, Alfredo Buzaid, titular da Justiça, encaminhou ofício ao MEC pedindo que Riedel fosse investigada pelos próprios estabelecimentos de ensino da Guanabara onde atuava, com base no Decreto-Lei nº 477 de 26 de fevereiro de 1969.³³⁹ Este decreto foi o principal instrumento legal de repressão política de professores, estudantes e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e particulares do país, ao definir uma série de infrações e suas respectivas punições. Assim, a nova investigação ficou a cargo da Secretaria de Estado de Educação e Cultura da Guanabara, comandada por Fernando Carvalho Barata.

Barata era professor da UEG, além de fundador da Faculdade de Filosofia do Instituto La-Fayette e fora professor de Choeri no Colégio Pedro II.³⁴⁰ Como secretário, ele primeiro determinou a abertura de sindicância no Instituto de Educação, que concluiu suas atividades em maio de 1971 e nada encontrou contra a professora. Em seguida, enviou o parecer da sindicância, classificado como confidencial, ao secretário-geral Wilson Choeri, pedindo também abertura de investigação na UEG. No mesmo dia, Choeri

³³⁹ AC ACE 57029/72, Fundo SNI/Agências, AN.

³⁴⁰ CHOERI, *op. cit.*, 2004, p. 29.

pediu ao diretor do Instituto de Filosofia e Letras (IFL), Niel Aquino Casses, que designasse um professor como responsável pelo processo sumário previsto no Decreto-Lei nº 477.³⁴¹ O escolhido foi o professor Orlando Pires da Fonseca, ex-diretor do instituto.

A ordem de Choeri para Casses foi manuscrita no mesmo ofício enviado por Barata. O diretor do IFL também escreveu à mão, no mesmo papel, a nomeação de Pires da Fonseca como responsável pelo processo.³⁴² O resultado da investigação sigilosa, entretanto, está datilografado, incluindo os depoimentos dos colegas professores Evanildo Cavalcante Bechara, Marcella Mortara e Abílio de Jesus dos Santos – todos negando qualquer “doutrinação marxista” por parte da professora –, além da própria Riedel. O parecer do professor responsável pela investigação é esclarecedor sobre as condições em que este tipo de trabalho era realizado dentro da universidade naqueles anos. Em seu relato a Casses sobre a investigação, datado de 14 de julho de 1971, Pires da Fonseca pede o arquivamento do caso e se mostra solidário à professora. Afirma ele:

Cumpre-me esclarecer que além destes [depoentes], tive oportunidade de ouvir diversos ex-alunos da Professora indiciada, representantes de várias gerações universitárias. Em todos, senti estranheza diante das acusações formuladas.

O caráter sigiloso deste processo, obrigou-me a restringir a área de pesquisa. Tive em mente o valor qualitativo e não quantitativo da amostragem (grifo nosso).

Sendo eu um ex-aluno e atual colega de magistério da Prof^a Dirce Côrtes Riedel, incorpore-me a todos esses que vêm, a bem da verdade, refutar as acusações que lhe são feitas no presente inquérito.³⁴³

³⁴¹ Diz o artigo 3º: “O processo sumário será realizado por um funcionário ou empregado do estabelecimento de ensino, designado por seu dirigente, que procederá às diligências convenientes e citará o infrator para, no prazo de quarenta e oito horas, apresentar defesa” (BRASIL, Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969).

³⁴² O documento foi arquivado pelo SNI em AC ACE 57029/72, Fundo SNI/Agências, AN.

³⁴³ AC ACE 57029/72 002, Fundo SNI/Agências, AN.

Neste episódio, Choeri não assume o protagonismo na situação, ao contrário do que ocorreu com Barbieri, até pela natureza dos dois casos. Contra Barbieri, não foi aberta nenhuma investigação interna sobre sua conduta como professor, mesmo após sua prisão. O que o então secretário-geral fez foi contornar burocraticamente uma possível demissão por abandono de emprego. Já no caso de Riedel, a ordem para que um processo fosse aberto partiu do Ministério da Justiça para o MEC, daí para a Secretaria de Educação e Cultura da Guanabara e então chegou na universidade. No papel de secretário-geral e “xerife” da universidade, tendo *poder disciplinar* sobre todos os servidores a partir de junho de 1970, é ele que recebe o pedido de abertura de sindicância diretamente do secretário de Educação e Cultura e garante a realização do procedimento.

Sem ignorar a relação pessoal entre Choeri e Barata, cujas trajetórias se cruzavam desde a década de 1930, é significativo que um secretário de Estado dirija uma correspondência confidencial ao secretário-geral, e não ao reitor ou ao vice-reitor da universidade. O secretário, inclusive, esteve presente na posse de Choeri na Sub-Reitoria de Assuntos de Planejamento e Coordenação Executiva, em outubro do mesmo ano, meses após a investigação contra Riedel.³⁴⁴ Assim, é possível afirmar que o poder acumulado pelo secretário-geral, e depois sub-reitor, internamente era reconhecido também fora dos muros da instituição. No entanto, é interessante ressaltar que Casses, diretor do IFL, remete os resultados da investigação não a Choeri, mas diretamente ao reitor João Lyra Filho, que por sua vez encaminha os resultados ao secretário Fernando Carvalho Barata, que os encaminha ao governador Chagas Freitas, que os remete para apreciação do Ministério da Justiça, em Brasília.

No terceiro e último caso analisado nesta seção, é possível vislumbrar em mais detalhes a atuação de Choeri como interlocutor dos órgãos de informação. Trata-se de

³⁴⁴ *Correio da Manhã*, 5 de outubro de 1971, 1º Caderno, p. 4.

uma investigação, iniciada em maio de 1975, sobre supostas atividades subversivas ocorridas no curso de Psicologia da UERJ. Os dados levantados pelo I Exército – a mesma fonte das primeiras acusações contra a professora Dirce Côrtes Riedel – apontavam que na turma da 2ª série do curso era “muito comum ocorrerem comentários contra o atual regime de Governo”, além dos estudantes pressionarem e conseguirem a suspensão da matrícula de colegas militares ou ligados aos militares.³⁴⁵ Esta suspensão seria providenciada por “um elemento declaradamente subversivo, ainda não identificado, influente naquela universidade”. Os jovens também promoveriam “bacanais em salas de aula fechadas sob o pretexto de estarem estudando” e fariam “uso de entorpecentes” fora da instituição de ensino.

Este levantamento foi encaminhado à Divisão de Segurança e Informações do MEC, que abriu sua própria investigação, através da sua Assessoria Regional de Segurança e Informações (ARSI) no Rio de Janeiro. Em outubro de 1975, o órgão considerou improcedentes todas as acusações formuladas pelo I Exército, limitando-se a tecer considerações negativas sobre o diretor do Instituto de Psicologia e Comunicação Social, Eliezer Schneider, e a vice-diretora, Yonne Moniz Reis. Segundo a ARSI/DSI/MEC, os dois não iam diariamente à unidade nem ficavam até o fim do expediente, o que levava a uma “falta de controle da disciplina e da presença de estranhos”, além da coordenação pedagógica deixar muito a desejar.³⁴⁶ Os próprios alunos, de acordo com o órgão, reclamavam com a Reitoria em relação à falta de aulas e de professores no curso de Psicologia.

A investigação chamou a atenção ainda para a conduta da professora Darcy Cléia Ribeiro, que vinha “reincidindo no exercício de uma liderança, junto aos alunos, cuja

³⁴⁵ Todas as informações referentes a este caso estão em Estudantil, 41, Fundo Polícias Políticas, Aperj.

³⁴⁶ Estudantil, 41, Fundo Polícias Políticas, Aperj.

tônica é justamente a de mostrar-se desajustada”.³⁴⁷ Por desajuste, o órgão entendia a proposta da professora de explorar “o potencial que os jovens alunos têm de questionar as Instituições, a Autoridade e a Tradição” e seu comportamento supostamente imoral. Um exemplo seria a encenação de uma peça cujo script nada tinha de didático, “restando considerar as ‘gags’ colocadas no momento da apresentação, bem como comentários e debates havidos na ocasião que foram classificados como ‘de fundo político’”, na leitura da ARSI/DSI/MEC.³⁴⁸ O relatório ainda considera como indício das intenções da professora as referências à obra “O espelho mágico”, do psiquiatra J.A. Gaiarsa.

A UERJ colaborou ativamente com esta investigação. Internamente, quem centralizou a apuração dos fatos foi Wilson Choeri, já sub-reitor de Assuntos de Planejamento e Coordenação Executiva, posto no qual mantinha todos os poderes adquiridos enquanto secretário-geral. Todos os ofícios, em papel timbrado, são endereçados a Choeri e foram arquivados pelo DOPS. Choeri enviou, inclusive, mais informações do que as demandadas pelo órgão, como fica explícito no relatório:

O restante dos anexos corresponde a expedientes da UERJ, que a pretexto de responder consulta desta Assessoria, enfoca pontos que não tinham sido abordados por esta Assessoria, mas que no dizer do **Sub-Reitor de Planejamento e Coordenação, Prof. Wilson Choeri (grifo nosso)**, visam a esclarecer pontos abordados pelo “DOPS” do Rio de Janeiro e o E-2 do I Exército – Cel. Mário Sérgio Pasquali.³⁴⁹

Assim, foi Choeri que pediu ao diretor do Departamento de Administração Escolar, Omir Fontoura³⁵⁰, a lista dos alunos que tinham abandonado o curso de Psicologia, incluindo seus dados pessoais e suas motivações. O sub-reitor também encaminhou um pedido de esclarecimentos ao diretor do Instituto de Psicologia e

³⁴⁷ Estudantil, 41, Fundo Polícias Políticas, Aperj.

³⁴⁸ Estudantil, 41, Fundo Polícias Políticas, Aperj.

³⁴⁹ Estudantil, 41, Fundo Polícias Políticas, Aperj.

³⁵⁰ O professor Omir Fontoura foi braço direito de Choeri na UEG/UERJ e colaborou diretamente com ele na implantação do Projeto Rondon na universidade.

Comunicação Social, Eliezer Schneider. Apesar do ofício com os questionamentos não ter sido arquivado, as respostas de Schneider permitem inferir as informações pedidas por Choeri: um relato sobre a encenação ocorrida no auditório do instituto; a confirmação de que a responsável pela atividade era a professora Darcy Cléia Ribeiro; os nomes dos professores da turma da 2ª série e suas respectivas disciplinas.

O sub-reitor convocou ainda uma reunião com o seu secretário-geral, Caio Machado, a vice-diretora do curso, Yonne Moniz Reis, e a professora Darcy Cléia Ribeiro para esclarecer os fatos apurados pelos militares. Após este encontro, a vice-diretora escreveu um ofício de quatro páginas em que rebate todas as acusações levantadas pelos militares e defende a colega. É uma carta dura, em que a professora afirmou que era a primeira vez que se levantava suspeitas contra o curso de Psicologia. Reis argumentou que só a alta administração da universidade – Reitoria e Conselho Universitário – tinham autonomia para suspender matrículas de estudantes. Sobre os supostos bacanais, a vice-diretora questiona o motivo de não apontarem os participantes de tal prática dentro da UERJ e diz que “mesmo em nível de suspeita já caracteriza danos morais a toda turma”.³⁵¹

A professora Darcy Cléia Ribeiro também preparou a sua defesa por escrito, após reunião com o Choeri. Ao contrário de Reis, seu texto foi manuscrito. Novamente, a partir das respostas, é possível compreender, com mais detalhes, as acusações feitas contra ela. Aqui, transcrevemos os principais pontos da defesa por ser bastante ilustrativa da qualidade das acusações feitas contra a professora.

Tendo sido convocado no dia 28 de agosto de 1975 pelos professores Wilson Choeri, Caio Machado e Yonne Moniz para prestar informes quanto a denúncias feitas a meu respeito, passo a expor o realmente acontecido em relação às acusações.

Foi denunciada minha falta de postura em sala de aula, alegando que ao sentar minhas “calcinhas” ficavam à mostra.

³⁵¹ Estudantil, 41, Fundo Polícias Políticas, Aperj.

Como, constantemente, estou de calças compridas, é óbvio que elas ficam invisíveis a todos, sendo o ver “calcinhas” fruto de imaginação.

Foi denunciado que eu constantemente falava mal do Exército, afirmando ter o mesmo matado o meu marido. Em primeiro lugar, a pessoa dita morta encontra-se viva e o único comentário por mim feito em algumas ocasiões, inclusive às vezes respondendo perguntas, é que ele fora baleado acidentalmente numa blitz.

Tal fato foi comentado em todos os jornais, razão porque não vi necessidade de escondê-lo. (...)

Foi denunciado que numa dada aula eu afirmei ter tido a maior realização por ter passado um fim de semana num motel.

Se por um lado seria uma medíocre realização, por outro o que de fato ocorreu foi que em certa aula, falando sobre o papel da rotina como elemento embotador do processo receptivo, e conseqüentemente da conduta, citei que conversando certa vez com um gerente de motel, disse-me ele que não havia nenhum apartamento igual ao outro, para que o indivíduo se sentisse sempre num lugar diferente. Afirmei que isto vem se verificando cada vez mais, mesmo sem conhecimento de teorias de percepção.

Considerando que tais hotéis são usados até pelas companhias de turismo, não vejo onde desrespeito a moral vigente.

Trabalhos que foram apresentados por grupos de alunos em minhas aulas, entre os quais “Arte e percepção”, foram denunciados como “atividade psicodélica” quando a rigor se trata de atividade de alto gabarito, cujo texto foi encaminhado posteriormente ao Diretor do IPCS e ao Prof. Caio Machado para que constatassem o referido gabarito. (...)

Único fato estranho é que, antes do trabalho ter começado, uma das alunas que participa, foi chamada a se retirar da sala por pessoa que frequenta a faculdade, embora não se encontre na lista de chamada e segundo soube tal pessoa disse-lhe: “já não disse para você não participar”. Soube posteriormente, embora não tenha presenciado, que ele chegou a esbofeteá-la.

Foi denunciado que eu fizera críticas ao Sistema Brasileiro. Tais críticas não passaram de aulas dadas por mim sobre Antipsiquiatria, movimento de análise crítica da Psiquiatria Clássica resultante da síntese da Psicanálise, Existencialismo e Marxismo, tendo como defensores os ingleses Dr. R. Laing e Dr. D. Cooper. (...)

Considerando que todas estas denúncias se fizeram a partir de uma única turma – 2º ano de Psicologia – quando é sabido que eu trabalho em três unidades da UERJ (Filosofia, Educação e Psicologia) há 16 anos sem que jamais tivesse surgido qualquer reclamação desabonadora a minha pessoa moral ou profissionalmente, me pergunto se não estaria havendo má-fé ou interesse de prejudicar.³⁵²

As acusações contra a professora são, em sua maioria, de cunho moralizante, algo comum na ditadura. Assim como no caso da suposta “doutrinação marxista” realizada pela professora Dirce Côrtes Riedel, não são apresentadas evidências e a denúncia parece

³⁵² Estudantil, 41, Fundo Polícias Políticas, Apepj.

ser fruto da imaginação fértil de militares que, ansiosos por caçar comunistas, acabavam vendo fantasmas em todos os lugares. Contudo, é necessário ressaltar que em 1975 já estava em andamento a “distensão gradual e segura” defendida pelo presidente Ernesto Geisel, que, em última instância, ameaçava a existência dos próprios órgãos de informação.³⁵³ Há ainda a possibilidade, não desprezível, da acusação contra a professora ter sido uma espécie de acerto de contas interno. Nos anos do regime de exceção, este foi um expediente utilizado para a solução de disputas internas. A professora Darcy Cléia Ribeiro não fazia parte do grupo dirigente da UERJ e, quatro anos depois desta investigação, compôs a primeira gestão da Associação de Docentes da UERJ (ASDUERJ). A ASDUERJ foi fundada à revelia da Reitoria que, na ocasião, não cedeu um espaço para o seu funcionamento dentro da universidade e ainda tentou criar, sem sucesso, uma associação de docentes sob sua área de influência.³⁵⁴

Apesar da fraqueza das acusações contra as professoras Dirce Côrtes Riedel e Darcy Cléia Ribeiro, Wilson Choeri, primeiro como secretário-geral e depois como sub-reitor de Assuntos de Planejamento e Coordenação Executiva, não demonstrou nenhum tipo de oposição às investigações, pelo contrário. No caso de Riedel, foi célere ao encaminhar o processo no mesmo dia em que recebeu o ofício do secretário de Educação e Cultura, Fernando Carvalho Barata. Já no caso de Ribeiro, atuou diretamente no comando da investigação interna promovida pela universidade. Como já foi dito, todos os ofícios eram endereçados a ele, que também convocou uma reunião com os envolvidos, e depois remeteu todo o material para a ARSI/DSI/MEC.

³⁵³ “O serviço secreto continuava a viver de fabricar perigos. Por mais que Geisel desse sinais de que não dissolveria a comunidade de informações, o SNI se sentiu na obrigação de justificar sua existência. Para tanto, tentava convencer o presidente, a cúpula das Forças Armadas e as principais autoridades civis do governo de que a subversão não estava controlada e que os movimentos guerrilheiros continuavam sendo uma ameaça” (FIGUEIREDO, *op. cit.*, 2005, p. 250).

³⁵⁴ Sobre a criação da ASDUERJ e as dificuldades impostas pela direção da universidade para sua criação, ver MARTINS, Carlos Eduardo. *UERJ em movimento: fazer-se docente e a ASDUERJ*. (Mestrado em Educação, dissertação). Rio de Janeiro, Uni-Rio, 2013.

Contudo, Choeri não agiu a favor de professores apenas no caso de Ivo Barbieri. Um outro episódio, cuja documentação não foi encontrada nos arquivos dos órgãos de informação, mas tornado público pelo professor Antônio Carlos Ferrão no início da década de 1990, ilustra uma ação ainda mais direta junto ao aparato repressivo. A história veio à tona durante a eleição para reitor em 1991, quando Choeri novamente disputava o posto. Em fevereiro de 1973, o sub-reitor recebeu um ofício confidencial da ARSI/DSI/MEC que dizia:

Senhor Sub-Reitor, chega-nos ao conhecimento que o Professor Antônio Carlos Ferrão, da Cadeira de Política dessa Universidade, vem desenvolvendo indisfarçável proselitismo, no decorrer de suas aulas, além de adotar procedimento tendencioso no que se refere à frequência daqueles alunos que por ventura perfilam seus pontos de vista. Esta Assessoria, no propósito de informar órgão de escalão superior, apreciaria receber de Vossa Senhoria dados que nos permitam correta avaliação do assunto. Na oportunidade, renovo os protestos da mais alta estima e mui distinta consideração.³⁵⁵

Este ofício circulou na universidade durante a eleição de 1991 como “prova” da ligação de Choeri com a repressão política nos tempos da ditadura civil-militar. Contudo, o próprio professor Antônio Carlos Ferrão veio a público, naquela oportunidade, e fez circular na instituição a sua versão dos fatos. Segundo Ferrão, que na década de 1980 também participou da criação da ASDUERJ, o então sub-reitor atuou decisivamente para protegê-lo dos órgãos de informação. Infelizmente, Ferrão faleceu antes que pudesse ser entrevistado para esta dissertação. Seria uma chance de esclarecer melhor o texto que escreveu, reproduzido, em parte, abaixo:

As circunstâncias me obrigam a divulgar o que nem mesmo alguns companheiros mais íntimos sabem sobre minha militância. **Se hoje permaneço no corpo docente desta Universidade (eu e outros que, talvez por covardia, não queiram declarar) devo a Wilson Choeri**

³⁵⁵ RAMADON, *op. cit.*, 2006, p. 314-315.

(grifo nosso). Pessoas tão repressoras, algozes, sem cara e sem nome, como os “cães das ditaduras”, tentam denegrir a imagem de Wilson Choeri, com acusações falsas e estórias: são os “ovos da serpente”! Devo em grande parte, a Wilson Choeri, o privilégio de não ter sido engolido pela repressão e de ter permanecido na UERJ, para construir com luz própria, o currículo que descrevo abaixo, e que ostento com orgulho e humildade.³⁵⁶

Mesmo sem maiores detalhes sobre este último episódio, fica claro nos quatro casos apresentados que Choeri contava com significativa margem de ação na UEG/UERJ, principalmente a partir de meados de 1967, quando assume como secretário-geral. Se em dois episódios ele agiu para salvar o emprego de professores – um preso, outro alvo dos órgãos de informação –, quando uma professora catedrática foi investigada ele não hesitou em dar prosseguimento ao processo. E, no caso da professora Darcy Cléia Ribeiro, ele próprio assumiu a condução da apuração das denúncias. Tais fatos denotam uma ambiguidade na sua conduta. Os modos de agir eram determinados pelos atores envolvidos e pela situação em que se encontravam. Houve também uma preocupação em não entrar em conflito com os órgãos de informação: se chegava em suas mãos uma ordem para que fosse aberta uma investigação interna, ele assim o fazia.

Ao mesmo tempo, Choeri não agia sozinho. Comandava, sim, a burocracia universitária, mas requisitava também a participação de diretores e do corpo docente nas sigilosas investigações internas. O responsável pelo “processo sumário” de Riedel foi um ex-diretor do Instituto de Filosofia e Letras e seu colega de magistério, Orlando Pires da Fonseca, nomeado pelo diretor Niel Aquino Casses. As testemunhas ouvidas eram também professores do instituto. Já na investigação sobre Ribeiro, o diretor e a vice-diretora do Instituto de Psicologia e Comunicação Social foram chamados a prestar esclarecimentos e fornecer informações. O lugar do corpo docente, entretanto, era

³⁵⁶ RAMADON, *op. cit.*, 2006, p. 315.

também ambíguo: por um lado, participava de apurações sigilosas sobre colegas; por outro, tinha no espaço da investigação uma possibilidade de se posicionar criticamente, como observado nos relatórios de Pires da Fonseca e na própria defesa de Ribeiro.

Ao encontro desta ambiguidade, comum aos sujeitos envolvidos no ambiente de tensão e repressão da ditadura civil-militar, vem o fato de que os dois professores da UEG/UERJ cassados em 1969 – Carlos Haroldo Porto Carreiro de Miranda e Hélio Marques da Silva – o foram por ato direto do Presidente da República. Segundo o reitor João Lyra Filho, em depoimento de 1971 citado por Mancebo, estes processos nunca chegaram à universidade.³⁵⁷ Contudo, ao ser informado da decisão da presidência, ele mesmo tomou a iniciativa de afastá-los.³⁵⁸ Nos arquivos dos órgãos de informação, identificamos que as atividades de Porto Carreiro de Miranda e Marques da Silva na UEG/UERJ chamaram bem menos atenção dos agentes do que suas atuações como desembargador do Tribunal de Justiça e movimento sindical, respectivamente.³⁵⁹

Desta maneira, ao menos oficialmente, a instituição não praticou nenhum expurgo, mas “só” obedeceu às ordens da Presidência da República. Este jogo dos seus dirigentes é bem definido por Ivo Barbieri que, mais de uma década após ser preso, ocuparia o posto de vice-reitor (entre 1984 e 1987) e reitor (entre 1988 e 1991), tornando-se um espectador privilegiado das dinâmicas do poder:

O reitor da UERJ era irmão do ministro do Exército. João Lyra Filho era irmão do [Aurélio] Lyra Tavares. Ele fazia esse jogo: internamente, tinha algumas liberalidades, mas oficialmente estava alinhadíssimo com a ditadura. (...) Não sei se [a UERJ] era a mais submissa [entre as universidades]. Mas tinha essa ligação forte e a relação direta do reitor com o ministro do Exército.³⁶⁰

³⁵⁷ MANCEBO, *op. cit.*, 1995, p. 263.

³⁵⁸ MANCEBO, *op. cit.*, 1995, p. 263.

³⁵⁹ Sobre as motivações da prisão e cassação de Carlos Haroldo Porto Carreiro de Miranda, ver AC ACE 31881/70, Fundo SNI/Agências, AN. Já sobre Hélio Marques da Silva, ver Prontuário GB, 48.203, Fundo Polícias Políticas, Aperj.

³⁶⁰ BARBIERI, Ivo. **Ivo Barbieri**: depoimento ao autor em 13 de janeiro de 2017, no Rio de Janeiro.

3.3 Choeri e os estudantes: entre a repressão, o controle e a integração

No dia 7 de outubro de 1975, 800 alunos de dez faculdades de medicina do estado do Rio de Janeiro, incluindo os da UERJ, fizeram uma passeata, desde a Santa Casa até a Secretaria Estadual de Saúde, em defesa de melhores salários e garantias de estágio nas emergências para os estudantes que cursavam o quinto e o sexto ano do curso. Vestidos de branco, os jovens ocuparam a Avenida Presidente Antônio Carlos, no Centro da cidade.³⁶¹ A movimentação dos estudantes chamou atenção dos órgãos de informação, que pediram esclarecimentos às instituições de ensino. Dois dias após a passeata, o secretário estadual de Segurança Pública, General Oswaldo Ignácio Domingues, enviou um ofício ao reitor da UERJ, Oscar Accioly Tenório, em que pedia à Reitoria que recomendasse a “estrita obediência aos preceitos legais relativos à disciplina escolar”.³⁶² Tenório encaminhou o ofício ao seu sub-reitor de Assuntos de Planejamento e Coordenação Executiva, Wilson Choeri, que prestou contas das medidas tomadas. Abaixo, fazemos a transcrição completa do ofício escrito por Choeri, classificado como confidencial.

Magnífico Reitor:

Em atenção ao despacho de Vossa Magnificência contido no Ofício Circular nº 0635, do Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública – esclareço:

- I) A UERJ vem mantendo em todas as suas unidades atitude vigilante a fim de que problemas estudantis internos não extrapolem os limites da Universidade ou possam tomar vulto por negligência funcional;
- II) Tem a nossa universidade impedido a realização de reuniões, conferências ou atividades artísticas sem que haja prévia autorização de autoridade competente;
- III) Não tem sido permitida representação artística sem que haja o pronunciamento da Censura Federal e da Delegacia de Costumes;
- IV) Não houve nos últimos 7 anos qualquer assembleia geral de estudantes em qualquer unidade da UERJ;

³⁶¹ *Jornal do Brasil*, 8 de outubro de 1975, 1º Caderno, p. 30.

³⁶² *Estudantil*, 41, Fundo Polícias Políticas, Aperj.

- V) A UERJ não permite afixação de cartazes, convocações ou editais de origem externa ou interna sem o visto do diretor da unidade responsável pela área ou setor;
- VI) **A UERJ mantém contato permanente com a Divisão de Segurança e Informações do MEC (grifo nosso)** e com o Dr. José Nicanor de Almeida, recebendo orientação sobre como resolver problemas pertinentes à área de Segurança.

Finalizando, sugiro a Vossa Magnificência:

- I) Comunicar a todos os diretores de unidades da UERJ, em caráter particular e confidencial, os termos do Ofício Circular nº 0635.
- II) **Convocar os diretores da Área Biomédica a fim de fazê-los sentir a gravidade do problema que está se criando com a passeata dos estudantes de medicina. (grifo nosso)**

Atenciosamente,

(as.) Wilson Choeri, Sub-Reitor.³⁶³

O ofício de Choeri é o mais importante inventário das ações adotadas pela Reitoria da universidade no sentido de conter a organização dos estudantes em torno de bandeiras hostis ao regime. A centralização administrativa e o fortalecimento da burocracia universitária, empreitada iniciada na gestão de João Lyra Filho da qual o sub-reitor foi expoente e personagem-chave, foi utilizada também para fechar o cerco das atividades estudantis. Através do acompanhamento de diferentes resoluções e atos executivos editados pela Reitoria e pelo Conselho Universitário desde a época de Haroldo Lisboa da Cunha, foi possível reconstituir a formulação e implantação de uma política para os alunos que tinha caráter não apenas repressivo, mas principalmente de “domesticação” de sua atuação e de suas possibilidades de organização. O papel de “xerife” da vida universitária, assumido por Choeri a partir de 1967 como secretário-geral, não se restringiu aos professores, mas se estendeu também aos alunos. No ofício, ele afirmou que mantinha contato constante com a DSI/MEC “sobre como resolver problemas pertinentes à área de Segurança”, confirmando seu protagonismo na interlocução com os órgãos de informação, já documentado nos processos relativos aos professores.

³⁶³ Estudantil, 41, Fundo Polícias Políticas, Aperj.

Infelizmente, este foi único ofício a respeito do controle de atividades estudantis na universidade encontrado ao longo desta pesquisa. O documento só foi preservado porque remetido à apreciação da Secretaria de Segurança Pública. Como já dito, os “arquivos confidenciais” da UERJ desapareceram após a abertura democrática. Sobre o texto, é importante esclarecer ainda que a área biomédica, em especial a Faculdade de Ciências Médicas, era o principal centro irradiador de agitação política da universidade desde a década de 1960. Américo Piquet Carneiro, diretor da faculdade de 1967 a 1971 e depois do Centro Biomédico entre 1971 e 1974, foi criticado pelos órgãos de informação por sua omissão em relação às “atividades subversivas” do Diretório Acadêmico Alexander Fleming (DAAF).³⁶⁴ O diretório foi fechado em 1968 e dois de seus ex-presidentes foram cassados pelo Decreto-Lei nº 477 em 1969 – Luiz Roberto Tenório (1965-1966) e Gilberto Hauagen Soares (1967-1968).³⁶⁵ Já João Lopes Salgado, sucessor de Soares no comando do DAAF, não completou seu mandato pois entrou para a clandestinidade no início de 1969.³⁶⁶

Esta conduta mais combativa dos estudantes de Medicina, entretanto, constituiu a exceção, e não a regra do movimento estudantil na UEG/UERJ durante a ditadura civil-militar. Isso não significa que não houve embates. Eles aconteceram e mais de uma dezena de estudantes foram enquadrados no Decreto-Lei nº 477. Além dos dois casos na Medicina, quatro alunos da Faculdade de Ciências Econômicas e cinco da Faculdade de Engenharia também foram enquadrados no decreto.³⁶⁷ A explicação para o maior número de estudantes atingidos ser da Engenharia está num episódio ocorrido em junho de 1969. A convite dos diretórios acadêmicos, o reitor João Lyra Filho se dispôs a participar de

³⁶⁴ ARJ ACE 24735/68, Fundo SNI/Agências, AN.

³⁶⁵ Os dois estudantes foram arrolados num Inquérito Policial-Militar (IPM) por causa da confecção de um jornal clandestino do DAAF. Ver BR DF ANBSB AAJ IPM 0051, Fundo CGIPM, AN.

³⁶⁶ Salgado, militante do MR-8, ficou hospedado na casa do professor Ivo Barbieri, no Jardim Botânico, e, indiretamente, acabou sendo responsável pela prisão do professor em 1971.

³⁶⁷ BR AN BSB VAZ 131A 0057, Fundo CISA, AN.

uma assembleia estudantil para discutir os problemas da universidade. Contudo, antes da realização do encontro, o Diretório Acadêmico da Faculdade de Engenharia fez circular um panfleto considerado abusivo pelo reitor, que cancelou a reunião e determinou a abertura de inquérito sobre o caso na universidade. O mesmo grupo ainda publicaria um jornal clandestino. No final de junho, o diretório foi fechado pelo diretor da faculdade, Paschoal Villaboim Filho.³⁶⁸

Contudo, mesmo os estudantes mais engajados naqueles anos reconhecem que o nível de organização e mobilização do corpo discente era baixo.³⁶⁹ No caso da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), que possuía o maior número de alunos matriculados, a atuação do Diretório Acadêmico La-Fayette Côrtes (DALC) era de “cooperação com as autoridades universitárias”, nas palavras de um ex-presidente.³⁷⁰ Nada muito diferente do que acontecia no tempo em que Wilson Choeri foi presidente do DALC, no início da década de 1950. Naquele momento, Choeri e seus colegas estiveram lado a lado com os professores na luta pela encampação da antiga da FFCL do Instituto La-Fayette para formar a Universidade do Distrito Federal (UDF). A postura de colaboração foi mantida mesmo nos anos 1960. Como presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE), Ismael da Silva Neto participou do grupo de trabalho que discutiu o texto do Plano de Reestruturação da UEG em 1965.

Se o espírito cooperativo entre os corpos docente e discente continuava presente, a Reitoria não deixou de prestar atenção à agitação que se espalhava pelas outras universidades do país. O comando da UEG/UERJ não apenas se manteve alinhado com as legislações baixadas pelo MEC, como as reforçou com suas próprias medidas na busca por evitar uma “contaminação” política dos órgãos de representação estudantil. Assim,

³⁶⁸ BR AN BSB VAZ 131A 0058, Fundo CISA, AN.

³⁶⁹ Ver depoimentos colhidos por MANCEBO, *op. cit.*, 1996.

³⁷⁰ Depoimento de Arildo Matos Telles em MANCEBO, *op. cit.*, 1996, p. 172.

em fevereiro de 1965, o reitor Haroldo Lisboa da Cunha baixou a Resolução nº 256, que determinava a adequação do DCE e dos DAs à Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, mais conhecida como Lei Suplicy. A lei, que ganhou esse nome em alusão ao então ministro Flávio Suplicy de Lacerda, proibia o envolvimento dos diretórios em manifestações ou qualquer tipo de propaganda político-partidária, instituía o voto obrigatório e criava uma série de exigências para elegibilidade dos representantes.³⁷¹ A resolução baixada por Lisboa da Cunha determinou ainda que “os livros de contabilidade dos órgãos de representação estudantil serão rubricados, na Universidade, pelo diretor do Departamento Administrativo, e nas Faculdades, pelos secretários”.³⁷²

Este controle sobre as atividades financeiras dos diretórios seria aprofundado com a Resolução nº 271, de julho de 1965. A norma determinou que, no mínimo, 20% do arrecadado com as taxas escolares de cada unidade seriam destinadas aos DAs. Já o DCE receberia 20% do montante total arrecadado com as taxas na universidade. A medida veio acompanhada da exigência de criação de um conselho fiscal em todas as entidades, sempre presidido por um servidor da UEG indicado pelo reitor, no caso do DCE, ou pelo diretor da unidade, no caso dos DAs. Todas as movimentações financeiras deveriam ser registradas e submetidas aos conselhos fiscais. A resolução também abriu a possibilidade de intervenção nos órgãos, desde que houvesse aprovação do Conselho Universitário, no caso do DCE, ou do Conselho Departamental, no caso dos DAs. O interventor seria sempre um professor da universidade.³⁷³ Se, por um lado, a instituição fortalecia financeiramente os órgãos estudantis, por outro, garantia a sua tutela.

³⁷¹ A Lei Suplicy também criou o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), composto por um representante de cada Diretórios Estadual dos Estudantes (DEE). O DNE só poderia se reunir em Brasília, no período das férias escolares. Foi uma tentativa malsucedida de substituir a proscrita União Nacional dos Estudantes (UNE). Ver CUNHA, *op. cit.*, 1988, p. 60.

³⁷² UEG, *Resolução nº 256*, de 25 de fevereiro de 1965.

³⁷³ UEG, *Resolução nº 271*, de 15 de julho de 1965.

Este modelo de funcionamento durou até abril de 1968, quando o reitor João Lyra Filho baixou o Ato Executivo nº 82. A justificativa da medida era a adequação, já bastante atrasada, da universidade ao Decreto-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967. Também conhecido como “Decreto Aragão”, em referência ao ministro Moniz de Aragão que sucedeu a Suplicy de Lacerda, trazia duas inovações principais: o fim das representações estaduais e nacional dos estudantes e a introdução da eleição indireta para os DCEs das universidades, que passariam a ser eleitos pelos DAs. Na UEG, Lyra Filho aproveitou a necessidade de adequação para incluir no Ato Executivo nº 82 uma série de medidas restritivas adicionais. Pelo texto, nenhuma assembleia de alunos poderia ser realizada na universidade “sem convocação formalizada com indicação dos fins, sem autorização do respectivo Diretor e sem a existência de quórum” de maioria absoluta de seus membros.³⁷⁴ Se realizadas, contariam com a presença de um representante do diretor da unidade. O Ato também dava ao reitor o direito de anular qualquer reunião dos diretórios “com o fim de coibir os efeitos de decisão hostil à ordem, à disciplina ou ao acatamento devido às autoridades da UEG”.³⁷⁵ Lyra Filho também acabou com o financiamento das atividades estudantis, determinando que os órgãos fossem bancados por contribuições dos alunos.

Em meio à energização dos movimentos de estudantes em todo mundo³⁷⁶, dos Estados Unidos ao Japão, da Europa ao Brasil, onde o movimento estudantil tinha se reorganizado após a primeira onda repressiva pós-golpe, o Ato Executivo do reitor era um ataque frontal à mobilização dos alunos, que reagiram. No dia 28 de junho, eles realizaram um protesto em frente a Reitoria, localizada ainda em Laranjeiras, em que apresentaram uma lista de reivindicações, incluindo a revogação do Ato Executivo nº

³⁷⁴ UEG, *Ato Executivo nº 82*, de 25 de abril de 1968.

³⁷⁵ UEG, *Ato Executivo nº 82*, de 25 de abril de 1968.

³⁷⁶ Sobre as mobilizações no ano de 1968, ver AARÃO REIS, Daniel; MORAES, Pedro de. *1968: a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1998.

82.³⁷⁷ Em resposta aos estudantes, o reitor declarou que a medida estava revogada.³⁷⁸ No entanto, o gesto foi mais político do que prático. Várias demandas dos estudantes, como a eleição direta para o DCE e a garantia de liberdade de manifestação para os diretórios já estavam proibidas pelo Decreto Aragão. Apesar da aparente vitória, os controles permaneceram rígidos. O que fica claro no ofício enviado por Choeri ao secretário de Segurança Pública, em 1975, afirmando que “não houve nos últimos 7 anos qualquer assembleia geral de estudantes em qualquer unidade da UERJ”.³⁷⁹

Com o fechamento dos diretórios mais politizados em momentos de agitação política na universidade – como nos casos narrados da Medicina e da Engenharia – e com o refluxo das manifestações estudantis após o AI-5, em dezembro de 1968, a regulamentação da representação estudantil só sofreria alterações em março de 1970, com o Ato Executivo nº 254. A medida não acabou com os diretórios acadêmicos, mas esvaziou o seu papel de representação do corpo discente. Os alunos passaram a eleger dois representantes – um efetivo e um suplente – para os órgãos colegiados das suas respectivas unidades. Estes representantes, após eleitos, formavam o colégio eleitoral que elegeria os representantes dos estudantes no Conselho Universitário, sendo dois efetivos e dois suplentes. Contudo, não era qualquer aluno que poderia se candidatar. Entre as limitações impostas estavam: estar entre os alunos com as maiores notas do curso, não ter repetido nenhuma disciplina e não ter ocupado cargo de representação no ano anterior. Era uma maneira pouco sutil de impedir candidaturas dos estudantes mais engajados politicamente.

Se não fosse o bastante, caso mais da metade dos alunos não comparecessem às eleições, o diretor de unidade tinha a prerrogativa de escolher os representantes discentes.

³⁷⁷ *Diário de Notícias*, 29 de junho de 1968, 1º seção, p. 11.

³⁷⁸ Oficialmente, a revogação foi garantida pelo Ato Executivo nº 95, de 28 de junho de 1968.

³⁷⁹ Estudantil, 41, Fundo Polícias Políticas, Aperj.

Regra análoga valia para o reitor, no caso dos representantes estudantis no Conselho Universitário. Os conselhos departamentais das unidades também tinham a prerrogativa de destituir os representantes que “por ato ou palavra, desfigurar ou distorcer em qualquer momento, **e independentemente de local (grifo nosso)**, o sentido da representação estudantil”.³⁸⁰ Ou seja, não era permitido ao aluno “associar à representação estudantil manifestação ou atitude que, direta ou indiretamente, possa refletir tendência de caráter ideológico, político ou religioso”.³⁸¹ Sem definir o que era “ideológico” e “político”, qualquer ação do representante, dentro ou fora da universidade, abria a possibilidade da perda da sua destituição. Era mais uma medida de “domesticação” do movimento estudantil.

Este ato executivo legava toda a responsabilidade pela organização das eleições dos representantes dos estudantes e o controle das suas ações aos diretores de unidade e os seus conselhos departamentais. Isto não significava que Choeri estava excluído desses trâmites, pelo contrário. A partir de junho de 1970, o então secretário-geral assumiu o poder disciplinar sobre todos os servidores da universidade, tornando-se o fiscal de suas condutas.³⁸² Choeri já era o responsável por garantir a aplicação das normas, entre atos executivos e portarias, baixadas pelo reitor, poder que lhe foi conferido por Lyra Filho em outubro de 1967.³⁸³ Assim, se a regulamentação da atividade estudantil não lhe deu, explicitamente, uma atribuição, esta já estava implícita nos poderes que ele vinha acumulando há quase quatro anos na Reitoria. Este é o lugar que o torna um interlocutor muito bem informado para os órgãos de informação sobre as atividades estudantis na universidade. A centralização administrativa que foi constitutiva da reorganização pela qual passou a UEG/UERJ, apresentada no capítulo anterior, serviu também para estreitar

³⁸⁰ UEG, *Ato Executivo n° 254*, 9 de março de 1970.

³⁸¹ UEG, *Ato Executivo n° 254*, 9 de março de 1970.

³⁸² UEG, *Ato Executivo n° 275*, de 10 de junho de 1970.

³⁸³ UEG, *Ato Executivo n° 21*, de 26 de outubro de 1967.

os controles sobre todos os setores da instituição, incluindo professores, alunos e funcionários.

O redesenho da representação estudantil, baixado em março de 1970, foi confirmado pelo Regimento Geral que entrou em vigor em fevereiro de 1971. No entanto, o regimento foi além ao criar o Diretório Acadêmico Central (DAC), composto pelos representantes dos estudantes no Conselho Universitário e no Conselho Superior de Ensino e Pesquisa, órgão recém-estabelecido. Diretórios setoriais, unindo representantes de cursos de áreas afins, poderiam ser criados apenas mediante proposta do reitor e com a anuência do DAC. O Diretório Acadêmico Central tinha como finalidade “promover e estimular atividades culturais, artísticas, cívicas, desportivas e recreativas do corpo discente” e deveria colaborar para “a harmonia e o conagraçamento da comunidade estudantil”.³⁸⁴ O mesmo texto previa que a Reitoria deveria oferecer assistência ao corpo discente na forma de “realização de atividades culturais, científicas e artísticas; prática de educação física e de desportos, mediante orientação adequada e instalações especiais; estímulo a atividades que visam à formação cívica e à consciência de direitos e deveres do cidadão e do profissional”.³⁸⁵

Se por um lado, o comando da universidade buscava o controle das atividades discentes, por outro procurava oferecer alternativas de “integração” dos jovens à vida universitária por outras vias que não a da política. Os termos encontrados no Regimento Geral são coerentes com a necessidade já observada pelos militares no poder, ainda na década anterior, de oferecer alternativas que fossem além da repressão pura e simples ao movimento estudantil. Ações cívicas eram vistas como o caminho para fortalecer o compromisso da juventude com os interesses do país e, o civismo, um elemento

³⁸⁴ UEG, *Regimento Geral*, fevereiro de 1971.

³⁸⁵ UEG, *Regimento Geral*, fevereiro de 1971.

fundamental para construção da consciência nacional.³⁸⁶ O próprio Projeto Rondon, do qual Choeri foi um dos fundadores e principais articuladores, ia nesta mesma direção ao promover o contato dos estudantes com a realidade brasileira e o trabalho desenvolvido pelas Forças Armadas, tendo o papel também de relações públicas do regime.³⁸⁷ No mesmo mês em que o novo Regimento Geral entrou em vigor, foi regulamentado o ensino de Educação Moral e Cívica “nos cursos de todos os níveis”³⁸⁸ da universidade, de acordo com as instruções do Conselho Federal de Educação (CFE).³⁸⁹

Com a missão de colocar em prática essas diretrizes estabelecidas no regimento, nasceu o projeto do Departamento de Alunos da UEG, a ser construído no campus do Maracanã. A estrutura foi criada em novembro de 1971, num dos últimos atos de Lyra Filho à frente da Reitoria. O órgão ficou subordinado à Sub-Reitoria para Assuntos de Planejamento e Coordenação Executiva, comandada por Choeri, a quem caberia escolher o seu diretor. O sub-reitor também assumiu a responsabilidade de definir a organização e o funcionamento da unidade, além de indicar ao reitor os recursos financeiros necessários à sua operação. Transcrevemos abaixo os objetivos do Departamento de Alunos:

- I) Educar o aluno para a vida em comunidade, adestrando-lhe a capacidade de liderança autêntica;
- II) Assistir o jovem universitário em suas necessidades e angústias de ser humano;
- III) Estimular o jovem, por meio de condições adequadas, ao desenvolvimento pleno de suas aptidões e potencialidades;
- IV) Propiciar aos membros da comunidade discente recursos que lhes permitam uma progressiva participação no processo de desenvolvimento brasileiro;
- V) Incentivar em termos de confiança mútua os diálogos, entre os jovens universitários e os professores da UEG, que visem ao cultivo cada vez

³⁸⁶ MAIA, *op. cit.*, 2014, p. 96.

³⁸⁷ AMATO, *op. cit.*, 2015.

³⁸⁸ UEG, *Ato Executivo nº 341*, 8 de fevereiro de 1971.

³⁸⁹ A obrigatoriedade do ensino de Educação Moral e Cívica foi instituída pelo Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Seus termos foram amplamente discutidos no CFE. Sobre os antecedentes do decreto, ver LEMOS, Kaé Stoll Colvero. *A normatização da Educação Moral e Cívica (1961-1993)*. (Mestrado em Educação, dissertação). Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

mais íntimo dos estudos brasileiros, sem proselitismo político ou tendência ideológica.³⁹⁰

Os termos utilizados na descrição dos objetivos do Departamento de Alunos não deixam dúvidas sobre sua intenção de “adestrar” corações e mentes da juventude da universidade em direção à integração com o projeto de desenvolvimento nacional defendido pelos militares. Assim como nos textos relativos à representação estudantil, tudo deveria ser feito sem “proselitismo político ou tendência ideológica”.³⁹¹ Apesar de não participar diretamente dos cursos de Educação Moral e Cívica na UEG/UERJ, o departamento, através do Setor de Complemento Educacional, deveria prestar “serviços destinados à valorização da educação moral e cívica, econômica, política e artística”. Os outros dois setores eram o Setor de Assistência Individual, que cuidaria da concessão de bolsas, auxílios para alimentação e transporte, saúde, defesa jurídica, orientação profissional e “salvaguarda ao cumprimento dos deveres militares”³⁹²; e o Setor de Educação Física, Desportos e Recreação. Por fim, o novo órgão deveria abrigar um Fórum de Debates, uma assembleia geral dos alunos da universidade com reuniões em julho e dezembro de cada ano. O ato executivo, entretanto, vedava que fossem debatidos no fórum assuntos estranhos “à missão escolar dos seus membros”.³⁹³ Mais uma vez, a Reitoria buscava não proibir a atuação do movimento estudantil, mas circunscrever sua organização dentro de normas que garantissem o seu controle, da mesma maneira observada na criação do Diretório Acadêmico Central.

Contudo, em 1971, o Departamento de Alunos não era mais do que um esboço no papel. Já havia o arcabouço legal que o criava, mas faltava a sua estrutura, que só ficaria pronta junto com o restante do campus do Maracanã. Isso não diminuiu o entusiasmo dos

³⁹⁰ UEG, *Ato Executivo n° 458*, 22 de novembro de 1971.

³⁹¹ UEG, *Ato Executivo n° 458*, 22 de novembro de 1971.

³⁹² UEG, *Ato Executivo n° 458*, 22 de novembro de 1971.

³⁹³ UEG, *Ato Executivo n° 458*, 22 de novembro de 1971.

dirigentes. Durante visita do governador Chagas Freitas às obras do futuro teatro do Departamento de Alunos, em julho de 1972, o sub-reitor Choeri exaltava o projeto:

o aluno exige cada vez que o tratemos como gente, e não como um número a mais nos computadores. E é visando este comportamento que no Departamento de Alunos instalaremos barbearias, cabeleireiros, salas para entretenimento e daremos assistência médica, dentária e jurídica.³⁹⁴

A fala de Choeri deixa transparecer uma certa confusão sobre o papel do Departamento de Alunos: um misto de centro social, centro de convivência e órgão de representação estudantil. Do projeto inicial, o que permanece até hoje é o Teatro Odylo Costa Filho, a Concha Acústica e o complexo esportivo com ginásios e piscinas. O Departamento de Alunos foi inaugurado em 1976, junto com o campus Negrão de Lima, mas com características bastante distintas daquelas desenhadas por Lyra Filho. Primeiro, deixou de estar subordinado à sub-reitoria para Assuntos de Planejamento e Coordenação Executiva. Num dos primeiros atos da gestão de Caio Tácito, a sub-reitoria foi extinta e suas atribuições foram incorporadas pelo agora vice-reitor, Wilson Choeri.³⁹⁵ O vice-reitor tinha como missão, entre outras, “supervisionar os estudos de planejamento do Departamento de Alunos e coordenar, junto às unidades universitárias, o estímulo das atividades estudantis, no âmbito cultural, recreativo e esportivo”.³⁹⁶

Nenhuma linha foi escrita sobre Fórum de Debates e a representação estudantil. O indicado de Choeri para dirigir o Departamento de Alunos foi Omir Fontoura - seu velho conhecido, parceiro na implantação do Projeto Rondon e indicado por ele para comandar o Departamento de Administração Escolar. Em julho daquele ano, o reitor Caio Tácito oficializou a mudança de rumos do departamento: revogou o Ato Executivo nº458,

³⁹⁴ *Jornal do Brasil*, 12 de julho de 1972, Ensino, p. 12.

³⁹⁵ UERJ, *Ato Executivo nº 769*, de 6 de janeiro de 1976.

³⁹⁶ UERJ, *Ato Executivo nº 770*, de 6 de janeiro de 1976.

baixado por Lyra Filho, e determinou que caberia ao órgão o “estímulo e assistência ao corpo discente, no âmbito cultural, artístico, recreativo e esportivo, em articulação com o Departamento Cultural e o Instituto de Educação Física e Desportos, sob supervisão geral do Vice-Reitor”. Choeri não teve tempo para acompanhar os desdobramentos da remodelação do Departamento de Alunos, ao deixar a universidade em 1978. Contudo, suas ideias acerca do órgão permaneceram vivas até mais uma reformulação, em 1989, quando o departamento se tornou a Coordenação de Ensino de Graduação (CEG), por decisão reitor Ivo Barbieri em 1989.³⁹⁷ Era a pá de cal no projeto autoritário da década de 1970.

³⁹⁷ UERJ, *Ato Executivo nº 1.655*, de 30 de janeiro de 1989.

Considerações finais

Subir as escadas e rampas da UERJ nos últimos dois anos, durante a realização desta pesquisa, foi assistir a tentativa de asfixiamento de uma universidade pública por um governo. Dos elevadores que não funcionavam aos andares vazios, sem alunos nem professores pela falta de condições mínimas de funcionamento. Ao encarar essa situação de abandono, enquanto pesquisava a trajetória de um ex-dirigente da universidade e a própria história da instituição ao longo das décadas de 1960 e 1970, foi inevitável traçar paralelos mentais entre o passado e o presente. Afinal, como disse Marc Bloch, o historiador é sempre um homem de seu tempo e que escreve a partir do presente.³⁹⁸

Este sentimento foi ainda mais forte pois a UERJ traz inscrita nas suas paredes as marcas de sua história. O campus do Maracanã não é só um conjunto de prédios; ele é a materialização de uma determinada concepção de universidade, que prevê certas formas de sociabilidade entre alunos, professores e funcionários. Ao mesmo tempo, os edifícios constituem um “lugar de memória”, tal como proposto por Pierre Nora.³⁹⁹ Quem entra no campus pela Rua São Francisco Xavier, vê logo a inscrição “Pavilhão João Lyra Filho”, uma homenagem ao reitor que comandou a centralização administrativa da instituição, fortaleceu os poderes da Reitoria e iniciou a construção do campus. O outro pavilhão, com cinco andares e construído onde antes era a “Favela do Esqueleto”, que hoje abriga o Instituto de Biologia, o Instituto de Química e o Centro de Tecnologia e Ciências, foi batizado de “Pavilhão Haroldo Lisboa da Cunha”, antecessor de Lyra Filho e precursor do movimento de modernização da UERJ.

³⁹⁸ BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

³⁹⁹ NORA, Pierre. *Les Lieux de la Memoire*. Paris: Gallimard, Vol. 1, 1984.

Wilson Choeri, personagem central da história da instituição tal como foi mostrado nesta dissertação, não tem nem uma sala com o seu nome. Este “apagamento” foi promovido após o seu afastamento do posto de vice-reitor, por uma denúncia de corrupção, e permaneceu após a sua absolvição. Uma das razões é que Choeri simbolizou um passado que os reitores da universidade a partir da redemocratização – forjados na luta contra a ditadura – tentaram, se não esquecer, enterrar. Suas relações próximas dos militares são exemplo da proximidade da UERJ, ainda chamada UEG, com os círculos do poder. Uma proximidade que macula a idealização da universidade como espaço apenas de resistência, pois, como foi demonstrado, foi um espaço também de cooperação. Contudo, é preciso destacar que a memória está sempre em disputa, como apontou Pollak.⁴⁰⁰ Se institucionalmente Choeri foi marginalizado a partir da década de 1980, seu nome ainda está presente nas lembranças, fartamente positivas, de muitos dos seus contemporâneos professores e também de ex-alunos, em especial entre aqueles que percorreram o circuito UERJ-Colégio Pedro II nas décadas de 1980 e 1990.⁴⁰¹

É significativo que João Lyra Filho, reitor da instituição entre 1967 e 1971, período de fechamento político da ditadura e fortalecimento da repressão, fosse irmão do General Aurélio Lyra Tavares, ministro do Exército do governo Costa e Silva e voz importante entre os militares. Se o nome de Lyra Filho não foi apagado do pavilhão, esta relação de parentesco é desconhecida da maioria dos professores e alunos da universidade com quem conversei. Se é “esquecida” hoje, o vínculo entre os dois era mencionado com frequência nos jornais da época. Lyra Filho foi um interlocutor importante do regime nas discussões sobre a reforma universitária e participou do grupo de trabalho montado no

⁴⁰⁰ POLLAK, *op. cit.*, 1989.

⁴⁰¹ Na área de Ciências do Colégio Pedro II, em disciplinas como a Química, há uma presença dominante de professores formados na UERJ. Há também muitos professores do colégio cedidos à universidade.

MEC para discutir o tema. Assim como seu antecessor, Lisboa da Cunha, e seus sucessores, Oscar Accioly Tenório e Caio Tácito, foi um homem próximo do poder.

Este relacionamento íntimo entre a UEG/UERJ e os governantes do estado da Guanabara serve de chave para a compreensão do esvaziamento da instituição no presente. Carlos Lacerda (1961-1965), Negrão de Lima (1965-1971) e Chagas Freitas (1971-1975) assumiram *de fato* o cargo de chanceler da universidade, que lhes era garantido *de direito*, pela Constituição Estadual. Lacerda fez da UEG parte de seu projeto político: garantiu a abertura da Faculdade de Engenharia e a remoção da “Favela do Esqueleto” para a construção do primeiro pavilhão do campus. Já Negrão de Lima e Chagas Freitas acompanharam de perto as obras do conjunto de prédios – e Negrão de Lima ainda deu seu nome ao campus –, além de recrutarem na instituição quadros para comporem seus secretariados e o Conselho Estadual de Educação.⁴⁰² Para citar apenas um caso citado na dissertação, vale lembrar de Fernando Carvalho Barata, secretário de Educação e Cultura de Chagas Freitas e professor da instituição e do Colégio Pedro II.

A mudança no padrão de relacionamento entre o governo estadual e a universidade veio junto com outras transformações advindas da redemocratização do país. O grupo que comandou a instituição desde a sua fundação até a década de 1980 não pretendia fazer da UERJ um polo de transformação da sociedade brasileira. Apesar do pioneirismo em oferecer cursos noturnos, para atender os alunos que precisavam trabalhar, a motivação era formar quadros para o projeto modernizante e conservador do país gestado pela ditadura civil-militar. Tanto que diferentes formas de controle das atividades estudantis foram implantadas. Mesmo a pós-graduação era incipiente e a universidade, ao contrário das federais, não aproveitou os incentivos dados pelos

⁴⁰² Arnaldo Niskier, Miguel Alves de Lima, Evanildo Bechara são alguns dos professores que foram membros do Conselho Estadual de Educação em diferentes períodos.

governos militares nesta direção.⁴⁰³ A derrota de Choeri e a chegada de Ivo Barbieri em 1987, inaugurando um novo ciclo de poder na instituição, representa também uma ruptura rumo à democratização interna e ao incentivo à pesquisa científica. E, a partir da década de 1990, a uma democratização do perfil do corpo docente ao ser a primeira instituição de ensino superior pública do país a adotar ações afirmativas em seu vestibular.

Observa-se então que, quanto mais democrática a UERJ se torna – tanto no seu modo de funcionamento quanto no perfil dos seus estudantes, menos investimentos e atenção ela recebe dos governos. Quanto mais a universidade avança em seu diálogo com a sociedade brasileira, mais marginalizada ela é pelo Executivo estadual. Se nas décadas de 1960 e 1970, a universidade era vista como peça fundamental do projeto de qualquer governador, nos anos de 2010 ela provoca incômodo por ser um espaço de crítica e de produção de conhecimento de excelência. Chega-se a um paradoxo: a face moderna da universidade mais popular do país, o seu campus foi fundado na violência da remoção de uma comunidade inteira, com o apoio entusiasmado de seus professores e estudantes. Por outro lado, quando os filhos e netos dos moradores da “Favela do Esqueleto” finalmente puderam retornar à ex-favela, como alunos de suas salas de aula, o Estado que há cinco décadas atrás expulsou seus pais e avós lhes vira as costas e os abandona à própria sorte. Apesar disso, a UERJ resiste.

⁴⁰³ BARBIERI, Ivo. **Ivo Barbieri**: depoimento ao autor em 13 de janeiro de 2017, no Rio de Janeiro.

Fontes

1) Arquivos

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) – Fundo Polícias Políticas

Prontuário RJ, 32.919 (Wilson Choeri).

Prontuário RJ, 60.629 (Ivo Barbieri).

Estudantil, 41.

Arquivo Nacional – Acervo dos Órgãos de Informação do Regime Militar

Fundo SNI/Agências

ARJ ACE 24735/68.

AC ACE 93933/75.

AC ACE 52806/72.

AC ACE 57029/72.

AC ACE 04379/85.

Fundo CGIPM

BR DF ANBSB AAJ IPM 0051.

Fundo CISA

BR AN BSB VAZ 131A 0057.

BR AN BSB VAZ 131A 0058.

CPDOC/FGV

Arquivo Faria Lima. FL grj sec 1977.04.00.

MID/UERJ – Atos, Boletins, Mensagens, Portarias, Publicações e Resoluções

CUNHA, Haroldo Lisboa da. *Plano de Reestruturação da UEG (Subsídios)*. Rio de Janeiro: UEG, 19 de novembro de 1965.

DELFOS. Rio de Janeiro, número 5, 1965.

DELFOS. Rio de Janeiro, número 13-14, 1973-1974.

DELFOS. Rio de Janeiro, número 15-16, 1975-1976.

DELFOS. Rio de Janeiro, número 19-20, 1979-1980.

UEG. *Ato Executivo nº 1*, de 6 de junho de 1967.

UEG. *Ato Executivo nº 2*, de 6 de junho de 1967.

UEG. *Ato Executivo nº 6*, de 12 de junho de 1967.

UEG, *Ato Executivo nº 10*, de 26 de junho de 1967.
 UEG, *Ato Executivo nº 11*, de 14 de julho de 1967.
 UEG, *Ato Executivo nº 21*, de 26 de outubro de 1967.
 UEG, *Ato Executivo nº 34*, de 21 de novembro de 1967.
 UEG, *Ato Executivo nº 43*, de 30 de novembro de 1967.
 UEG, *Ato Executivo nº 51*, de 2 de janeiro de 1968.
 UEG, *Ato Executivo nº 76*, de 27 de março 1968.
 UEG, *Ato Executivo nº 82*, de 25 de abril de 1968.
 UEG, *Ato Executivo nº 95*, de 28 de junho de 1968.
 UEG, *Ato Executivo nº 109*, de 20 de agosto de 1968
 UEG, *Ato Executivo nº 142*, de 6 de janeiro de 1969.
 UEG, *Ato Executivo nº 153*, de 13 de fevereiro de 1969.
 UEG, *Ato Executivo nº 163*, de 3 de março de 1969.
 UEG, *Ato Executivo nº 169*, de 17 de março de 1969.
 UEG, *Ato Executivo nº 204*, de 29 de agosto de 1969.
 UEG, *Ato Executivo nº 198*, de 6 de agosto de 1969.
 UEG, *Ato Executivo nº 215*, de 14 de outubro de 1969.
 UEG, *Ato Executivo nº 219*, de 3 de novembro de 1969.
 UEG, *Ato Executivo nº 254*, 9 de março de 1970.
 UEG, *Ato Executivo nº 275*, de 10 de junho de 1970.
 UEG, *Ato Executivo nº 341*, 8 de fevereiro de 1971.
 UEG, *Ato Executivo nº 381*, de 6 de maio de 1971.
 UEG, *Ato Executivo nº 458*, 22 de novembro de 1971.
 UEG, *Ato Executivo nº 459*, de 22 de novembro de 1971.
 UEG, *Ato Executivo nº 481*, de 4 de janeiro de 1972.
 UERJ, *Ato Executivo nº 769*, de 6 de janeiro de 1976.
 UERJ, *Ato Executivo nº 770*, de 6 de janeiro de 1976.
 UERJ, *Ato Executivo nº 1.655*, de 30 de janeiro de 1989.

UEG. *Boletim da UEG*. Rio de Janeiro: UEG, fevereiro de 1962.

UEG. *Ata da sessão do Conselho Universitário realizada no dia 30 de julho de 1962*.
 UEG. *Ata da sessão do Conselho Universitário realizada no dia 6 de agosto de 1962*.
 UEG. *Ata da sessão do Conselho Universitário realizada no dia 27 de agosto de 1962*.
 UEG. *Ata da sessão do Conselho Universitário realizada no dia 1º de outubro de 1962*.
 UEG. *Ata da sessão do Conselho Universitário realizada no dia 5 de novembro de 1962*.
 UEG. *Ata da sessão do Conselho Universitário realizada no dia 10 de dezembro de 1965*.

UEG. *Mensagem nº 8*, de 13 de fevereiro de 1963.
 UEG. *Mensagem nº 32*, de 23 de outubro de 1963.

UEG. *Portarias, nº 60, 61, 62, 63 e 65*, de 27 de agosto de 1962.
 UEG. *Portarias nº 3, 4 e 5*, de 7 de janeiro de 1963.

UEG, *Regimento Geral*, fevereiro de 1971.

UEG. *Resolução nº 174*, de 8 de abril de 1963.
 UEG. *Resolução nº 200*, de 25 de novembro de 1963.
 UEG, *Resolução nº 256*, de 25 de fevereiro de 1965.
 UEG, *Resolução nº 271*, de 15 de julho de 1965.

UEG. *Resolução nº 296*, de 14 de outubro de 1966
 UEG. *Resolução nº 318*, de 16 de junho de 1967.
 UEG. *Resolução nº 335*, de 5 de fevereiro de 1968.
 UEG. *Resolução nº 347*, de 12 de dezembro de 1968.
 UEG. *Resolução nº 385*, de 10 de agosto de 1971.
 UEG. *Resolução nº 388*, de 12 de agosto de 1971.
 UEG. *Resolução nº 390*, de 3 de setembro de 1971.

2) Entrevistas e depoimentos

BARBIERI, Ivo. **Ivo Barbieri**: depoimento ao autor em 13 de janeiro de 2017, em sua casa no Rio de Janeiro.

BARROS, Orlando de. **Orlando de Barros**: depoimento ao autor em 16 de janeiro de 2017, em sua casa no Rio de Janeiro.

CHOERI, Wilson. **Wilson Choeri**: depoimento [1994]. Rio de Janeiro: UERJ. Entrevista concedida ao programa Memória UERJ do Centro de Tecnologia Educacional da UERJ.

CÔRTEZ FILHO, La-Fayette. **La-Fayette Côrtes Filho**: depoimento [1986]. Rio de Janeiro: UERJ. Entrevista concedida ao programa Memória UERJ do Centro de Tecnologia Educacional da UERJ.

CUNHA, Haroldo Lisboa. **Haroldo Lisboa da Cunha**: depoimento [1980]. Rio de Janeiro: UERJ. Entrevista concedida ao programa Memória UERJ do Centro de Tecnologia Educacional da UERJ.

3) Jornais e revistas consultados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Diário Carioca
 Diário de Notícias
 Correio da Manhã
 Jornal do Brasil
 O Globo
 Última Hora

4) Legislações

BRASIL. *Decreto 21.241*, de 4 de abril de 1932.
 BRASIL. *Lei nº 5.178*, de 1º de dezembro de 1966.
 BRASIL. *Lei 5.540*, de 28 de novembro de 1968
 BRASIL. *Decreto-Lei nº 477*, de 26 de fevereiro de 1969

GUANABARA. *Constituição* (1961). Rio de Janeiro, 27 de março de 1961.

Bibliografia

- AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- _____; MORAES, Pedro de. *1968: a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1998.
- ABREU, Alzira Alves de. (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República: 1889-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- AMATO, Gabriel. “Aula prática de Brasil”: *ditadura, estudantes universitários e imaginário nacionalista no Projeto Rondon (1967-1985)*. (Mestrado em História, dissertação). Belo Horizonte, UFMG, 2015.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias Estudantis: 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Roberto Marinho, 2007
- AZEVEDO, Cecília. “Essa pobre moça indefesa – Estátua da Liberdade da Vila Kennedy”. IN: MENDONÇA, Paulo Knauss de (org.). *Cidade vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras, 1999.
- BARROS, Orlando de. “O Colégio Pedro II no Estado Novo”. In: CHAVES, Miriam Waidenfeld; LOPES, Sonia de Castro (orgs.). *Instituições educacionais da cidade do Rio de Janeiro: um século de história (1850-1950)*. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2009
- BITTENCOURT, Agueda Bernardete. “La cooperación científica internacional y la creación de CAPES”. IN: *Revista Colombiana de Educación*. Bogotá: n. 61, junho/dezembro de 2011.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- BOMENY, Helena. “A reforma universitária de 1968: 25 anos depois”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: v.26, n.9, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de M. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.
- BRANDÃO, Priscila Antunes. *SNI & ABIN: Entre a teoria e a prática*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: protestos e revoltas de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- CHOERI, Wilson. *Histórias do velho Colégio Pedro II*. Rio de Janeiro: Unigraf, 2004.
- CHOERI, Wilson. *O Colégio Pedro II de ontem, hoje e futuro – Uma visão e análise crítica e prospectiva*. [S.l.: s.n.], 2009.

COLÉGIO PEDRO II. *O Colégio Pedro II: contribuição histórica aos 175 anos de sua fundação*. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2013.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

_____. *A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

_____. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. São Paulo: Editora Unesp, 2007a.

D'ASSUMPCÃO, Mônica de Matos Teixeira. *Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de um novo estado*. (Mestrado em Ciência Política, dissertação). Niterói: UFF, 2007.

DÓRIA, Escragnole. *Memória histórica do Colégio de Pedro Segundo: 1837-1937*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1997.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FAUSTO, Boris. "A vida política". IN: GOMES, Angela de Castro (coord.). *Olhando para dentro 1930-1964*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Da universidade "modernizada" à universidade disciplinada: Atcon e Meira Mattos*. São Paulo: Cortez, 1991.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo. "Três faces da cidade: um estudo sobre a institucionalização e a dinâmica do campo político carioca (1889-1969)". IN: MOTTA, Marly; FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo. *A política carioca em quatro tempos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

FREIRE, José Ribamar Bessa. "Faltam convidados para a festa dos 40 anos! (da Uerj)". In: *UERJ em Questão*, ano II, n.9, 1990.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos. "Apresentação - Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo". IN: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (orgs.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016.

GONTIJO, Rebeca. "História, cultura, política e sociabilidade intelectual". IN: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. (orgs.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

LERNER, Samara Lima Tavares. *A Pós-graduação em Estudos de Problemas Brasileiros na UERJ: uma reflexão sociológica sobre um projeto de socialização política no Brasil*. (Doutorado em Ciências Sociais, tese). Rio de Janeiro, UERJ, 2013.

LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de M. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

LEVILLAIN, Philippe. “Os protagonistas: da biografia”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996,

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. “Reflexões sobre a legislação de educação durante a ditadura militar (1964-1985)”. In: *Revista Histórica*, n. 36. São Paulo: 2009.

MAIA, Tatyana de Amaral. “Os usos do civismo em tempos autoritários: as comemorações e ações do Conselho Federal de Cultura (1966-1975)”. IN: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, nº 67, 2014.

MAIA, Tatyana de Amaral. “Os intelectuais no Ministério da Educação e Cultura em tempos autoritários” (1966-1982). IN: *À sombra das ditaduras: Brasil e América Latina*. CORDEIRO, Janaína Martins; LEITE, Isabel Cristina; SILVEIRA, Diego Omar da; REIS, Daniel Aarão. (orgs.). Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

MANCEBO, Deise. *Da gênese aos compromissos: uma história da Uerj*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

MARTINS, Carlos Eduardo. *UERJ em movimento: fazer-se docente e a ASDUERJ*. (Mestrado em Educação, dissertação). Rio de Janeiro, Uni-Rio, 2013.

MASSUNAGA, Magda Rigaud Pantoja. *O Colégio Pedro II e o ensino secundário brasileiro: 1930-1961*. (Mestrado em Educação, dissertação). Rio de Janeiro, UFRJ, 1989.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. “A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política”. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a.

_____. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. (Doutorado em História Social, tese). São Paulo, USP, 2000.

NORA, Pierre. *Les Lieux de la Memoire*. Paris: Gallimard, Vol. 1, 1984.

OLIVEIRA, Denise da Costa. “Humanidades e gestão democrática da universidade: entrevista com a Profa. Maria Lucia Weiss, Diretora do CEH/UERJ”. *Logos*, v.2, n.1, p.44-45, 1995.

PARDAL, Paulo. *UERJ: apontamentos sobre sua origem no 40º aniversário de fundação e 60º de ensino*. Rio de Janeiro: UERJ, 1990.

PEREZ, Maurício Dominguez. *Estado da Guanabara: gestão e estrutura administrativa do governo Carlos Lacerda*. (Doutorado em História Social, tese). Rio de Janeiro, UFRJ, 2005.

PINHEIRO, Leticia. “O Brasil no mundo”. IN: GOMES, Angela de Castro (coord.). *Olhando para dentro 1930-1964*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

POERNER, Arthur José. *O poder jovem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*, 2 (3). Rio de Janeiro, 1989.

PORTO, Roberto. *Botafogo – 101 anos de histórias, mitos e superstições*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

PRESOT, Aline Alves. *As marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe militar de 1964*. (Mestrado em História Social, dissertação). Rio de Janeiro, UFRJ, 2004.

RAMADON, Luiz Fernando. *UERJ: Uma história apaixonante*. 2017. Disponível em: <http://www.accamtas.com.br/2017/01/uerj-uma-historia-apaixonante.html>.

RÉMOND, René. “Uma história presente”. I: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: EdUFRJ/Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, 3v., v.2.

ROTHEN, José Carlos. “Os bastidores da Reforma Universitária de 1968”. IN: *Educação e Sociedade*. Campinas: vol. 29, n. 103, p. 453-475, maio/ago. 2008.

SAMIS, Alexandre. “Presenças indômitas: José Oiticica e Domingos Passos”. IN: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo/Unirio, 2001.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques. *O currículo da disciplina escolar História no Colégio Pedro II – A década de 70 – entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica: a*

História e os Estudos Sociais. (Doutorado em Educação, tese). Rio de Janeiro, UFRJ, 2009.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos; ANDRADE, Vera Lucia Cabana Queiroz. *Colégio Pedro II: polo cultural da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

SCHMIDT, Benito Bisso. “Biografias e regimes de historicidade”. In: *Métis: História & Cultura*. Caxias do Sul: v. 2, n. 3, 2003.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Editora Paz e Terra, 2000.

SILVA, Eliazar João da. *A seleção brasileira de futebol nos jogos da Copa do Mundo entre 1930 e 1958: o esporte como um dos símbolos da identidade nacional*. (Doutorado em História, tese). Assis, Unesp, 2004.

SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: René Rémond (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TREBITSCH, Michel. “Avant-propos: la chapelle, le clan et le microcosme”. IN: *Les Cahiers de l’Institut d’histoire du temps présent (IHTP)*, Paris, nº 20, março de 1992.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose – Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.